

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Enrico de Castro Carvalho Silva**

**A DIALOGIA DA NECROPOLÍTICA NA MÍDIA: PERSPECTIVA BAKHTINIANA  
DAS ENUNCIÇÕES BRASILEIRAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA E DA  
DITADURA MILITAR DE 1964**

**Taubaté - SP**

**2021**

**Enrico de Castro Carvalho Silva**

**A DIALOGIA DA NECROPOLÍTICA NA MÍDIA: PERSPECTIVA BAKHTINIANA  
DAS ENUNCIÇÕES BRASILEIRAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA E DA  
DITADURA MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Língua materna e Línguas estrangeiras

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo

**Taubaté - SP**

**2021**

**Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi  
Universidade de Taubaté - UNITAU**

S586d Silva, Enrico de Castro Carvalho

A dialogia da necropolítica na mídia: perspectiva bakhtiniana das enunciações brasileiras de resistência na pandemia e da ditadura militar de 1964 / Enrico de Castro Carvalho Silva. -- 2021.

98 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Taubaté, 2021.

Orientação: Profa. Dra. Miriam Baub Puzzo, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

1. Discurso. 2. Mídia. 3. Necropolítica. I. Universidade de Taubaté. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada.

II. Título.

CDD – 410

**Enrico de Castro Carvalho Silva**  
**A DIALOGIA DA NECROPOLÍTICA NA MÍDIA: PERSPECTIVA BAKHTINIANA**  
**DAS ENUNCIÇÕES BRASILEIRAS DE RESISTÊNCIA NA PANDEMIA E DA**  
**DITADURA MILITAR DE 1964**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Língua materna e Línguas estrangeiras

Orientadora: Profa. Dra. Miriam Bauab Puzzo

Data: 25/10/2021

Resultado: Aprovado

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr<sup>a</sup>.: Miriam Bauab Puzzo (Universidade de Taubaté)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Professora Dr<sup>a</sup>.: Eliana Vianna Brito Kozma (Universidade de Taubaté)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Professora Dr<sup>a</sup>.: Maria Da Penha Casado Alves (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Assinatura: \_\_\_\_\_

A todas as vítimas da necropolítica brasileira ao longo da história.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família – Vera, Francisco e Juliana – que dá sentido à minha existência.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Miriam Bauab Puzzo, que me guiou pelos caminhos bakhtinianos da filosofia, despertando uma nova forma de ver o mundo.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliana Vianna Brito Kozma, que me mostrou a Linguística Aplicada como uma ferramenta de transformação para uma sociedade mais justa.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Profa. Dra. Maria Da Penha Casado Alves, que me inspirou com suas pesquisas sobre cronotopo e mostrou a importância da democratização dos conhecimentos científicos.

À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Profa. Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi, que me incentivou, incansavelmente, a ser um pesquisador ético e produtivo.

Apesar de você  
Amanhã há de ser  
Outro dia  
Você vai ter que ver  
A manhã renascer  
E esbanjar poesia  
Como vai se explicar  
Vendo o céu clarear  
De repente, impunemente  
Como vai abafar  
Nosso coro a cantar  
Na sua frente  
(HOLANDA, 1970).

## RESUMO

O tema desta pesquisa é a relação dialógica, sob a perspectiva de Bakhtin e seu Círculo, entre as enunciações emergentes na mídia brasileira em 2020, responsivas às declarações presidenciais, e as enunciações responsivas de resistência à Ditadura Militar de 1964. Esse tema é delimitado por um enfoque que diferencia e relaciona as enunciações de diferentes atores políticos nos contextos sócio-históricos pandêmico e ditatorial, frente à lógica do biopoder e necropolítica. Esta pesquisa se justifica pela complexidade de compreensão da dinâmica dos processos discursivos e da necessidade de uma abordagem linguístico-discursiva relacionada à teoria política e historiografia. Como objetivo geral trata-se de investigar relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais – atreladas ao cronotopo pandêmico emergente no documentário *Cercados* (2020) – e enunciações de diferentes atores políticos da resistência democrática – atreladas ao cronotopo da Ditadura Militar de 1964 emergente no documentário *Verdade 12.528* (2013). Especificamente, busca-se analisar o tom valorativo, permeado pela necropolítica, que articula o dialogismo enunciativo. Teoricamente, a pesquisa se fundamenta em conceitos essenciais à concepção bakhtiniana articulados com as perspectivas historiográficas que Schwarcz e Starling (2019) e Schwarcz (2019) desenvolvem sobre a ditadura militar de 1964 e autoritarismo; o conceito de biopoder por Foucault (2019) e necropolítica por Mbembe (2018). O procedimento metodológico de pesquisa é qualitativo interpretativo, do tipo documental, pois privilegia uma abordagem analítica de enunciados concretos veiculados na imprensa e cinema. A análise de dados indicou que a abordagem linguística dialógica e suas relações com a teoria política e historiografia possibilita uma compreensão mais apurada do dialogismo existente entre as enunciações atreladas aos dois contextos discursivos. A implicação deste estudo é a contribuição para construção coletiva, por pesquisadoras e pesquisadores de uma linguística aplicada indisciplinar, e para a ampliação dos estudos bakhtinianos sobre discurso.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Mídia. Necropolítica.

## ABSTRACT

The theme of this research is the dialogical relations, from the perspective of Bakhtin and his Circle, between the enunciations emerging in the Brazilian media in 2020, responsive to presidential declarations, and the responsive enunciations of resistance to the Military Dictatorship in 1964. This theme is delimited by an approach that differentiates and relates the enunciations of different political actors in the pandemic and dictatorial socio-historical contexts, facing the logic of biopower and necropolitics. This research is justified by the complexity of understanding the dynamics of discursive processes and the need for a linguistic-discursive approach related to political theory and historiography. The main goal is to investigate dialogical relationships between media enunciations responsive to presidential statements - linked to the emerging pandemic chronotope in the documentary *Cercados* (2020) - and enunciations of different political actors of the democratic resistance - linked to the emerging Military Dictatorship in 1964 chronotope in the documentary *Verdade 12.528* (2013). Specifically, it seeks to analyze the evaluative tone, permeated by necropolitics, which articulates the enunciative dialogism. Theoretically, the research is based on essential concepts to the Bakhtinian conception articulated with the historiographic perspectives that Schwarcz and Starling (2019) and Schwarcz (2019) develop on the Military Dictatorship in 1964 and authoritarianism; the concept of biopower by Foucault (2019) and necropolitics by Mbembe (2018). The methodological research procedure is qualitative and interpretive, of the documentary type, as it favors an analytical approach to concrete statements conveyed in the press and cinema. Data analysis indicated that the dialogical linguistic approach and its relations with political theory and historiography enable a more accurate understanding of the existing dialogism between the enunciations linked to the two discursive contexts. The implication of this study is the contribution to the collective construction, by researchers of an interdisciplinary applied linguistics, and to the expansion of Bakhtinian studies on discourse.

**KEY-WORDS:** Discourse. Media. Necropolitics.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

.....	10
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
1.1 Considerações iniciais sobre o pensamento bakhtiniano .....	13
1.1.2 Enunciação/enunciado concreto .....	18
1.1.3 Ideologia .....	27
1.1.4 Ato responsivo/responsável .....	30
1.1.5 Cronotopo .....	35
1.2 Considerações iniciais sobre tecnologias de poder.....	40
1.2.1 Biopoder.....	41
1.2.2 Necropolítica .....	45
2 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	47
2.1 Linguística Aplicada indisciplinar .....	50
2.2 Documentário cinematográfico como gênero discursivo .....	53
2.3 Seleção do corpus de pesquisa .....	56
3 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO.....	58
3.1 Contexto sócio-histórico da Ditadura Militar de 1964.....	59
3.2 Enunciações emergentes da Ditadura Militar de 1964 .....	62
3.3 Contexto sócio-histórico da Pandemia de 2020.....	71
3.4 Enunciações emergentes na Pandemia de 2020 .....	73
3.5 Dialogia da necropolítica na mídia .....	87

CONCLUSÃO.....	92
REFERÊNCIAS.....	93

## INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é a relação dialógica, sob a perspectiva de Bakhtin e seu Círculo, entre as enunciações emergentes na mídia brasileira em 2020, responsivas às declarações presidenciais, e as enunciações responsivas de resistência à Ditadura Militar de 1964. O direcionamento desta pesquisa abrange dois recortes sócio-históricos: o início da crise pandêmica pela Covid-19, sobremaneira durante ano de 2020 e a vigência da Ditadura militar de 1964.

Esse tema é delimitado por um enfoque que diferencia e relaciona as enunciações de diferentes atores políticos nos contextos sócio-históricos pandêmico e ditatorial-militar, frente à lógica do biopoder e necropolítica. Pois acredita-se que para a compreender os acontecimentos discursivos “deve-se ter o cuidado de não separar seu conteúdo (resultado) nem do processo por meio do qual foi realizado nem da rede de atos realizados” (SOBRAL, 2018, p. 30).

Esta pesquisa se justifica pela complexidade de compreensão da dinâmica dos processos discursivos e da necessidade de uma abordagem linguístico-discursiva relacionada à teoria política e historiografia. Lançando mão da contextualização historiográfica, da teoria política e da abordagem bakhtiniana do discurso é possível a construção de uma percepção mais apurada de como as enunciações se inter-relacionam sócio-historicamente. Nesse sentido, caminha-se em direção da construção de uma Linguística Aplicada que considera a produção de

conhecimentos sócio-historicamente contextualizados, voltados pra resistência, ação e transformação sociais; em convergência com a visão (in)disciplinar de Moita-Lopes (2006).

As questões que [a LA Indisciplinar] focaliza estão [...] muitíssimo distantes da LA tradicional (normal?), que ainda é muito positivista (embora não o seja, em geral, na formulação da metodologia da investigação no Brasil!) e que ainda entende a LA como área exclusivamente centrada em práticas de ensino/aprendizagem de língua (sobretudo, estrangeiras) [...] Tem perspectiva tem situado as práticas a serem investigadas em um vácuo social, com base em um sujeito homogêneo, imune à história e às práticas discursivas em que atua e que o constituem (MOITA-LOPES, 2006, p. 25).

Diante disso, cabe ressaltar que esta dissertação também tem como motivação o “caminho considerável a ser percorrido pela pesquisa [linguística] quanto às análises discursivas de enunciações emergentes em períodos de autoritarismo do Estado, em especial sob o âmbito dos conceitos de ideologia e ato responsivo e responsável” (SILVA, 2020, p. 216)<sup>1</sup>. Assim, acredita-se que a análise dialógica do discurso norteda por Bakhtin (2011; 2017, 2018a; 2018b) e Volóchinov (2018) permite compreender a complexidade dos processos de significação de enunciados. Além disso, a capacidade de identificar como os enunciados se desenvolvem numa dinâmica de conclusibilidade e responsividade pode ser desenvolvida por meio de uma abordagem transdisciplinar que articule a perspectiva bakhtiniana de linguagem, teoria política e historiografia.

Sob essa concepção é possível perguntar: Como as enunciações midiáticas brasileiras, responsivas às declarações presidenciais, no ano de 2020 e os enunciados dos atores políticos da resistência democrática durante o período da Ditadura Militar de 1964 se relacionam dialogicamente, sob o viés dos conceitos bakhtinianos de ideologia e ato responsivo/responsável?

Esse questionamento traz como objetivo geral investigar as relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais no ano de 2020 e os enunciados concretos de resistência democrática durante da Ditadura Militar de 1964.

De maneira geral, a hipótese é que a abordagem linguística dialógica e suas relações com a teoria política e historiografia possibilitem uma compreensão mais

---

<sup>1</sup> Em dezembro de 2020 foi publicado artigo de revisão bibliográfica de pesquisas ligadas à abordagem bakhtiniana das enunciações emergentes no período da Ditadura Militar brasileira de 1964 a 1985.

apurada do dialogismo existente entre as enunciações atreladas aos dois contextos sócio-históricos, ditatorial-militar e pandêmico. Especificamente, é possível afirmar que a compreensão das dialogias enunciativas elucidada como o discurso autoritário, pautado no tom valorativo<sup>2</sup> de banalização da morte, rompe o tempo-espaço e consolida a necropolítica e o biopoder.

Teoricamente, a pesquisa se fundamenta em conceitos fundamentais referentes à concepção bakhtiniana articulados com as perspectivas historiográficas que Schwarcz; Starling (2019) e Schwarcz (2019) desenvolvem sobre a ditadura militar de 1964 e autoritarismo; o conceito de biopoder por Foucault (2019) e necropolítica por Mbembe (2018).

O procedimento metodológico de pesquisa é qualitativo interpretativo, do tipo documental, pois privilegia uma abordagem analítica de enunciados concretos documentados veiculados na imprensa e cinema. O corpus da pesquisa está dividido em dois agrupamentos: um referente às enunciações de resistência democrática frente à Ditadura de 1964, sobremaneira relacionadas à formação da Comissão Nacional da Verdade e as enunciações midiáticas brasileiras responsivas às declarações presidenciais sobre a gestão da pandemia da Covid-19 durante o ano de 2020. O primeiro agrupamento é composto pela análise dos enunciados concretos emergentes nos documentários *Verdade 12.528* (2013). O segundo agrupamento compõe-se por enunciações emergentes no documentário *Cercados* (2020).

Esta dissertação se organiza em introdução, três capítulos – respectivamente desenvolvendo a fundamentação teórica, metodologia, e análise do corpus de pesquisa – conclusão e referências. O primeiro capítulo é integrado por duas abordagens: concepções linguísticas e perspectivas da teoria política. Num primeiro momento há pormenorização dos conceitos basilares da ótica bakhtiniana de linguagem, mais especificamente: enunciação/enunciado concreto, ideologia, ato responsivo/responsável e cronotopo. Num segundo momento, há referências às concepções de teoria política, especificamente a caracterização do biopoder e necropolítica. O segundo capítulo destina-se a metodologia de pesquisa, justificativa

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que o termo *tom valorativo* é utilizado nesta pesquisa em convergência com a visão de Puzzo (2015), assim atrelado à arquitetônica da bakhtiniana, sobremaneira ao posicionamento axiológico do autor da enunciação. Nesse sentido, “o tom valorativo [perpassa] por todos os enunciados e que deve ser o traço que distingue o posicionamento do enunciador diante do tema, de sua elaboração, manifestando-se de modo mais acentuado no estilo (PUZZO, 2015, p. 82).

e pormenorização da seleção das enunciações para a análise. Por fim, o terceiro capítulo promove a análise discursiva das enunciações selecionadas sob o prisma da teoria política e historiográfica para evidenciar como os elementos éticos e estéticos, inseridos na lógica do ato responsivo/responsável, são estruturantes do dialogismo.

Assim, com suporte nas reflexões do Círculo de Bakhtin, espera-se que as análises discursivas presentes nesta pesquisa possam contribuir em dois direcionamentos para a construção de conhecimentos no âmbito da Linguística Aplicada. Primeiro, no sentido de compreender as enunciações produzidas pelos atores políticos brasileiros como produto sócio-histórico. Segundo, no sentido de ampliar a literatura científica sobre análise dos discursos jornalístico-midiático e cinematográfico, demonstrando a transdisciplinaridade da concepção bakhtiniana de linguagem.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito deste capítulo é apresentar os principais conceitos mobilizados para análise das enunciações selecionadas nesta pesquisa. O desenvolvimento conceitual é dividido em dois eixos: o linguístico e de teoria política. Importante ressaltar, contudo, que a proposta dessa divisão é apresentar uma visualização mais organizada de cada vertente teórico-reflexiva, mas propor um isolamento epistemológico.

Uma vez que esta pesquisa em Linguística Aplicada tem como base a amplitude da perspectiva bakhtiniana de linguagem, é necessário considerar – conforme aponta Brait (2018a) em seu texto *Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana* – a transdisciplinaridade de campos do conhecimento como aporte para compreensão da construção de significados enunciativos.

A despeito da transdisciplinaridade, é essencial destacar que os conceitos apresentados neste capítulo constituem um recorte do pensamento de Bakhtin e seu Círculo por meio da análise dos conceitos que integram as obras: *Estética da Criação Verbal*, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, *Teoria do Romance I: A Estilística*, *Teoria do Romance II: As formas do tempo e do cronotopo* e *Para uma filosofia do Ato Responsável*.

São selecionados, ainda, estudos de pesquisadores das obras do Círculo em *Bakhtin: conceitos-chave* e *Bakhtin: outros conceitos-chave*, uma vez que:

A simplificação por meio de textos curtos, precisos, impondo aos termos o “estado de dicionário” acabou descaracterizada pela própria natureza de um pensamento aberto, afastado das amarras dos manuais, como é o bakhtiniano (BRAIT, 2018a, p. 9).

Por fim, frente à teoria política são selecionadas *Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France* (1975 -1976) de Foucault (2019) e *Necropolítica: biopoder, estado de exceção, política da morte* de Mbembe (2018).

### 1.1 Considerações iniciais sobre o pensamento bakhtiniano

Em sua obra *Introdução ao pensamento de Bakhtin*, Fiorin (2011) articula o impacto que a produção de Bakhtin e seu Círculo causou para os estudos da linguagem e uma síntese das condições sócio-históricas da gênese dessas produções. O autor avalia que a relevância do pensamento bakhtiniano fica evidente quando se analisa o discurso pedagógico contemporâneo da Educação Básica. Entretanto, o autor aponta duas posturas epistemológicas antagônicas na recepção desse pensamento: de uma lado a vulgarização e do outro a sacralização dos textos.

Fiorin (2011) defende que tanto simplificar os conceitos do Círculo de modo a desconsiderar toda sua amplitude para além dos estudos da linguagem, quanto localizar os conceitos num espaço de verdade absoluta e aplicá-los de modo mecânico, são posturas antagônicas ao próprio pensamento bakhtiniano.

Isso porque o projeto filosófico do Círculo tem como base a responsividade ativa, na qual todo leitor dos textos apresenta uma resposta às reflexões apresentadas, interpretando-os de modo dialógico, imprimindo sua individualidade e sua posição social e histórica.

Diante disso, cabe uma breve abordagem sobre as condições de emergência dos textos do Círculo. Fiorin (2011), destaca que vida de Bakhtin – que nasceu em 1895 em Moscou, viveu em diversos locais marcados pela diversidade cultural e plurilinguismo e voltou para a capital de Moscou para morrer em 1975 – foi marcada pela experimentação do exílio e prisão advindo do autoritarismo político da União Soviética e marginalização de seus trabalhos pela academia.

Ainda que em 1952 um comitê do Instituto Gorki tenha negado à Bakhtin o título de doutor por sua tese *Rabelais e a cultura popular*, quando houve a publicação desse trabalho em 1965, o impacto mundial posicionou o autor – conforme pondera Fiorin (2011) – entre os pensadores mais relevantes do século XX.

O pensamento bakhtiniano, além de permeado pelo marxismo fundante da Revolução Russa de 1917, é abastecido pelas discussões que emergem entre o círculo de amigos que conheceu durante 1918 e 1920 quando lecionou como professor universitário na cidade de Nevel na Rússia, após se formar em História e Filologia na Universidade de São Petersburgo.

Essa rede de amigos tecida por Bakhtin escreverá em conjunto e será consolidada como seu Círculo. Destaca-se a composição de pesquisadores extremamente diversa, o que explica – além da vivência pluricultural e linguística de Bakhtin devido às migrações, exílio e prisão – a dinamicidade e amplitude dos textos produzidos. Fiorin (2011) destaca como integrantes do Círculo os nomes de Kagan, Volóchinov, Medvedev e Okolóvitch, também esposa de Bakhtin.

São apontadas como principais dificuldades de estudo das obras do Círculo: tradução e cronologia. Os textos são recepcionados pelo Brasil, e pelo Ocidente como um todo, fora da ordem cronológica de escrita e pela tradução de Kristeva do russo para o francês. A primeira publicação brasileira é *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*, traduzido do francês para o português por Lahud e Vieira (1979). A dificuldade de acesso ao texto integral vem a ser contornada com a tradução de *Problemas da poética de Dostoiévski* do russo para o português por Bezerra (1981).

Diante disso, posteriormente à recepção de outros textos do Círculo no Brasil, é apontado que as reflexões baktinianas perpassam diversas matizes do conhecimento, da filosofia à psicanálise, além dos estudos linguísticos do discurso. Diante da amplitude e fragmentação dos textos, são destacados por Fiorin (2011) três eixos basilares do pensamento do Círculo: unicidade do ser e do evento; relação eu/outro; dimensão axiológica.

Assim, antes de empreender a centralização das categorias específicas desenvolvidas pelo Círculo de Bakhtin, as quais estruturam a presente pesquisa, é essencial contextualizar alguns pressupostos arquitetônicos mais abrangentes.

Para isso, o ponto de partida se configura pela análise do conceito de discurso, presente em *Os gêneros do discurso* de Bakhtin (2011), e do espaço ocupado pelo termo análise do discurso nos estudos realizados pelos pesquisadores das obras do Círculo, levando em consideração a leitura feita por Brait (2018b) em *Análise e Teoria do discurso*.

Conforme afirma Brait (2018b), não houve por parte do Círculo de Bakhtin uma proposta formal de teoria/análise do discurso, uma vez que as reflexões sobre linguagem não nasceram com o objetivo de localizar e aplicar categorias/conceitos para apreensão de objetos de estudo. É apontado que as categorizações centrais do pensamento bakhtiniano emergem da própria análise de textos literários, em especial de Dostoiévski e Rabelais.

Entretanto, a dinamicidade e inacabamento das concepções de linguagem de Bakhtin, Volóchinov, Medvedev e demais integrantes do Círculo, foi recepcionada, pormenorizada e desenvolvida pelos pesquisadores brasileiros como Análise Dialógica do Discurso (ADD). Nesse sentido, é essencial sinalizar a complexidade metodológica de selecionar apenas alguns enfoques conceituais – indissociáveis do todo arquitetônico – para esta dissertação, tendo em vista a não finalização do pensamento bakhtiniano, bem como de seu impacto transdisciplinar para as pesquisas linguísticas, literárias e para as Ciências Humanas como um todo. Nesse sentido:

Sem querer (e sem poder) estabelecer uma definição fechada do que seria essa análise/teoria dialógica do discurso, uma vez que esse fechamento significaria uma contradição em relação aos termos que a postulam, é possível explicitar seu embasamento constitutivo, ou seja, a indissolúvel relação existente entre língua, linguagens, história e sujeitos que instaura os estudos da linguagem como lugares de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e não apenas como procedimento submetido a teorias e metodologias dominantes em determinadas épocas (BRAIT, 2018b; p.10).

É possível notar que as reflexões do Círculo apresentam uma duplicidade – ou até mesmo uma extensão dialógica – para as Ciências Humanas, pois impactam tanto nos conceitos sobre linguagem, quanto na própria metodologia de pesquisa. Quanto a esse segundo impacto, pode-se exemplificar o conceito de exotopia referente à “atividade criadora em geral – inicialmente à atividade estética e, mais tarde, à atividade de pesquisa em Ciências Humanas.” (AMORIM, 2018, p. 95).

Outros dois aspectos relevantes a serem apontados são: o acesso tardio que os pesquisadores tiveram aos escritos do Círculo e a duplicidade de autoria. Ainda

que “tenham produzido seus trabalhos sobre linguagem desde a segunda década do século XX, os linguistas entraram em contato com esse pensamento no final da década de 1970, por meio de *Marxismo e filosofia da linguagem*” (BRAIT, 2018, p. 21). Quanto à diversidade de autoria, percebe-se que o dialogismo – através do reconhecimento das múltiplas visões epistemológicas de um *outro* pelo *eu* – são essenciais à própria origem do pensamento bakhtiniano.

A concepção que Bakhtin (2011) elabora sobre linguagem parte da multiformidade do uso, assim, as atividades humanas norteiam o uso da língua através de enunciados orais e escritos, eles figuram como elo entre a língua e a vida.

A caracterização do discurso pelo Círculo expressa a diversidade e amplitude da comunicação humana, dessa forma a delimitação dos elementos enunciativos por meio de conteúdo temático, estilo e construção composicional é indispensável para compreender que “cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais [são denominados] *gêneros do discurso*” (BAKHTIN, 2011, p. 262).

Na medida em que as atividades humanas estão vinculadas aos gêneros do discurso, é posta a existência de uma infinidade de possibilidades comunicativas que configuram uma heterogeneidade funcional dos gêneros. Essa questão é tratada frente a uma historicidade linguística voltada para a Antiguidade.

É posto que a concepção de amplitude e abstração dos gêneros discursivos se deve ao fato de que na Antiguidade os estudos discursivos limitaram-se aos gêneros literários em detrimento dos gêneros cotidianos.

Diante dessa heterogeneidade é apresentada uma dinâmica que fundamenta a concepção bakhtiniana de discurso: a relação entre gêneros primários e secundários. É explicitado que, em sua gênese, os gêneros discursivos secundários incorporam os gêneros primários. Logo, esses têm sua origem nas necessidades de comunicação imediata e aqueles abrangem necessidades comunicacionais mais elaboradas, voltadas para o convívio sócio-cultural. Diante disso, e levando em consideração a relação essencial entre gêneros discursivos e enunciados concretos é ressaltado:

A diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser

adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes); a orientação unilateral centrada nos gêneros primários redundava fatalmente na vulgarização de todo o problema [...] (BAKHTIN, 2011, p. 264).

A importância dos enunciados concretos para o pensamento desenvolvido pelo Círculo sobre linguagem reside no fato de que eles expressam a diversidade das atividades humanas. Sendo assim, o processo de construção de sentido dos enunciados é intrínseco à linguagem em uso, e seu estudo transcende uma visão formalista/estruturalista de língua como sistema abstrato:

O desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida. Ora, a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos (que a realizam); é igualmente através de enunciados concretos que a vida entra na língua. O enunciado é um núcleo problemático de importância excepcional (BAKHTIN, 2011, p. 264; 265).

Partindo de Gregolin (2018), é preciso situar o espaço ocupado pela linguística saussureana na concepção bakhtiniana de linguagem. A Linguística estrutural se volta para a língua como sistema formal e abstrato de signos, enquanto o Círculo integra o discurso como objeto de estudo linguístico. A consequência de integrar o discurso à língua é analisar a heterogeneidade dos processos de construção de sentido, as diversas possibilidades de significação dos enunciados inter-relacionais que respondem ao passado e possibilitam respostas futuras.

### **1.1.2 Enunciação/enunciado concreto**

Retomando um aspecto que já foi posto, a compreensão do conceito de enunciação/enunciado concreto, assim como as demais categorizações desenvolvidas pelo Círculo, demandam um olhar sobre a totalidade da arquitetônica bakhtiniana da linguagem. Nesse sentido é possível apresentar o desenvolvimento conceitual principalmente a partir do capítulo *Língua, linguagem e enunciado* de Volóchinov (2018) que compõe a obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, bem como o texto de Bakhtin (2011) *O enunciado como unidade de comunicação discursiva. Diferença entre essa unidade e as unidades da língua (palavras e orações)* contido na obra *Estética da criação verbal*.

Com a observação do próprio título do capítulo nota-se que o termo enunciado guarda relação com língua e linguagem, evidenciando a necessidade de uma visão sistêmica. Nesse sentido, o autor apresenta, anteriormente em sua obra, questionamentos articuladores:

Qual seria então o verdadeiro centro da realidade linguística: o ato discursivo individual – o enunciado – ou o sistema da língua? E qual seria a forma da existência da realidade linguística: a formação criativa ininterrupta ou a imutabilidade imóvel das formas idênticas a si mesmas? (VOLÓCHINOV, 2018, p. 172).

A caracterização filosófico-linguística parte da crítica ao subjetivismo individualista e ao objetivismo abstrato.

A língua é apontada como um sistema normativo de signos que se realiza no âmbito social, dessa forma as normas da língua são dinâmicas e vinculadas a determinado momento histórico. Importante neste ponto ressaltar brevemente conceitos de sincronia e diacronia propostos por Paveau e Sarfati (2006) em seus estudos sobre o estruturalismo saussureano. É posto que a sincronia diz respeito à relação estabelecida por dois termos da língua, que se realiza no âmbito da consciência coletiva e designa um estado estático da língua. Por sua vez, diacronia diz respeito aos termos da língua que não se realizam na consciência coletiva, mas se referem ao percurso histórico-evolutivo realizado por eles.

A partir dessa consideração, é perceptível que a consciência individual é apresentada como uma questão central do objetivismo abstrato, pois é a ela atribuída a possibilidade de existência de um sistema de normas da língua, isso porque:

[...] o sistema sincrônico, de um ponto de vista objetivo, não corresponde a nenhum momento real do processo de formação histórica. De fato, para o historiador da língua que assume um ponto de vista diacrônico, o sistema sincrônico não é real e serve apenas como uma escala convencional para registrar os desvios existentes em cada momento real do tempo (VOLÓCHINOV, 2018, p. 174).

As normas são apresentadas sob a ótica na dinamicidade e transformação, por isso escapa à diacronia o registro das normas, elas apresentam sua existência fixada na consciência subjetiva do indivíduo socialmente localizado. É indispensável, ainda, observar que o autor não restringe a concepção de normas à língua, afirma que “a natureza da existência das normas é a mesma: elas existem apenas em

relação às consciências subjetivas dos membros de uma coletividade” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 175).

Entretanto, é afirmado que o objetivismo abstrato – incluindo-se a perspectiva de Saussure – não apresenta respostas definitivas para o comportamento da língua como sistema de normas frente à consciência do falante. É dito que são apresentadas pelos objetivistas duas orientações: a língua existente por si mesma<sup>3</sup>, independente da consciência subjetiva, e a língua mediada pela consciência subjetiva.

Assim, a concepção dialógica de linguagem proposta pelo Círculo se afasta do objetivismo abstrato na medida em que localiza a consciência subjetiva não como operacionalizadora de um sistema de formas normativas idênticas, mas como articuladora cognitiva da língua como um sistema de abstração direcionado a um enunciado concreto.

A ideia de enunciado concreto é desenvolvida em relação ao falante, afastando-se dos elementos normativos da língua e aproximando-se da construção de sentido. É posto que “para um falante, a forma linguística é importante não como um sinal constante e invariável, mas como um signo sempre mutável e flexível” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 177). Desse modo, o falante direciona o enunciado àquele que intenciona se comunicar, frente a um contexto social que não se limita à forma linguística.

O processo de compreensão enunciativo está diretamente ligado à mobilidade dos signos que refletem e refratam a realidade percebidas pelos protagonistas da comunicação. Diante disso é estabelecida uma diferenciação entre sinal e signo. Enquanto o sinal é fixado na identificação de um objeto o signo é inserido no universo ideológico.

Nota-se que essa perspectiva sobre o processo enunciativo reforça o caráter dinâmico da linguagem. Portanto, a interação comunicativa tem sua base na mutabilidade dos signos frente a situações concretas de interação e não no ato de identificar e compartilhar um sentido idêntico para um signo por meio de uma uniformização normatizada da língua.

---

<sup>3</sup> Na tradução de Grillo e Américo (2018) é utilizado o termo *objetivismo abstrato hipostático*, assim recorre-se à definição de *hipóstase* como derivação do “verbo *hipostasiar*: considerar como uma coisa em si aquilo que não passa de um fenômeno (ex.: a temperatura) ou de uma relação (ex.: a grandeza)” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 132).

O discurso vivo é trazido como uma constituição de significados enunciativos realizados numa comunidade linguística:

Para o falante nativo, a palavra se posiciona não como um vocábulo de dicionário, mas como uma palavra presente nos enunciados mais variados da combinação linguística A, B, C etc., e como palavra de seus próprios enunciados multiformes (VOLÓCHINOV, 2018, p. 180).

A realidade discursiva transpõe significados dicionarizados, pois o processo de significação é indissociável do contexto ideológico em que os signos circulam. Assim as palavras não são compreendidas partindo de sua denotação, mas do juízo de valor, uma vez que “está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 181).

Diante disso é afirmado que a “ruptura entre a língua e seu conteúdo ideológico é um dos erros mais graves do objetivismo abstrato” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 182). A consciência dos falantes e a comunicação em termos de vivência cotidiana não acessam diretamente a língua como sistema normativo.

É desenvolvido um apontamento epistemológico direcionado à ideia de língua como sistema sincrônico. A concepção de sistema é uma abstração construída com finalidade metodológica própria que objetiva direcionar determinados estudos filológico-linguísticos. Esses estudos tinham como *corpus* de pesquisa principalmente o registro escrito das línguas mortas e conseqüentemente estáticas. Aqui é apontada a limitação dessa perspectiva para compreensão dos processos enunciativos no contexto da língua viva:

Guiada pela necessidade filológica, a linguística sempre partiu do enunciado monológico finalizado, o monumento antigo, tomado como realidade última. Foi no trabalho com esse enunciado monológico morto, ou mais precisamente como uma série desses enunciados, unidos apenas pela língua comum, que a linguística elaborou os métodos e categorias (VOLÓCHINOV, 2018, p. 184).

A figura do enunciado prevê uma mobilidade, um não isolamento, para a compreensão do processo de significação. É posto que enunciados são permanentemente inacabados e que os sentidos se constroem e reconstroem ao longo do tempo. Todo enunciado responde a uma enunciação anterior e prevê uma resposta enunciativa posterior, é “apenas um elo na cadeia ininterrupta de discursos verbais” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 184).

A concepção bakhtiniana de enunciado, portanto, supera a visão de autossuficiência do signo, o monologismo<sup>4</sup> e a compreensão passiva. Tal direcionamento linguístico fica evidente com o desenvolvimento do conceito de palavra alheia, que se contextualiza nas relações de poder político.

É posto que a linguística que tem como pressuposto o ensinar e decifrar uma língua morta traduz uma relação de dominação em vários níveis sociais. Volóchinov (2018) refaz o percurso histórico da filologia e da linguística e aponta os sacerdotes como os primeiros estudiosos dessas áreas. O impacto desse dado reside no fato da relação com o sagrado, uma vez que os registros religiosos eram feitos em língua estrangeira, cabendo aos sacerdotes sua tradução para à língua materna, profana.

É possível notar que o termo palavra alheia designa uma ambivalência: o alheio estrangeiro e o alheio à consciência de um povo, elucidando uma relação de domínio pelo viés do simbólico, dos processos de significação. Assim:

Esse grandioso papel organizador da palavra alheia sempre vinha acompanhado pela força e pela organização alheia ou era encontrado por um jovem povo conquistador no terreno de uma cultura antiga e poderosa ocupada por ele, como se ele escravizasse a consciência ideológica do povo conquistador a partir dos túmulos. Como resultado, a palavra alheia, nas profundezas da consciência histórica dos povos, fundiu-se com a ideia de poder, força, de santidade e de verdade [...] (VOLÓCHINOV, 2018, p. 188; 189).

A palavra alheia é apontada como fundamento do objetivismo abstrato, criticado pela perspectiva bakhtiniana, e seu reflexo na concepção de enunciado é isolamento e acabamento, que por sua vez, são agentes limitadores do conhecimento linguístico.

É proposto que para a compreensão linguística da complexidade do processo de construção de sentidos enunciativos se leve em conta a polissemia em sua dinâmica de colisão. As palavras por si só possuem sentidos múltiplos que são evocados em situações de comunicação concreta para além da dicionarização.

Contudo, o próprio contexto de comunicação concreta também precisa ser ampliado com relação ao objetivismo abstrato. Os contextos de usos formadores de enunciados autônomos também são flexíveis em função da colisão de sentidos ambientada pelo diálogo:

---

<sup>4</sup> Objetivando a breve contextualização desse termo, recorre-se ao direcionamento dado por Bezerra (2018), segundo o qual para Bakhtin o monologismo concentra no próprio autor vozes e pontos de vistas discursivos em detrimento da consciência responsiva do outro; desse modo um enunciado monológico advém do monólogo, que “é algo concluído e surdo à resposta do outro, não reconhece nela força *decisória*” (BEZERRA, 2018, p. 192).

[...] a mesma palavra aparece em dois contextos em colisão. É claro, as réplicas de um diálogo representam apenas o caso mais claro dos contextos multidirecionais. Na verdade, qualquer enunciado real, em um grau maior ou menor e de um modo ou de outro, concorda com algo ou nega algo. Os contextos não se encontram lado a lado, como se não percebessem um ao outro, mas estão em estado de interação e embate tenso e ininterrupto (VOLÓCHINOV, 2018, p. 197).

O enunciado, portanto, é percebido como um produto do ato discursivo e por essa razão a construção de significado depende da desigualdade, da colisão, da negociação de sentidos. Assim, ainda é possível apontar, uma oposição das concepções do Círculo também ao subjetivismo individualista, baseado em condições psicoindividuais. Portanto, é possível notar que a abordagem bakhtiniana de linguagem – recepcionada pelos pesquisadores e pesquisadoras do Brasil como Análise Dialógica do Discurso – representa um distanciamento tanto do objetivismo abstrato, quanto do subjetivismo individualista, pois ambos apresentam um esvaziamento do elemento essencialmente social para o estudo da construção de sentidos enunciativos.

A crítica central ao subjetivismo individualista – representado nas figuras de Humboldt e Vossler – diz respeito à função da linguagem como formadora do pensamento em detrimento da comunicação. Bakhtin (2011) confronta a ideia do isolamento humano no contexto da linguagem. Uma das principais bases da arquitetônica do pensamento linguístico do Círculo são as relações estabelecidas entre o *eu* e o *outro*, sendo assim explorada a ambivalência da comunicação em que o sujeito figura ao mesmo tempo como locutor e ouvinte em sua relação com o contexto social imediato ao qual responde.

Advém dessa crítica o questionamento da passividade comunicativa presente nas teorias linguísticas até século XIX, até mesmo no estruturalismo saussureano – que tem sua importância epistemológica reconhecida pelo Círculo. Em detrimento da ideia de recepção passiva da fala, é defendido que a comunicação verbal prevê uma atitude responsiva ativa por parte dos interlocutores.

Por meio do enfoque no ouvinte, o processo de comunicação verbal é descrito como desencadeamento de respostas inter-relacionais. Nesse sentido é desenvolvida a vivacidade do enunciado. Assim que ele é emitido pelo falante o ouvinte prontamente elabora um enunciado-resposta que articula juízos de valor consonantes ou dissonantes com os do falante.

[...] todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). Cada enunciado é um elo na corrente completamente organizada de outros enunciados (BAKHTIN, 2011, p. 272).

A questão da delimitação enunciativa também é desenvolvida em oposição às definições preconizadas pelos linguistas até aquele momento. Os termos *fala* ou *fluxos de fala* são postos como ambíguos, na medida em que há imprecisão na abstração que divide a língua em unidades fônicas ou significativas, quando essas não abordadas em termos discursivos.

Diante disso, o enunciado é posto como a real unidade da comunicação discursiva e, conseqüentemente, da língua. Assim, tendo em vista o pressuposto de interlocutor ativo e responsivo, a delimitação enunciativa é dada no contexto de alternância dos sujeitos discursivos que alternam suas falas, porém seguem replicando ativamente um outro em silêncio. Nota-se então que:

O enunciado não é uma unidade convencional, mas uma unidade real, precisamente delimitada da alternância dos sujeitos do discurso, a qual termina com a transmissão da palavra ao outro, por mais silencioso que seja o “dixi” percebido pelos ouvintes [como sinal] de que o falante terminou (BAKHTIN, 2011, p. 275).

O diálogo cotidiano (gênero discursivo primário), a partir dessa lógica, é posto como o contexto real de atividade humana em que fica mais clara a limitação de enunciados na esfera discursiva. Com relação às articulações comunicativas atreladas a produções cultural artística/retórica/científica (gêneros secundários), é destacado que a alternância de sujeitos é representada; o autor replica a si mesmo.

Ainda por meio da centralização do conceito de réplica é desenvolvida uma diferenciação entre oração e enunciado, contudo considerando a relação entre ambos. Aquela é representada como unidade da língua e esse como unidade da comunicação discursiva.

É colocado que o conceito de oração é uma questão tradicionalmente complexa para os estudos linguísticos. Frente a diversidades teóricas, é apresentada uma concepção que possibilita à oração tornar-se um enunciado na medida em que há incorporação do potencial discursivo e, conseqüentemente, ação responsiva do *outro*. Sem essa assimilação é mantida a natureza essencial da oração.

A oração enquanto unidade da língua carece de todas essas propriedades: não é delimitada de ambos os lados pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato imediato com a realidade (com a situação extraverbal) nem relação imediata com enunciados alheios, não, dispõe de plenitude semântica nem capacidade de determinar imediatamente a posição responsiva do outro falante, isto é, de suscitar resposta (BAKHTIN, 2011, p. 278).

A caracterização do enunciado é centralizada na responsividade (reação ao discurso) que, por sua vez, não pode ser desvinculada da conclusibilidade (fecundidade dialógica); ambas guardam em sua essência a alternância dos sujeitos discursivos. Assim, é possível perceber que no processo enunciativo o *eu* está imerso na potencialidade de provocar respostas no *outro*.

Importante ressaltar também que a relação conclusibilidade/responsividade não fica adstrita apenas ao diálogo real, ela pode ser ampliada no âmbito da sócio-historicidade. Levando em conta os gêneros discursivos secundários, é possível observar que em uma obra (científica, artística) o autor responde – em termos de conteúdo temático, estilo e construção composicional – aos discursos anteriores a ela e possibilita em discursos posteriores.

A partir dessas relações, o enunciado passa a ser pormenorizado em três elementos: “1) exauribilidade do objeto e do sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante; 3) formas típicas composicionais e de gêneros do acabamento” (BAKHTIN, 2011, p. 281).

Aqui, fica evidente a impossibilidade de conceber as categorizações bakhtinianas isoladamente, pois os gêneros discursivos são mobilizados para desenvolver características do enunciado.

A primeira característica é o esgotamento semântico com relação ao objeto do enunciado. É posto que quanto menos flexível o gênero discursivo, mais completude semântica ele possui; conseqüentemente quanto mais possibilidade criativa o gênero permite, mais o autor do enunciado consegue expandir a conclusibilidade.

O segundo aspecto diz respeito à organização do ímpeto discursivo do autor. Nesse sentido, o falante verbaliza sua vontade por meio da seleção do objeto sobre o qual pretende enunciar e insere o enunciado na dinâmica do gênero discursivo mais adequado à situação concreta da atividade humana.

O terceiro ponto desenvolvido mantém a análise do elo indissociável entre gênero discursivo e enunciado. Assim, os direcionamentos enunciativos levam em

conta a relativa estabilidade dos elementos que compõem e caracterizam os gêneros. É afirmado que a comunicação humana acontece, e é modulada, por meio de gêneros discursivos, ainda que o sujeito não reconheça de forma plena e consciente a existência deles, eles são apropriados em conjunto com a língua.

Falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo. [...] Esses gêneros do discurso nos são dados quase da mesma forma que nos é dada a língua materna, a qual dominamos livremente até começarmos o estudo da gramática (BAKHTIN, 2011, p. 282).

Feita essa consideração, é possível retomar a questão da normatização da língua. É posto que critérios de correção são aplicados aos enunciados em situações muito específicas como o ensino da língua – principalmente o escrito –, assim quando se fala em discurso vivo a construção de significados não fica adstrita à norma, pois a consciência do falante está sujeita ao conteúdo ideológico.

Posteriormente, Bakhtin (2011) aponta que há um repertório discursivo atrelado aos gêneros, o que faz com que os sujeitos tenham diferentes desempenhos expressivos nos diversos campos da comunicação cultural. Fica evidente, então, que a habilidade de moldar o discurso frente aos diferentes gêneros implica em potencial comunicativo e descoberta da própria individualidade – uma vez que se torna possível imprimir as marcas estilístico- subjetivas.

Desse modo, ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso: estes são tão indispensáveis para a compreensão mútua quanto as formas da língua. Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele (BAKHTIN, 2011, p. 285).

É destacada a maior plasticidade dos gêneros em relação às formas da língua, mas também a característica normativa da relação gênero-enunciado. Novamente essa análise é desenvolvida em contraposição ao estruturalismo sassureano, que considera a essência do enunciado exclusivamente individual e sua composição como combinação ilimitada de formas da língua da língua. Dessa forma, nota-se que os gêneros do discurso, enquanto unidades discursivas, estabelecem delimitações composicionais ao enunciado.

A questão da autoria é suscitada como elemento gerador de sentido. O processo de significação de um enunciado concreto – que emana do falante sócio-histórico – demanda a localização específica desse enunciado, diante do espaço contextual amplo de enunciações anteriores e posteriores (de autoria do próprio falante ou de outro sujeito discursivo). Portanto, o sentido só pode ser compreendido quando o enunciado concreto é analisado como elo de uma cadeia discursiva.

Levando em conta a caracterização feita a respeito do enunciado é possível desenvolver a perspectiva da expressividade. É posto que o elemento expressivo da enunciação nasce da relação entre o conteúdo semântico-objetal (objeto desenvolvido em termos discursivos) e especificidades estilístico-composicionais (escolhas estéticas relativas ao gênero).

O sujeito do discurso leva em conta suas percepções valorativas quanto ao objeto do discurso, bem como a atitude responsiva do outro para direcionar a expressividade que será impressa. Esse direcionamento tem como parâmetro enunciados congêneres que são mobilizados sob o enfoque padrão-normativo – ainda que a estabilidade dos gêneros discursivos seja relativa.

Assim, é apresentada a conclusão de que a expressividade não é inerente à palavra como unidade linguística, ao seu significado denotativo; mas uma consequência da comunicação viva, da adequação ao gênero discursivo. A expressão subjetiva é um reflexo estilístico de enunciações anteriores, “que torna a palavra uma espécie de representante da plenitude do enunciado do outro como posição valorativa determinada” (BAKHTIN, 2011, p. 295).

Desse modo, pode-se perceber que a expressividade não pode ser reduzida a um recurso estilístico quando ela é inserida na dinâmica do dialogismo. A expressão de estilo está atrelada às características do gênero discursivo, à intenção e aos efeitos que o sujeito do discurso pretende provocar em termos de responsividade do outro e, por fim à posição valorativa dos sujeitos com relação ao objeto do discurso. A compreensão da posição valorativa está intimamente ligada à visão que o Círculo desenvolve sobre ideologia, que será tratada a seguir.

### **1.1.3 Ideologia**

Fica evidente, nesse ponto, o aspecto interdependente dos conceitos bakhtinianos, não há como compreender o conceito de enunciado sem a

mobilização do conceito de ideologia. Antes de adentrar as especificidades desse conceito cabe o desenvolvimento de uma breve contextualização histórico-epistemológica.

Volóchinov (2018) afirma a escassez de abordagens marxistas a respeito da filosofia da linguagem e, diante disso, aponta que o objetivo de sua pesquisa é apresentar um direcionamento ao problemas concretos e metodológicos sobre a linguística. Ele parte da crítica à simplificação que a abordagem marxista promove sobre os fenômenos ideológicos, os abordando estritamente sob viés da consciência subjetiva.

Em seguida, são contrapostas duas concepções que dominavam aquele contexto científico: a perspectiva positivista do empirismo<sup>5</sup> – que concebia o fato como um objeto estanque – e o materialismo mecanicista<sup>6</sup> pré-dialético (nota de rodapé). Pontua-se que ambos os direcionamentos epistemológicos não eram convergentes às concepções de Marx e Engels e, conseqüentemente, deixavam escapar a ideologia como objeto de pesquisa.

Há destaque para diálogo entre a filosofia da linguagem e o marxismo:

[...] os problemas da filosofia da linguagem se encontram no cruzamento dos campos mais importantes da visão de mundo marxista, sendo que atualmente essas áreas gozam de grande atenção da nossa sociedade (VOLÓCHINOV, 2018, p. 85).

É afirmado que a filosofia da linguagem começa a apresentar alguns questionamentos e ocupar um espaço na teoria marxista. Assim, torna-se necessário uma abordagem particularizada das indagações para articulação das respostas, uma vez que o método marxista não tinha seu foco na linguagem.

Nesse sentido, são apontadas duas características da ideologia que mobilizam fundamentos da filosofia da linguagem para serem compreendidas. A primeira delas diz respeito ao vínculo que a ideologia tem com a realidade, a

---

<sup>5</sup> A título de promover uma contextualização destaca-se que o “empirismo, sobretudo de Locke e de Hume, demonstra que não há outra fonte do conhecimento senão a experiência e a sensação [portanto] ideias só nascem do enfraquecimento das sensações, e não podem ser inatas (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 84).

<sup>6</sup> No mesmo sentido, destaca-se a limitação epistemológica da concepção de materialismo na qual o “pensamento teria uma origem material, como um produto dos processos de funcionamento do cérebro [posteriormente], no início do pensamento moderno, o desenvolvimento da física gerou uma concepção materialista conhecida como mecanicismo, que procurava uma explicação científica do real baseada exclusivamente em mudanças quantitativas na matéria JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 181).

segunda refere-se ao fato de haver reflexo/refração dessa realidade numa criação-produto ideológico.

Sobre a relação entre realidade e seu reflexo/refração é centralizado o processo de significação dos signos por meio da simbolização:

Qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma *significação*: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ou seja ele é um *signo*. *Onde não há signo também não há ideologia* (VOLÓCHINOV, 2018, p. 91).

Destaca-se que a realidade é simbólica, na medida em que os sujeitos percebem os objetos e fenômenos do mundo como símbolos e por símbolos os representam. Nesse sentido, são apresentados exemplo de conversão objetos em signos ideológicos: a ampliação semântica da foice e ao martelo – para além de instrumentos de produção – quando compõem o brasão da União Soviética; bem como do pão e vinho – para além de produtos de consumo – quando sacralizados pelo cristianismo.

Assim, “além dos fenômenos da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo, existe um mundo particular: o *mundo dos signos*” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93). Nota-se que a existência desse *mundo* somente é viabilizada por meio da percepção subjetivo-dialógica, uma vez que por si sós, os objetos não produzem significado.

A caracterização do signo é desenvolvida de forma ambivalente. Existe um pertencimento do signo à realidade, mas ao mesmo tempo ele guarda em si a potencialidade de refleti-la e refratá-la. Essa potencialidade está intimamente atrelada à ideologia, na medida em que os juízos de valor são norteadores da distorção da realidade, assim, é possível falar em signo ideológico.

É indispensável reforçar que essa dinâmica de reflexão/refração da realidade ocorre no plano da linguagem, da construção de significados, dessa forma “tudo o que é ideológico possui significação súnica” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 93).

É dada continuidade ao contraponto às explicações vigentes sobre ideologia, neste momento a crítica se dirige ao idealismo e ao psicologismo<sup>7</sup>. O problema

---

<sup>7</sup> Nesse ponto, cumpre destacar que “do ponto de vista da problemática do conhecimento, idealismo implica a redução do objeto do conhecimento ao sujeito conhecedor, e, no sentido ontológico, equivale à redução da matéria ao pensamento ou ao espírito” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.

principal dessas duas correntes é a localização que se atribui à ideologia – e, conseqüentemente, à sua relação com o signo – no espaço da consciência.

É defendido que existe uma necessidade de interação com a realidade exterior, organizada por campos de criação ideológica, para que um signo seja compreendido. Assim, existe uma cadeia ideológica – orientada por campos de criação (artístico, religioso, jurídico, etc) que refratam a realidade diante das suas especificidades comunicativas – que percorre signo por signo e entrelaça as consciências individuais que os percebem.

Essa cadeia ideológica se estende entre as consciências individuais, unindo-as, pois o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais. A própria consciência individual está repleta de signos. Uma consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social (VOLÓCHINOV, 2018, p. 95).

Portanto, é possível perceber que a visão bakhtiniana de linguagem reforça – assim como foi abordado anteriormente nas categorizações de gêneros discursivos e enunciado concreto – e o papel essencial da sociedade, da interação entre sujeitos sócio-históricos na própria existência dos fenômenos linguísticos.

Diante disso, é apontado que a realidade social é o que apoia a consciência individual e quando há um deslocamento da ideologia exclusivamente para o plano da consciência cria-se uma realidade transcendental isolada. A concepção defendida é que a “consciência individual é um fato social e ideológico” (VOLÓCHINOV, 2018, p. 95) e esse pressuposto deve ser reconhecido epistemologicamente para que haja uma compreensão objetiva sobre ideologia.

Para sintetizar a abordagem sobre ideologia, cabe a análise de uma breve definição de ideologia apresentada por um dos intérpretes dos textos do Círculo:

[...] se poderia caracterizar ideologia, da perspectiva bakhtiniana, como a expressão, a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens. Ao mesmo tempo, esse ponto de vista também manifesta sua compreensão diversa da exercida pela ideologia dominante. A superestrutura não existe a não ser em jogo e relação constante com a

---

139). Por sua vez, o psicologismo figura como “reducionismo na medida em que busca explicar todos os elementos da experiência humana a partir da dimensão psicológica dessa experiência” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 230). Ambas as perspectivas, ainda que mantido o foco na consciência, serão reformuladas pelo neokantismo cassireriano sob o viés da representação simbólica, pois “cada elemento da consciência representa algo, possui uma função simbólica [...] de acordo com Cassirer, a ideia é tão sensorial quanto a matéria; porém essa natureza sensorial do signo simbólico possui um caráter representativo (AMÉRICO; GRILLO, 2018, p. 34). Diante desse contexto, cabe ressaltar que, segundo Ponzio (2017), Bakhtin acaba por responder à teoria das formas simbólicas de Cassirer, em especial no texto *Para uma filosofia do ato responsável*.

infraestrutura, defende Bakhtin, e essa relação é estabelecida e intermediada pelos signos e por sua capacidade de estar presente necessariamente em todas as relações sociais (MIOTELLO, 2018, p. 171).

É possível perceber que a ideologia prevê uma relação entre valores atrelados a estruturas sociais. A negociação de sentidos ligadas aos signos estão inseridas na oposição entre uma ideologia dominante e uma ideologia do cotidiano. O termo ideologia dominante, como aponta Miotello (2018), guarda certa relação com a concepção marxista na medida em que compreende valores atrelados a uma classe social dominante.

Entretanto, os estudos do Círculo avançam nessa análise com relação à constituição da consciência, subjetividade e – o mais relevante para este momento – inserem o termo ideologia do cotidiano em oposição dialética ao sistema de valores da classe dominante.

A relação entre ideologia oficial e ideologia do cotidiano impactam na construção de sentido, pois estão atreladas àquela concepção de fluidez do signos. Assim, a negociação de sentidos inclui uma relação de poder entre o dominar e o resistir; entre forças centrípetas que tendem a manter o significado e forças centrífugas que tendem a ressignificar.

Frente às relações de negociação de sentidos norteados por ideologias cotidianas/dominantes, é posto pelo círculo que o sujeito não tem alibi frente ao seu discurso e também às suas ações. Portanto, as enunciações – atravessadas por ideologias que imprimem um tom valorativo – são de responsabilidade do sujeito humano e esse deve responder por elas. É essa relação entre ato e responsabilidade que será desenvolvida em continuidade.

#### **1.1.4 Ato responsivo/responsável**

Para pormenorizar as concepções linguísticas desenvolvidas por Bakhtin (2011; 2017) é possível organizar as categorizações a partir das leituras de Sobral (2018a; 2018b) em *Ato/Atividade e evento* e *Ético e estético – Na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas*.

Sobral (2018a) aponta que as pesquisas que abordam os atos humanos apresentam uma divisão quanto às possibilidades de generalização e

particularização. Assim, há uma categorização de atos como concretos e irrepetíveis e atos como atividade repetíveis.

Contudo, essa divisão apresenta ambivalências; é demandado um olhar sobre o agir humano que identifique características comuns aos atos, permitindo um agrupamento; mas também há exigência de identificar especificidades em cada ato, possibilitando sua individualização. Além disso essas questões reverberam na organização da condição humana sob o âmbito da autoria e situação da ação. A partir disso, nota-se que o ser humano, ao agir, imprime sua identidade nos atos o que os torna singulares, respondendo a determinados contextos específicos.

Antes de abordar especificamente as concepções bakhtinianas de ato/atividade e evento, é apontada a necessidade de compreensão da “relação entre a experiência imediata no mundo natural e sua representação em linguagem no mundo humano” (SOBRAL, 2018a, p. 12). São apresentadas, diante da Teoria do Conhecimento, três formas de atitudes que podem ser divididas de modo simplificado diante das relações que estabelecem com diferentes enfoques dados pelas perspectivas filosóficas a diferentes elementos: realidade ontológica, processos do conhecimento e a síntese desses enfoques – desenvolvida por Kant principalmente<sup>8</sup>.

Assim, os textos centrais apontados por Sobral (2018a) como fontes do conceito de ato/atividade na perspectiva de Bakhtin consistem em:

[...] fragmento *Para uma filosofia do ato*, escrito, ao que parece, no período de 1920 a 1924 [...] em “O autor e o herói”, da década de 1920 [...] De fato trata-se de um conceito que Bakhtin empresta de Kant e que vai reformular radicalmente. Outros textos da época que têm relação com essa concepção e, mais do que isso, com o empreendimento filosófico geral do Círculo de Bakhtin são: “Arte e responsabilidade”, de 1920 – 1924, seu primeiro ensaio, e “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação verbal”, de 1924 [e] “Discurso na vida e discurso na arte” / “Discurso na vida e discurso na poesia”, de 1926, assinado por V. Voloshinov (SOBRAL, 2018a, p. 16).

Esta pesquisa opta pelo enfoque em *Arte e responsabilidade*, publicado em 2011 compondo *Estética da criação verbal*, e *Para uma filosofia do ato responsável*, publicado em 2017. É possível uma aproximação entre os dois textos na medida em que, “apesar do caráter aparentemente fragmentário e pouco sistemático da obra do

<sup>8</sup> Sobral (2018a) localiza essas posturas filosóficas, respectivamente, no empirismo e no racionalismo. A esse respeito – posta a breve contextualização sobre empirismo feita anteriormente – cumpre observar o racionalismo “considera que o real é a última análise racional e que a razão é portanto capaz de conhecer o real e de chegar à verdade sobre a natureza das coisas [...], designa doutrinas bastantes variadas e suscetíveis de submeter à razão todas as formas de conhecimento” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 233).

Círculo de Bakhtin, [...] pode-se perceber uma grande coerência temática e uma clara linha de continuidade conceitual entre os vários escritos que a compõem” (SOBRAL, 2018a, p. 17).

Bakhtin (2011) defende a ideia de que existem três campos da cultura humana: ciência, arte e vida. Existe a possibilidade desses campos se inter-relacionarem ou se tornarem mecânicos.

A mecanicidade ocorre quando a relação entre os campos culturais é dada externamente ao indivíduo, o que estabelece uma dinâmica em que ele apenas troca de posição ocupando cada campo de forma temporária e isolada. O resultado que advém desse processo é a produção cultural banalizada.

Por outro lado, é possível que o indivíduo sintetize em si os campos da cultura, essa síntese é possibilitada pela responsabilidade. O sujeito responde com sua própria vida pelas produções culturais que cria, e não pode eximir-se de sua culpa, e quando tenta fazê-lo há um apagamento das experiências vivenciadas, há uma produção mecânica.

[...] a culpa também está vinculada à responsabilidade. A vida e a arte não devem só arcar com a responsabilidade mútua mas também com a culpa mútua. O poeta deve compreender que a sua poesia tem culpa pela prosa trivial da vida, e é bom que o homem da vida saiba que a sua falta de exigência e a falta de seriedade das suas questões vitais respondem pela esterilidade da arte. O indivíduo deve tornar-se inteiramente responsável: todos os seus momentos devem não só estar lado a lado na série temporal de sua vida mas também penetrar uns os outros na unidade da culpa e da responsabilidade (BAKHTIN, 2011, p. XXXIV).

Em continuidade conceitual, é possível apontar as considerações de Bakhtin (2017) sobre a teorização excessiva empreendida em determinadas áreas do conhecimento. É apontado que o mundo teórico é uma abstração acabada, imóvel e desvinculado da historicidade viva – nesse ponto, nota-se claramente a coerência temática do Círculo, na medida em que há o mesmo direcionamento crítico quanto às concepções linguísticas que abstraem a língua de sua utilização concreta.

Dessa forma, a significação do ato humano é concretizada no mundo real, no qual o sujeito existe vivo em todo dinamismo social de interação, e não no mundo teórico obtido através da abstração, pois o ser humano não existe de fato no mundo teórico. Entretanto, é apresentada uma compreensão da necessidade de abstração teórica motivada pelo impulso de construção de uma realidade cognoscível.

Assim, o sujeito orienta seus atos diante da sua existência no mundo vivo e, de modo ambivalente, pensa esse mundo a partir de sua própria existência:

O realismo ingênuo é próximo da verdade, na medida em que ele não constrói teorias, e sua prática poderia ser assim formulada: vivemos e agimos no mundo real, mas o mundo de nosso pensamento é o seu reflexo, dotado de um valor técnico. O mundo real se reflete somente por meio do pensamento, mas ele, por seu turno, não se pensa no seu existir, isto é, cada um de nós, com todos seus pensamentos e seus conteúdos, somos nele, e é nele que nós vivemos e morremos. Um tal relacionamento recíproco entre pensamento e realidade é muito próximo da verdade (BAKHTIN, 2017, p. 53; 54).

Em linhas gerais, segundo Sobral (2018a) é necessária a distinção entre ato/atividade e evento. Assim como ato/atividade, o evento é situado pelo círculo no plano concreto, tem localização sócio-histórica. Entretanto, é possível notar uma amplitude maior no conceito de evento, quanto ele é posto como “ato abarcador que inclui os vários atos da atividade do homem ao longo desse diálogo permanente que é a vida [...]” (SOBRAL, 2018a, p. 27).

Nota-se que o evento configura uma concentração de atos/atividades irrepetíveis – uma vez que são situados na historicidade viva e ligados à autoria subjetiva – e potencialmente significáveis e compreensíveis. Os significados atribuídos ao ato/atividade dizem respeito aos seu impacto histórico-simbólico em determinado contexto social.

Nesse sentido Sobral (2018a) trabalha com o exemplo dos atentados terroristas ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001, o qual não se restringe à destruição patrimonial ou às vidas perdidas; além disso há uma reverberação simbólica das tensões históricas entre Ocidente e Oriente. Portanto a compreensão do ato/atividade demanda considerar ao conteúdo (resultado), bem como processo histórico que o culmina.

O encaminhamento esperado ao desenvolvimento conceitual de ato/atividade diz respeito à responsabilidade e responsividade. Uma vez que não é possível desvincular atos de sua autoria e de seu contexto sócio-histórico.

Os atos humanos são inter-reativos – respondem uns aos outros – e marcados pela ausência de álibi. Assim, o sujeito não pode se escusar de sua reponsabilidade pelo potencial resultado de seu discurso/ação. Em termos de composição o ato responsivo/responsável ou “ato responsável [...] envolve o conteúdo do ato, o processo do ato, e, unindo-os, a valoração/avaliação do agente com respeito a seu próprio ato” (SOBRAL, 2018b, p. 104).

Portando, o sujeito age, enuncia, discursa de um lugar situado sempre em relação ao *outro*, e ainda que não tenha a dimensão da gênese do significado prospectivo, seu vínculo de autoria é permanente.

O ato responsável é, precisamente, o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade. É essa afirmação do meu não-álibi no existir que constitui a base da existência sendo tanto dada como sendo também real e forçosamente projetada como algo ainda por ser alcançado. É apenas o não-álibi no existir que transforma a possibilidade vazia em ato responsável real (através da referência emotivo-volitiva a mim como aquele que é ativo) (BAKHTIN, 2017, p. 99).

Essa afirmação evidencia que a existência está vinculada ao agir e a responsabilidade pelo ato/atividade é o que caracteriza a singularidade de cada sujeito. O indivíduo é ativo e imprime sua identidade no discurso/ação por meio de seus valores. Nesse ponto fica evidente a coerência filosófica entre esse texto e a afirmação feita em *Arte e responsabilidade* acerca do sujeito responder com sua própria vida pelo seu discurso/ação.

Ainda nesse sentido, cabe o destaque de outro posicionamento bakhtiniano:

A vida pode ser compreendida pela consciência somente na responsabilidade concreta. Uma filosofia da vida só pode ser uma filosofia moral. Só se pode compreender a vida como evento, e não como ser-dado. Separada da responsabilidade, a vida não pode ter uma filosofia; ela seria, por princípio, fortuita e privada de fundamentos (BAKHTIN, 2017, p. 117).

O entendimento do percurso dessa filosofia moral, que norteia a vida como evento, pode ser apurado através da mobilização do conceito que Bakhtin e o Círculo denominam como *cronotopo*. Se está evidente que a singularidade de cada indivíduo se estabelece no ato/atividade responsável por meio de presença de valores subjetivos, e considerando que o indivíduo bakhtiniano se constrói na interação com o *outro*, os valores não ocupam uma posição de isolamento, eles são compartilhados.

Esse compartilhamento está vinculado às relações humanas estabelecidas num contexto de indissociabilidade do tempo-espço. A esse respeito, Bakhtin (2018) ressignifica presente, passado e futuro a partir do romance, perspectiva que será desenvolvida a seguir.

### 1.1.5 Cronotopo

A incorporação do conceito cronotopo aos estudos linguístico-literários é um marco para a filosofia do Círculo. Isso porque as “ciências humanas parecem ter esquecido e existência e a importância do espaço e do tempo (ao passo que nenhuma fórmula física passa sem o S e o t), desviam-se do dado espaçotemporal imediato do seu próprio objeto” (BAKHTIN, 2018b, p. 255).

O aspecto inicial a ser destacado acerca do conceito de cronotopo diz respeito ao seu pertencimento à arquitetônica bakhtiniana, sobremaneira sob o viés do dialogismo. Assim, essa categorização, como as demais, é desenvolvida considerando a relação entre o *eu* e o *outro*.

Bakhtin (2018b), ao analisar o romance, inter-relaciona três cronotopos: relativo ao universo representado, ao autor e outro ao ouvinte/leitor. Não há uma fusão entre eles, mas uma interdependência tempo-espacial.

O início e o fim do acontecimento narrado (representado) e o início e o fim da narração (representação) desse acontecimento são acontecimentos completamente diversos, situados em diferentes universos e, antes de tudo, em diferentes cronotopos: no cronotopo das personagens, no cronotopo do autor (narrador) e no cronotopo do ouvinte (ou leitor) (BAKHTIN, 2018b, p. 238).

O autor sócio-historicamente situado, portanto, posiciona-se em relação ao acontecimento que irá representar, considerando um ouvinte/leitor presumido para produzir sentido. Assim, as relações cronotópicas evidenciam que a construção de sentido transborda, novamente, as concepções estruturalistas, vinculando-se a uma dinâmica texto-contexto.

Ainda, cabe pensar sobre a relação entre significado e sentido no contexto do cronotopo. A filosofia bakhtiniana preconiza que o autor e o leitor integram o mesmo mundo e seus cronotopos se encontram na obra. Dessa forma, fica evidente que a interação entre os sujeitos, também é a interação de seus cronotopos e somente a partir da interação o sentido é construído.

Por si sós, o significado e o sentido, carecem de definições de tempo e espaço. O significado é um formador de sentido, é um elemento destacado do sentido. O enunciado tem um sentido, uma palavra isolada que o integra tem um significado; o significado não existe fora do sentido. Contudo, tanto o significado como o sentido só existem se encontram uma expressão espaçotemporal [...] (BAKHTIN, 2018b, p. 240).

Outro aspecto fundamental a ser destacado, diz respeito ao cronotopo como impressão de autoria. Uma vez que existe a contraposição entre o cronotopo em que o autor está situado e o cronotopo que o autor representa em suas obras, a

unidade do conjunto de obras não diz respeito à “unidade extraliterária do homem, mas da unidade do criador” (BAKHTIN, 2018b, p. 240).

Dessa forma, na produção dos gêneros discursivos, além do autor imprimir seu estilo, ele expressa sua visão de mundo por meio da caracterização espaço-temporal. Entretanto existe uma variabilidade quanto ao potencial que os gêneros discursivos possuem quanto à representação cronotópica.

É constitutivo de todo romance (do gênero romanesco por sua natureza) o contato com a realidade inacabada. Não se trata do mundo pátrio nem do mundo estranho, mas do mundo em que nós também vivemos, no qual também nós poderíamos vivenciar todas essas aventuras, e todas as pessoas, assim como nós, são pessoas privadas, não são heróis épicos inacessíveis a nós [...] Aí já se esboça o contato com uma realidade inacabada (do autor e do leitor). Esse mundo é aberto, não é concluído ou fechado como na epopeia (BAKHTIN, 2018b, p 242).

Fica evidente aqui, que a compreensão do conceito de cronotopo, preconizado pelo Círculo, pressupõe a visão desenvolvida por Bakhtin acerca do romance. Fiorin (2011) localiza o romance na centralidade da arquitetura do pensamento bakhtiniano, que o analisa sob dois eixos: cognição da linguagem e representação tempo-espacial. Isso porque – como já foi abordado nesta dissertação – o romance figura como gênero discursivo secundário, compondo, assim, um enunciado concreto literário através da incorporação de diversos outros gêneros primários do cotidiano.

Segundo Fiorin (2011), a concepção que o Círculo têm sobre o romance se pauta no processo de incorporação das camadas discursivas, de modo a compor uma obra que expressa múltiplas expressões linguísticas vozes e estilos. Nesse sentido:

Para o pensamento crítico-literário, a obra de Dostoiévski se decompôs em várias teorias filosóficas autônomas mutuamente contraditórias, que são defendidas pelos heróis dostoiévskianos. Entre elas, as concepções filosóficas do próprio autor nem de longe figuram em primeiro lugar. Para alguns pesquisadores, a voz de Dostoiévski se confunde com a voz desses e daqueles heróis, para outros, é uma síntese peculiar de todas as vozes ideológicas, para outros, é uma síntese peculiar de todas essas vozes ideológicas, para terceiros, aquela é simplesmente abafada por estas. Polemiza-se com os heróis, aprende-se com os heróis, tenta-se desenvolver suas concepções até fazê-las chegar a um sistema acabado. O herói tem competência ideológica e independência, é interpretado como autor de sua concepção filosófica própria e plena, e não como objeto da visão artística final do autor (BAKHTIN, 2018a, p. 3).

Nesse ponto, se evidencia o fato de Dostoiévski incorporar em sua produção artística diversas vozes, que vão além de suas próprias concepções valorativo-

ideológicas. Preconiza Fiorin (2011) que o Círculo rompe com a visão da época, sobretudo pelo marxista Giörgy Luckács, de que o romance é um gênero que endossa valores burgueses, e que surge com a ascensão dessa classe social dominante.

Em contraposição é defendida a ideia de que o romance incorpora outros gêneros literários e os subverte em termos estilísticos e ideológicos. Isso ocorre porque, ao contrário dos gêneros clássicos como a epopeia, o romance é um gênero inacabado; enquanto neste há representação, questionamento e subversão de valores; naquele há uma exaltação dos valores atrelados à determinado contexto sócio-histórico.

Fiorin (2011) compreende que, para o Círculo, a narrativa da epopeia representa de um mundo axiológico atrelado ao passado e o romance, distintamente, narra a fluidez axiológica do passado para o presente. Nesse sentido é posto que as representações estão atreladas às concepções de tempo e espaço que, por sua vez, são indissociáveis.

Assim, o conceito de cronotopo é desenvolvido diante desses pressupostos. É apontado que os cronotopos são revelados por meio dos textos literários, uma vez que neles é possível perceber representações axiológico-sociais de determinado período espaço-temporal.

O conceito de cronotopo trata de uma produção da história. Designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde várias histórias se contam ou se escrevem está ligado aos gêneros e a sua trajetória. Os gêneros são formas coletivas típicas, que encerram temporalidades típicas e assim, conseqüentemente, visões típicas do homem [...] Podemos então concluir que, no trabalho de análise dos discursos e da cultura, quando conseguimos identificar o cronotopo pode uma determinada produção discursiva, podemos dele inferir uma determinada visão de homem (AMORIM, 2018; p. 105; 106).

No mesmo sentido, portanto, Amorim (2018) compreende o cronotopo bakhtiniano como representação discursiva de uma historicidade viva que é preenchida pelas relações dialógicas entre os sujeitos. Além disso, evidencia a impossibilidade de dissociar o tempo do espaço no processo de análise da construção da integralidade do discurso.

Operar com esse conceito, advindo das abordagens do texto literário construídas por Bakhtin (1990) ao longo de sua obra, implica, necessariamente, pensar as relações tempo-espaço como constitutivas das interações e como construções de linguagem. Pensado dessa forma, o cronotopo, enquanto potencialmente histórico, não pode ser retirado das

relações dialógicas e do axiológico sob o risco de se tornar apenas e tão-somente uma referência a um determinado espaço e a um tempo específico, concebidos como exteriores ao indivíduo, não constituintes e constitutivos do sujeito histórico em sua eventicidade como fora pensado por Bakhtin [...] (ALVES, 2012, p. 313).

Nesse ponto, cabe ressaltar que, para Alves (2012), uma vez que o sujeito se constitui através da linguagem, para examinar a complexidade do conceito de cronotopo, preconizado pelo Círculo, é necessário considerar a existência de um sujeito sócio-historicamente situado que é atravessado por múltiplos discursos que caracterizam uma temporalidade típica. Desse modo, é possível – assim como na caracterização dos gêneros discursivos – identificar em cada cronotopo um sistema axiológico relativamente estável que estruturam, retomando Amorim (2018), uma temporalidade típica.

Em contrapartida, é indispensável compreender que, na visão bakhtiniana, a assimilação tempo-espacial que a literatura faz da historicidade real não é linear e contínua, desse modo a representação dos cronotopos configura um processo discursivo que expressa as mesmas características: descontinuidade e complexidade.

Chamaremos de cronotopo (que significa “tempo-espaço”) a interligação essencial das relações de espaço e tempo como foram artisticamente assimiladas na literatura. Esse termo é empregado nas ciências matemáticas e foi introduzido e fundamentado com base na teoria da relatividade (Einstein). Para nós não importa o seu sentido específico na teoria da relatividade, e o transferimos daí para cá – para o campo dos estudos da literatura – quase como uma metáfora (quase, mas não inteiramente); importa-nos nesse termo a expressão da inseparabilidade do espaço e do tempo (o tempo como a quarta dimensão do espaço). Entendemos o cronotopo como uma categoria de conteúdo-forma da literatura [...] (BAKHTIN, 2018b, p. 11).

Assim, como foi posto inicialmente, o cronotopo surge no momento em que o Círculo pensa sobre o processo de reflexão/refração da realidade tempo-espacial no romance. Diante disso – mobilizando outras categorizações bakhtinianas e considerando a presença do cronotopo em outros gêneros discursivos além do romance – é possível notar que os enunciados concretos configuram atitudes responsivas/responsáveis aos cronotopos nos quais emergiram.

Desse modo, para esta pesquisa, é essencial empreender uma caracterização de dois tempo-espacos distintos: o cronotopo da Ditadura Militar de 1964 no documentário *Verdade 12. 528* (2013) e o cronotopo pandêmico no documentário *Cercados* (2020), bem como as possibilidades de aproximação entre eles, levando

em conta as relações dialógicas entre o mundo real e o representado em que o sujeito se realiza.

Apesar de toda a impossibilidade de fusão do mundo representado e mundo do que representa, apesar da presença irrevogável da fronteira principal entre esses mundos, eles estão indissoluvelmente ligados um ao outro e se encontram em constante interação, ocorre entre eles uma troca permanente, semelhante ao metabolismo que ocorre entre um organismo vivo e seu meio ambiente: enquanto o organismo está vivo ele não se funde com esse meio, mas, uma vez separado, ele morrerá. A obra e o mundo nela representado entram no mundo real e o enriquecem, e o mundo real entra na obra e no mundo representado tanto no processo de sua criação como no processo de sua vida subsequente, numa renovação permanente pela recepção criadora dos ouvintes-leitores (BAKHTIN, 2018b, p. 231).

É possível observar no conceito de cronotopo o percurso do poder de transformação sócio-histórica pelo discurso. Uma vez que a obra – seja ela o romance ou os documentários – emerge do mundo sócio-histórico, é preenchida pelo universo axiológico do autor que o representa e mobiliza o universo axiológico no ouvinte-leitor; há mudanças no discurso-ação que, por sua vez, se voltará responsivamente para o próprio mundo sócio-histórico. A obra emerge do mundo real, o refrata, mobiliza o sujeito e esse age sobre a realidade.

Cada enunciado concreto, contido em ambos os documentários, configura pequenos cronotopos, sob a tríade tempo-espço-axiologia. Observa-se, que a essência dialógica do pensamento bakhtinino se faz presente na percepção de cronotopos menores que se relacionam entre si e com os cronotopos maiores, nos quais então contidos.

No âmbito de uma única obra e nos limites da criação do autor, observamos uma infinidade de cronotopos e relações recíprocas complexas – específicas de uma dada obra e um dado autor – entre eles, cabendo observar que um desses cronotopos costuma ser abrangente ou dominante (foram justo esses o objeto principal de nossa análise). Os cronotopos podem incorporar-se uns aos outros, coexistir, entrelaçar-se, permutar-se, confrontar-se, contrapor-se ou encontrar-se em inter-relações mais complexas. Por si sós, tais inter-relações entre cronotopos já não podem integrar nenhum dos cronotopos inter-relacionados. O caráter geral dessas inter-relações é dialógico (na ampla acepção do termo). Mas esse diálogo não pode integrar o universo representado numa obra nem em nenhum dos seus cronotopos (representados): ele está fora do universo representado, embora não esteja fora da obra como um todo. Ele (esse diálogo) integra o universo do autor e do intérprete, e o dos ouvintes e leitores. E esses universos também são cronotópicos (BAKHTIN, 2018b, p. 229).

Assim, a inter-relação entre os cronotopos é articulada pelos indivíduos que, ao marcarem existência espaço-temporal, imprimem sua subjetividade nesse processo dialógico. Diante disso, é possível notar que o ser humano, ao

refletir/refratar a realidade, é o elemento que constrói a diversidade e dinâmica dos diversos cronotopos.

O cronotopo do limiar e o cronotopo da crise. O cronotopo do instante e o biográfico. O cronotopo da duração da vida. [...] A concretização social e individual dos cronotopos. O cronotopo do convés e do vagão da terceira classe como lugar de encontros (vinculado ao cronotopo da estrada, em parte da rua). O cronotopo noturno. O cronotopo das conversas íntimas, confissões e reconhecimentos. [...] O leito de morte como cronotopo (da confissão). [...] Os cronotopos das estações do ano, sua complementação espacial e seu colorido axiológico-emocional (BAKHTIN, 2018b, p. 247).

Dentre a infinidade de cronotopos possíveis, *Verdade 12. 528* (2013) e *Cercados* (2020), apresentam cronotopos como o da crise e o da morte. Portanto, acredita-se que delinear esses dois cronotopos, sobremaneira suas relações axiológicas, irá auxiliar a compreensão da dinâmica entre as forças ideológicas centrípetas e centrífugas, para tanto lança-se mão de concepções de teoria política na subseção posterior.

## 1.2 Considerações iniciais sobre tecnologias de poder

No texto *Bakhtin, Foucault, Pêcheux*, Gregolin (2018) evidencia Michel Foucault como um nome de grande relevância epistemológica nos estudos da linguagem e discurso. Contudo, esta pesquisa opta por desenvolver um diálogo entre a filosofia do Círculo e as reflexões foucaultianas sobre poder político do Estado, tendo em vista a complexidade das discussões entre as diferentes linhas de análise do discurso.

A discussão das recusas e das aproximações entre o projeto da AD pecheutiana e os projetos de Bakhtin e Foucault, apenas esboçada neste texto, não propõe, evidentemente, que seja possível decidir “quem estava com a razão”, porque as verdades científicas são relativas. A própria verdade, conforme afirma Foucault, é uma construção histórica. Trata-se de entender essas “vontades de verdade” produzidas em certo contexto histórico, sob a ação e a determinação da História. É nesse sentido que podemos compreender as singularidades das propostas desses autores, suas divergências e convergências (GREGOLIN, 2018, p.47).

Portanto, ainda que a dinamicidade da filosofia do Círculo de Bakhtin permita que sejam estabelecidos diálogos com as mais diversas áreas do conhecimento – o que possibilita que o discurso tenha sua complexidade abordada nos termos da (in)disciplinaridade preconizada por Moita-Lopes (2006) – há necessidade de direcionamento das discussões teóricas. Assim, uma vez que este trabalho presente

desenvolver sua análise levando em consideração o discurso-ação e a imersão do enunciado concreto num sistema axiológico sob a concepção da ADD; é indispensável desenvolver as perspectivas foucaultianas exclusivamente para caracterizar o poder político do Estado que direciona a ideologia dominante. Para o desenvolvimento dessa caracterização esta subseção se pauta nas relações dialógicas entre Foucault (2019) e Mbembe (2018).

### 1.2.1. Biopoder

Foucault (2019) desenvolve a ideia de biopoder a partir da reconstrução histórica das dinâmicas do poder soberano na modernidade. Para tanto, a soberania do Estado é caracterizada ao longo da história, sobremaneira diante do controle sobre o direito à vida do povo.

Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico (FOUCAULT, 2019, p. 201).

Foucault (2019) aponta que a teoria clássica da soberania parte dos direitos do Estado sobre a vida e morte dos súditos. Assim, a vida e morte deixam de ser entendidas como fenômenos biológicos e assumem uma posição na dinâmica das relações políticas.

Nota-se que o direito soberano é articulado sob o prisma do poder do Estado em decidir quem vive e quem morre. É posto que os juristas dos séculos XVII e XVIII pormenorizaram essa dinâmica de poder a partir do contratualismo<sup>9</sup>. A teoria do contrato social preconiza que a legitimação do poder soberano advém do povo em troca da garantia do direito à vida. Neste ponto, fica evidente o paradoxo do poder soberano quanto à decisão sobre quem morre.

---

<sup>9</sup> Importante destacar que o termo se relaciona com o movimento filosófico que concebe o contrato social como articulador do poder soberano. Japiassú e Marcondes (2006) ressaltam as contribuições de Hobbes e Rousseau para essa teoria política e identificam que a “noção de contrato social [...] marca o nascimento da reflexão política moderna (séc. XVIII) [e refere-se a] uma concepção, bastante controversa entre os filósofos, que define a sociedade como resultado das convenções pelas quais os cidadãos, de modo livre e voluntário, trocando sua liberdade natural pela paz e segurança, constituem [ao soberano] o poder comum. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 57).

Entretanto, por mais que seja apresentada uma contextualização do poder soberano frente à teoria política, destaca-se que o objetivo é pormenorizar as tecnologias desse poder.

De fato, o nível em que eu gostaria de seguir a transformação não é o nível da teoria política, mas, antes, o nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder. Então, aí, topamos com coisas familiares: é que, nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual (FOUCAULT, 2019, p. 203).

Sobre as técnicas de poder é destacado o objetivo de disciplinar os corpos para que deles seja extraída a maior produtividade com a menor oneração ao Estado. Para tanto são mobilizados mecanismos de controle, nos quais “a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos (FOUCAULT, 2019, p. 204).

Sobre a tecnologia de disciplina é apresentado um duplo direcionamento: ao homem-corpo e ao homem-espécie. Ambos os direcionamentos surgem no século XVIII e relacionam-se com o processo de evolução de anatomopolítica para biopolítica, nota-se que o mecanismo de poder soberano é estruturado na expansão do controle dos corpos para a os processos biológicos demográficos.

Desse modo, é apontado que nas primeiras demografias, as taxas de natalidade, mortalidade, e, conseqüentemente, a expectativa de vida, são relidas diante das conseqüências socioeconômicas. Assim, sobre a passagem da biopolítica da Idade Média para o século XVIII:

Não é de epidemias que se trata naquele momento, mas de algo diferente, no final do século XVIII: *grosso modo*, aquilo que se poderia chamar de endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. Doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais frequente, mas como fatores permanentes – e é assim que as tratam – de subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. Em suma, a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida – é a epidemia – mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece (FOUCAULT, 2019, p. 205).

É possível notar a produtividade dos corpos-espécie como norteador da biopolítica. Conseqüentemente, a forma que o Estado lida com epidemias que

causam mortes generalizadas, explicita uma tecnologia de poder que leva em conta fatores econômicos.

A passagem do século XVIII para o XIX é marcada por Foucault (2019) com o aparecimento do conceito de população, um elemento que rompe com o binarismo indivíduo/sociedade preconizado pela teoria do direito. Desse modo, nota-se a biopolítica ser direcionada para a população.

É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo de inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento (FOUCAULT, 2019, p. 206).

Assim, é apresentada uma distinção entre tecnologia disciplinar e tecnologia regulamentadora. Ao corpo destina-se a tecnologia disciplinar, o objetivo é a construção de um indivíduo dócil e que atinja o máximo de seu potencial produtivo. Conseqüentemente, a vida da massa populacional destina-se à tecnologia regulamentadora, com o objetivo de controlar eventos biológicos fortuitos. Configura-se “uma tecnologia que visa portanto não o treinamento individual, mas, pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos” (FOUCAULT, 2019, p. 209).

Destaca-se, ainda, a importância dos conhecimentos técnicos constituídos a partir da medicina durante o século XIX na medida em que exerce influência sobre os processos biológicos, tanto relativos ao corpo, quanto à população. Portanto, esses conhecimentos articulam técnicas de poder tanto no âmbito da disciplina, quanto da regulamentação.

Outro elemento que permeia tanto o corpo, quanto a população é a norma. Ela figura como força balizadora da normalização.

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 2019, p. 213).

O alcance e manutenção da normalização são articulados pelo exercício do direito de matar. Diante disso, Foucault (2019) afirma que a tecnológica da normalização perpassa o racismo e conseqüentemente amplia o sentido da morte.

Assim, existem o assassinio direto e o indireto, sendo esse a exposição à morte biológica, ou mesmo à morte política.

A relação entre o racismo e o biopoder reside na mobilização de fragmentos de um discurso darwinista em a espécie humana é trada como uma massa biológica sob a qual incidem mecanismos de normalização.

No fundo, o evolucionismo, entendido num sentido lato – ou seja, não tanto a própria teoria de Darwin quanto conjunto, o pacote de suas noções (como: hierarquia das espécies sobre a árvore comum da evolução, luta pela vida entre espécies, seleção que elimina os menos adaptados) –, tornou-se, com toda naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações da colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas deferentes classes, etc (FOUCAULT, 2019, p. 216).

A partir dessa concepção, percebe-se que o racismo é o elemento que legitima a função de morte do biopoder, uma vez que a morte dos menos aptos é sinal de fortalecimento biológico. Aqui, há uma segunda ampliação semântica proposta por Foucault (2019). Além da morte, o sentido de racismo também é estendido, especificamente, para além do desprezo à determinada raça, ou a um direcionamento ideológico.

O racismo moderno é posto como um mecanismo utilizado pelo Estado, no exercício de seu poder soberano, para promover a purificação de uma raça, em detrimento do extermínio de outra, o que retoma da ideia de normalização. Considerando esse pressuposto, Foucault (2019) apresenta dois contextos sócio-históricos que promoveram a generalização do biopoder e do direito soberano de matar: o nazismo e socialismo. Nesse sentido:

Houve, entre os nazistas, uma coincidência de um biopoder generalizado com uma ditadura a um só tempo absoluta e retransmitida através de todo um corpo social pela formidável junção do direito de matar e da exposição à morte. Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida (FOUCAULT, 2019, p. 219).

O termo suicida é trabalhado por Foucault (2019) diante de um impacto ambivalente do racismo. No contexto das ordens de Hitler, entre 1942 e 1943, o biopoder foi mobilizado para exterminação do povo judeu como símbolo de eliminação de todas as outras raças; mas também, em 1945, houve a destruição das condições de vida do próprio povo alemão.

Contudo, é posto que não só o capitalismo foi marcado por um biopoder de extermínio. Por mais que o socialismo – como proposta política – não tenha sido permeado pelo racismo; não houve uma crítica ao biopoder, ademais o Estado socialista o retomou.

[...] cada vez que o socialismo insistiu, no fundo, sobretudo na transformação das condições econômicas como princípio de transformação e de passagem do Estado capitalista para o Estado socialista (em outras palavras, cada vez que ele buscou o princípio da transformação no plano dos processos econômicos), ele não necessitou, pelo menos imediatamente, de racismo. Em compensação, em todos os momentos em que o socialismo foi obrigado a insistir no problema da luta, da luta contra o inimigo, da eliminação do adversário no próprio interior da sociedade capitalista; [...] o racismo ressurgiu, porque foi a única maneira, para um pensamento socialista que apesar de tudo era muito ligado aos temas do biopoder, de pensar a razão de matar o adversário (FOUCAULT, 2019, p. 221).

É possível perceber que o biopoder não apresenta um vínculo necessário com os modos de produção de uma sociedade, ele permeia tanto Estados socialistas, quanto capitalista. Diante disso, é possível observar a gênese do biopoder na modernidade, mas também sua presença na modernidade tardia. Essa releitura sócio-histórica é a ponte entre o pensamento foucaultiano e mbembeano.

### **1.2.2 Necropolítica**

Mbembe (2018) desenvolve o conceito de necropolítica considerando a presença do biopoder desde as relações coloniais até contemporaneidade. Para tanto, esse autor lança mão da ideia de estado de exceção/sítio para desenvolver a concepção foucaultiana de biopoder.

Em minha argumentação, relaciono a noção de biopoder de Foucault e dois outros conceitos: estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo. Ele também trabalha para produzir a mesma exceção, emergência e inimigo ficcional (MBEMBE, 2018, p. 16; 17).

Nesse ponto, cabe ressaltar que o Estado age para produzir a ficção de condições emergenciais para que a política da morte seja legitimada. Segundo Mbembe (2018) a necropolítica é operacionalizada em relação ao campo biológico,

consolidando uma subdivisão da espécie humana em grupos que devem viver e morrer, o que referencia a ideia de racismo.

É posto que essa tecnologia de poder é anterior à Modernidade, pois levando em conta a historiografia, “muitos analistas afirmaram que as premissas materiais do extermínio podem ser encontradas no imperialismo colonial” (MBEMBE, 2018, p. 20; 21). Assim, o nazismo figura como resultado histórico da necropolítica.

Segundo Enzo Traverso, as câmaras de gás e os fornos foram o ponto culminante de um longo processo de desumanização e de industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). [...] Esse processo foi, e parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe que, ao traduzir os conflitos sociais do mundo industrial em termos racistas, acabou comparando as classes trabalhadoras e o “povo apátrida” do mundo industrial aos “selvagens” do mundo colonial (MBEMBE, 2018, p. 21).

É posto que a desumanização atravessa o Antigo Regime e chega à Modernidade por meio de práticas políticas de terror. Assim, a morte acaba sendo localizada num espaço de satisfação popular e as tecnologias do biopoder são permeadas por crueldade e as racionalidades fundem-se com o terror.

É bem conhecida a longa procissão dos condenados pelas ruas antes da execução, o desfile de partes do corpo – ritual que se tornou uma característica-padrão de violência popular – e a exibição de uma cabeça cortada numa estaca. Na França, o advento da guilhotina marca uma nova fase na democratização dos meios de eliminação dos inimigos do Estado. [...] Em um contexto em que o enforcamento, inovações nas tecnologias de assassinato visam não só civilizar as maneiras de matar, mas também eliminar um grande número de vítimas em um espaço relativamente curto de tempo (MBEMBE, 2018, p. 22).

Um traço marcante do pensamento de Mbembe (2018) é a caracterização das tecnologias de poder num contexto bélico da Modernidade Tardia. A esse respeito destaca-se que a “ocupação colonial tardia difere em muitos aspectos da primeira ocupação moderna, particularmente em sua combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica” (MBEMBE, 2018, p. 41).

É destacado o surgimento das máquinas de guerra que reconfiguram a soberania do Estado e fragmentam o território. As máquinas de guerra configuram um híbrido entre organização política e comercial. Diante desse hibridismo suas atividades transnacionais voltam-se para a mercantilização de armas e recursos naturais.

Máquinas de guerra surgiram na África durante o último quarto do século XX em relação direta com a erosão da capacidade do Estado pós-colonial de construir os fundamentos econômicos da ordem e autoridade políticas. [...] Em meados da década de 1970 com o desgaste das habilidades do Estado [...] emerge uma linha claramente definida entre instabilidade monetária e fragmentação espacial. Na década de 1980, a experiência brutal da desvalorização monetária se torna cada vez mais frequente, com ciclos de hiperinflação ocorrendo em vários países [...] (MBEMBE, 2018, p. 55; 56).

Nota-se, portanto, uma faceta contemporânea do biopoder que rompe os limites do Estado moderno. Com o objetivo de olhar a Modernidade Tardia sob o âmbito das tecnologias do poder, Mbembe desenvolve os conceitos de necropolítica e necropoder para explicar a criação de “mundos de morte, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p. 71).

É possível perceber a amplitude conceitual de necropolítica, na medida em que Mbembe (2018) ao caracterizar grupos sociais submetidos pelo Estado à condição de mortos-vivos, perpassa por relações coloniais, migração de refugiados e diversas situações em que existe morte política. Essa perspectiva de apagamento da dignidade humana irá permear a análise da materialidade linguística da presente pesquisa, que por sua vez, terá sua metodologia exposta na seção posterior.

## **2 METODOLOGIA DE PESQUISA**

O presente trabalho pauta-se na pesquisa qualitativa para realizar a análise da materialidade linguística. Então, primeiramente, apresentam-se as perspectivas de Godoy (1995a; 1995b) sobre esse tipo de metodologia nas ciências humanas. Especificamente, nas subseções posteriores, desenvolvem-se especificidades da concepção de Moita-Lopes sobre Linguística Aplicada (In)disciplinar e a seleção do corpus de pesquisa.

É possível notar uma convergência entre o pensamento bakhtiniano e a metodologia qualitativa. Uma vez que o Círculo constrói uma crítica sobre

teorizações abstratas e acabadas, possível – a partir de um movimento exotópico<sup>10</sup> – compreender o fenômeno estudado em sua historicidade viva.

[...] a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995a, p. 58).

Desse modo, cabe ressaltar que o enfoque desta pesquisa volta-se para enunciados concretos concebidos como elos de uma cadeia discursiva interminável, havendo impossibilidade de ser medida ou mensurada. Compreender esse fenômeno discursivo sob a perspectiva bakhtiniana demanda atenção ao processo enunciativo, às relações estabelecidas entre as enunciações. Assim, não parece viável para este estudo isolar enunciados, mas sim contextualizá-los sócio-historicamente e compreender suas nuances axiológico-subjetivas.

Os enunciados concretos selecionados foram registrados por dois documentários. Portanto, a materialidade linguística é analisada qualitativamente por meio de documentos. Godoy (1995b) destaca que a pesquisa documental busca dar um tratamento analítico aos dados explorando múltiplas interpretações.

A palavra “documentos”, neste caso, deve ser entendida de uma forma ampla, incluindo os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primários” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (GODOY, 1995b, p. 21; 22).

Portanto, a metodologia documental, no contexto desta pesquisa, diz respeito a interpretação e análise de documentos primários: notícias e documentários. Entretanto, cabe observar que a classificação binária proposta por Godoy (1995b)

<sup>10</sup> Amorim (2018) esclarece que o termo *exotopia* foi cunhado por Todorov para identificar o conceito de *lugar exterior* presente nos textos *O autor e o herói* e, posteriormente, em *Para uma filosofia do ato*. A repercussão desse conceito para a pesquisa em Ciências Humanas se pauta no fato de Bakhtin considerá-las ciências no texto, uma vez que pesquisador e pesquisado são sujeitos que falam, produzem textos. É posto que as Ciências Humanas são pautadas no dialogismo, assim é indispensável que a “pesquisa não realize nenhum tipo de fusão dos dois pontos de vista, mas que mantenha o caráter de diálogo, revelando sempre as diferenças e a tensão entre elas [...]”; o pesquisador deve fazer intervir sua posição exterior [...] (AMORIM, 2018, p. 100).

pode ser complementada levando em conta algumas peculiaridades dialógicas – perspectiva bakhtiniana das relações entre *eu* e o *outro* – sobremaneira, diante do registro midiático das enunciações de atores políticos diversos. Assim, é possível perceber que jornalistas e cineastas, ao documentarem enunciados concretos de outros atores políticos, em determinado contexto sócio-histórico; registram seu próprio ponto de vista e vivenciam o evento histórico diretamente.

A esse respeito – e diante da premissa baktiniana de que não há neutralidade no discurso – cabe destacar a perspectiva de Pena (2018) sobre objetividade jornalística e a importância do método científico para reportar acontecimentos.

[...] o problema do conceito não está no tempo, mas na interpretação. A *objetividade* é definida em oposição à *subjetividade*, o que é um grande erro, pois ela surge não para negá-la, mas sim por reconhecer sua inevitabilidade. Seu verdadeiro significado está ligado à ideia de que os fatos são construídos de forma tão complexa que não se pode cultuá-los como a expressão absoluta da realidade. Pelo contrário, é preciso desconfiar desses fatos e criar um método que assegure algum rigor científico ao reportá-los (PENA, 2018, p. 50).

Esta pesquisa, por tratar de enunciações que circulam na esfera jornalístico-midiática, busca considerar o desenvolvimento axiológico inerente aos discursos. Ao desenvolver essa consideração, é possível promover certa separação entre os enunciados proferidos pelos atores políticos, os fatos sócio-históricos e os enunciados relatados pela mídia.

Pena (2018) aponta a influência exercida pela mídia norte-americana ao direcionar a opinião pública para o apoio da participação dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial como um dos levantes da necessidade de pesquisas referentes a subjetividade/objetividade. Entretanto, é posto que subjetividade e objetividade não devem ser tratadas dicotomicamente.

A objetividade, então, surge porque há uma percepção de que os fatos são subjetivos, ou seja, construídos a partir da mediação de um indivíduo, que tem preconceitos, ideologias, carências, interesses pessoais ou organizacionais e outras idiossincrasias. E como estas não deixarão de existir, vamos tratar de amenizar sua influência no relato dos acontecimentos. Vamos criar uma metodologia de trabalho (PENA, 2018, p. 50).

Então, nesta pesquisa, os documentários e as notícias figuram como enunciados concretos mais amplos e são interpretados como documentos primários – de autoria de jornalistas e cineastas – relativos a dois cronotopos: a ditadura militar

de 1964 e a pandemia da covid-19 em 2020. Nesses enunciados concretos mais amplos há enunciações mais específicas de atores políticos diversos, por meio de depoimentos.

Outro ponto a ser considerado frente, às concepções bakhtinianas, diz respeito à reatividade dos documentos apontada por Godoy (1995b).

[...] os documentos constituem uma fonte não-reativa, as informações neles contidas permanecem as mesmas após longos períodos de tempo. Podem ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto. Não há, portanto, o perigo de alteração no comportamento dos sujeitos sob investigação (GODOY, 1995b, p.22).

Cabe salientar que, neste trabalho, o termo “informações” utilizado por Godoy (1995b) é readequado como “enunciado concreto”. Sendo assim, é seu registro na mídia que é caracterizado como que não-reativo, uma vez que a própria ideia bakhtiniana de enunciado concreto prevê um estado de não permanência e multiplicidade de interpretações.

De fato, os registros escritos e orais das enunciações não apresentam mudanças estruturais quanto ao uso da língua portuguesa, contudo, diante do enfoque de análise do discurso, há que se considerar cada enunciado como elo numa cadeia discursiva permanente, sendo a responsividade e conclusibilidade elementos reativos para a construção de significado. Essa abordagem metodológico-científica é corroborada pela perspectiva de linguística aplicada indisciplinar de Moita Lopes (2006) desenvolvida na subsecção posterior.

## **2.1 Linguística aplicada indisciplinar**

Neste ponto, cabe evidenciar que a presente dissertação busca contribuir para o desenvolvimento de estudos da Análise Dialógica do Discurso. Além disso, diante da fundamentação teórica desenvolvida, compreende-se que os conceitos preconizados pelo Círculo são essencialmente relacionais a diversas teorias das ciências sociais. Então, acredita-se que a concepção que Moita Lopes (2006) apresenta acerca da LA intersecciona a concepção bakhtiniana de pesquisa; uma vez que os textos do Círculo não objetivam especificamente construir uma proposta epistemológica para linguística aplicada.

A ideia de linguística aplicada indisciplinar carrega consigo um significado de transgressão de uma perspectiva modernista da pesquisa, em consideração às necessidades contemporâneas quanto à construção de conhecimentos.

Esse movimento que vou chamar de LA mestiça, obviamente de natureza interdisciplinar/transdisciplinar, tem sido notado no trabalho de muitos pesquisadores, que, ao tentarem criar inteligibilidade sobre problemas sociais em que a linguagem tem um papel central (a visão de LA com que opero hoje), têm sentido a necessidade de vincular seu trabalho a uma epistemologia e a teorias que falem ao mundo atual e que questionem uma série de pressupostos que vinham informando uma LA modernista [...] (MOITA LOPES, 2006, p. 14).

A visão de Moita Lopes (2006) é corroborada por pesquisadores e pesquisadoras que localizam suas pesquisas fora de um paradigma epistemológico modernista, impulsionando uma reorganização do poder acadêmico.

Sou de opinião de que vamos continuar a ser vistos como “o outro” no vasto campo dos estudos linguísticos e, na verdade, cada vez mais assim, devido à natureza do que fazemos e de como fazemos, uma vez que uma das características da LA contemporânea é o envolvimento em uma reflexão contínua sobre si mesma: um campo que se repensa insistentemente [...]. Tal característica pode ser bastante problemática para campos cristalizados, seguidores de visões de conhecimentos como construção de verdade (MOITA LOPES, 2006, p. 17).

É perceptível, portanto, que tanto a ADD quanto a linguística aplicada indisciplinar não caminham em direção de verdades científicas absolutas, tampouco de consolidar interpretações inquestionáveis. A análise das materialidades linguísticas selecionadas busca ampliar possibilidades de interpretação discursiva e compreender o meio axiológico no qual emergem os enunciados concretos. Para tanto, pressupõe-se a essência flexível, mutável e processual da construção de significados discursivos.

Moita Lopes (2006) aponta que o início de século XX foi marcado pela restrição da aplicabilidade da linguística à sala de aula e pela “relação unidirecional entre teoria linguística e a prática de ensinar/aprender línguas, típica da chamada aplicação de linguística [...]” (MOITA LOPES, 2006, p. 18). Consequentemente, diante da complexidade dos fenômenos linguísticos na sala de aula, houve necessidade de ressignificação teórico-metodológica em direção à interdisciplinaridade.

Posteriormente, é apontado que, especialmente no Brasil, houve uma ampliação das pesquisas para outros contextos além no ensino de língua materna e língua estrangeira.

[...] a questão da pesquisa, em uma variedade de contextos de usos de linguagem, passou a ser iluminada e construída interdisciplinarmente. Tal perspectiva tem levado à compreensão da LA não como conhecimento disciplinar, mas como INdisciplinar (Moita Lopes, 1998) ou como *antidisciplinar* e transgressivo (Pennycook, 2001 e neste volume) (MOITA LOPES, 2006, p. 19).

Então, essa dissertação pretende corroborar essa visão transgressora da linguística aplicada, mobilizando conhecimentos de teoria política. Essa pretensão é motivada pelo atual contexto sócio-histórico, que é definido por Moita Lopes (2006) como não solucionista e posterior à virada discursiva. Desse modo, a presente pesquisa não busca solucionar problemas levantados pela análise de enunciados concretos, mas problematizar esses enunciados e compreender suas reverberações políticas.

A necessidade de repensar outros modos de teorizar e fazer LA surge do fato de que uma área de pesquisa aplicada, na qual a investigação é fundamentalmente centrada no contexto aplicado [...] onde as pessoas vivem e agem, deve considerar a compreensão das mudanças relacionadas à vida sociocultural, política e histórica que elas experienciam. O que não quer dizer que muito da pesquisa que se reconhece como LA contemple a vida social, cultural, política e histórica. Ao contrário, em muitos casos na LA, pesquisa e vida social são como água e óleo: não se misturam. É assim que Phillipson & Skutnabb-Kangas (1986) criticam uma LA que, mais do que passar ao largo das questões sociopolíticas, colabora na manutenção das injustiças sociais ao não situar seu trabalho nas contingências e vicissitudes sócio-históricas e ao não indagar sobre os interesses a que seu trabalho serve (MOITA LOPES, 2006, p. 21).

Este estudo é direcionado aos enunciados concretos de resistência nos cronotopos pandêmico e da ditadura de 1964. Sendo assim, existe a possibilidade de construir uma compreensão mais apurada sobre o processo no qual as forças ideológicas centrífugas do discurso podem minimizar as injustiças sociais. Essa possibilidade é ancorada na perspectiva de que a “LA necessita da teorização que considera a centralidade das questões sociopolíticas e da linguagem na constituição da vida social e pessoal [...]” (MOITA LOPES, 2006, p. 22).

Ainda, Moita Lopes (2006) desenvolve a ideia de que a pós-modernidade, ao reconsiderar os paradigmas objetivo-positivistas da ciência moderna, passou a considerar que a vida social é atravessada por relações de poder e o não apagamento da constituição identitária dos sujeitos. Assim, as redefinições

metodológicas impactam também na reflexão sobre o papel das pesquisas na vida social.

[...] uma das questões mais cruciais da pesquisa contemporânea é considerar a necessidade de ir além da tradição de apresentar resultados de pesquisa para os pares, como forma de legitimá-los. Para tal, são necessárias teorizações que dialoguem com o mundo contemporâneo, com as práticas sociais que as pessoas vivem, como também desenhos de pesquisa que considerem diretamente os interesses daqueles que trabalham, agem etc. no contexto de aplicação – uma dimensão que o campo da LA raramente contempla [...]. É preciso que aqueles que vivem as práticas sociais sejam chamados a opinar sobre os resultados de nossas pesquisas, como também a identificar nossas questões de pesquisa como sendo válidas de seus pontos de vista: dimensão essencial em áreas aplicadas [...] (MOITA LOPES, 2006, p. 23).

Diante das demandas epistemológicas pós-modernas levantadas por Moita Lopes (2006) e dos direcionamentos propostos por seu projeto de linguística aplicada indisciplinar, é possível perceber a relevância da presente dissertação. Isso se justifica pelo fato de que o presente estudo se debruça sobre os enunciados concretos que circulam na esfera jornalístico-midiática. Os discursos correntes nessa esfera, por sua vez, impactam significativamente na percepção que a sociedade civil tem dos diferentes períodos sócio-históricos. Assim, na subseção subsequente será detalhado o processo dos enunciados concretos a serem analisados.

## **2.2 Documentário cinematográfico como gênero discursivo**

Inicialmente, cumpre destacar que “apesar de Bakhtin e o Círculo não tratarem da linguagem visual, os pesquisadores dessa linha teórica têm desenvolvido trabalhos que tratam da verbo-visualidade em diversos gêneros (PUZZO; SANTOS, 2015, p. 27).

A respeito da visualidade, sobremaneira cinematográfica e fotográfica, cabe desenvolver alguns pontos de convergência entre Dubois (2004); Kossoy (2001) e o Círculo de Bakhtin.

A eleição de um aspecto determinado - isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético –, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influirão decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza

para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal (KOSSOY, 2001, p. 42; 43).

É possível notar que o documento fotográfico guarda em sua essência uma expressão estético-discursiva para além da simplicidade de um registro. Assim, uma vez que o ser humano bakhtiniano é sócio-historicamente constituído pelo discurso dialógico, o filtro cultural posto pelo fotógrafo é a expressão de sua própria identidade.

Kossoy (2001) ainda desenvolve características sobre o conteúdo da imagem fotográfica e é nesse sentido que se constrói a possibilidade de abordagem da fotografia como gênero discursivo. Uma vez que o fotógrafo está inserido num campo delimitado da sua atividade humana, ele imprime sua subjetividade discursiva intencionalmente por meio de uma estética imagética. Assim, “o tema é captado através de uma “atmosfera” cuidadosamente arquitetada; imagens onde a informação se vê registrada dentro de uma preocupação plástica [...]” (KOSSOY, 2001, p. 48).

Outro aspecto a ser observado, e diz respeito ao diálogo com o conceito bakhtiniano de ato responsivo/responsável, é a impossibilidade de separar a fotografia como num binômio de testemunho/criação. Qualquer que seja a iconografia, nela ficam registrados o objeto e a visão do fotógrafo.

A fotografia não está enclausurada à condição de registro iconográfico dos cenários, personagens e fatos das mais diversas naturezas que configuram os infinitos assuntos a circundar os fotógrafos, onde quer que se movimentem. A fotografia, por ser um meio de expressão individual, sempre se prestou a incursões puramente estéticas; a imaginação criadora é pois inerente à essa forma de expressão; não pode ser entendida apenas como registro da realidade dita factual. A deformação intencional dos assuntos através das possibilidades de efeitos ópticos e químicos, assim como a abstração, montagem e alteração visual da ordem natural das coisas, a criação enfim de novas realidades têm sido exploradas constantemente pelos fotógrafos (KOSSOY, 2001, p. 49).

Em termos bakhtinianos, o autor/fotógrafo, ao produzir um enunciado concreto pertencente ao gênero discursivo fotográfico, age de forma criativa – e, portanto, responsiva/responsável – a uma realidade que ele testemunha. Assim a fotografia não figura como registro, mas como enunciado que reflete e refrata a realidade.

Em convergência, Dubois (2004) apresenta considerações sobre as máquinas e tecnologias de imagens (fotografia, cinematógrafo, televisão/vídeo e imagem

informática) e suas diversas propostas estéticas na produção de objetos visuais. Acerca do cinema, a máquina é localizada como produtora do imaginário.

Sua força reside não apenas na dimensão tecnológica, mas primeiro e sobretudo na simbólica: o cinema é tanto uma maquinação (uma máquina de pensamento) quanto uma maquinaria, tanto uma experiência psíquica quanto um fenômeno físico-perceptivo. Sua maquinaria é não só produtora de imagens como também geradora de afetos, e dotada de um fantástico poder sobre o imaginário dos espectadores. A máquina do cinema reintroduz assim o Sujeito na imagem, mas dessa vez do lado do espectador e do seu investimento imaginário, não do lado da assinatura do artista. Portanto, tanto um quanto outro constituem a imagem, que só é digna deste nome por trazer em sua espessura uma potência de sensação, de emoção ou de inteligibilidade, que vêm de sua relação com uma exterioridade (o Sujeito, o Real e o Outro) (DUBOIS, 2004, p. 45).

Neste ponto, é essencial ressaltar o destaque de Dubois (2004) para um elemento que também aparece na centralidade do pensamento do Círculo, a relação entre o *eu* e *outro*. O autor do discurso cinematográfico – nesta pesquisa, especificamente no documentário – por meio da verbo-visualidade interage com o espectador, estimulando sua imaginação. Além disso, quando o *Real* é chamado para compor o processo de significação dos enunciados cinematográficos, em conjunto com o *Sujeito* e o *Outro*; é possível perceber uma consonância com a crítica que o Círculo faz das teorias linguísticas pautadas no binômio idealismo-realismo.

Frente ao exposto, fica clara a relação entre fotografia e cinema. Considerando a perspectiva de que o cinema – tal qual o romance visto pelo Círculo – é um gênero discursivo que incorpora outros.

Ali onde a foto oferecia do mundo uma imagem imobilizada, fixada em sua pose para a eternidade (o instante do instantâneo, “medusado” sobre a placa sensível, embalsamado num pequeno bloco gelado), o cinema desenrola regularmente suas bobinas, macio, fluido, desfiando imagens tão rápidas que, na projeção, nem chegamos propriamente a apreendê-las, levados (e iludidos) pelo fluxo, absorvidos pela tela, deslizando ao ritmo dos planos que se encadeiam. Mesmo que sob uma forma ilusória, que nos engana com nosso próprio consentimento e prazer a mimese fílmica expõe o mundo em sua duração e em seus movimentos. “O cinema é a vida mesma”, repete-se com frequência. Esta vida passa, escorre sob nossos olhos, como tempo crônico. A única diferença é que o cinema, sendo uma imagem registrada, nos permite repassar o filme (DUBOIS, 2004, p. 52).

Os dois documentários analisados destacam em suas narrativas dois tipos de imagens imobilizadas, os frames de transição e as fotografias jornalísticas. Esse destaque é feito pelo prolongamento da projeção dessas imagens no tempo do filme.

Desse modo, a análise dialógica do discurso dos documentários *Cercados* (2020) e *Verdade 12.528* (2013) foca no tom valorativo nos enunciados concretos pertencentes a outros gêneros discursivos por eles incorporados: declarações à imprensa, relatos pessoais, frames de transição e fotografias jornalísticas.

A compreensão da posição valorativa está intimamente ligada à visão que o Círculo desenvolve sobre ideologia. Assim, na subseção seguinte, pretende-se responder: Como as enunciações midiáticas brasileiras, responsivas às declarações presidenciais, no ano de 2020 e os enunciados dos atores políticos da resistência democrática durante o período da Ditadura Militar de 1964 se relacionam dialogicamente, sob o viés dos conceitos bakhtinianos de ideologia e ato responsivo/responsável?

Por meio dessa resposta, espera-se investigar as relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais no ano de 2020 e os enunciados concretos de resistência democrática durante da Ditadura Militar de 1964.

### **2.3 Seleção do *corpus* de pesquisa**

Partido de Godoy (1995b), a análise de conteúdo numa pesquisa qualitativa não está atrelada a uma rigidez estrutural, o que permite aos investigadores a exploração de múltiplas interpretações. Frente a esta mobilidade, se faz extremamente necessária a descrição da seleção do *corpus*, considerando que a “utilização da análise de conteúdo prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados” (GODOY, 1995b, p.24).

Antes de desenvolver a fase de pré-análise, cumpre destacar duas pesquisas, publicadas em 2020 e 2021, que despertaram a necessidade de investigar as relações dialógicas entre os cronotopos da pandemia de 2020 e da ditadura de 1964, como forma de compreender o percurso espaço-temporal e axiológico dos discursos de resistência democrática. As duas pesquisas realizadas por Silva (2020; 2021) se desenvolveram simultaneamente, ainda que tenham sido publicadas com alguns meses de diferença.

Em abril de 2020, Renato Terra publica na Folha de S. Paulo uma crônica intitulada *Acabou pra você*, na qual, desde o título, fica evidente a retomada discursiva de outro enunciado concreto *Apesar de você*, composição de Chico

Buarque de Holanda da década de 1970. Nesta pesquisa são levantados aspectos de intersecção axiológica entre os dois contextos sócio-históricos, o que gerou a necessidade de ampliação da pesquisa desse fenômeno para a presente dissertação.

Durante o processo de investigação dessas relações dialógicas surgiu a necessidade de delimitar o estado da arte de pesquisas que desenvolviam a perspectiva bakhtiniana de linguagem por meio da ADD, frente aos enunciados concretos emergentes da ditadura militar de 1964. Foi possível perceber que as pesquisas indexadas no portal de periódicos da CAPES eram escassas.

Essas duas pesquisas foram os pressupostos centrais para articulação da presente dissertação e nortearam a pré-análise de conteúdo. Inicialmente pretendia-se, para investigar/caracterizar o contexto sócio-histórico discursivo da ditadura de 1964, considerar como materialidade linguístico-discursiva os discursos emergentes durante o período de vigência do AI-5, publicados da Biblioteca da Presidência da República com autoria de Artur da Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel. Entretanto, foram encontrados dois aspectos que inviabilizaram o acolhimento desses documentos: o volume dos registros e a dificuldade em delimitar a responsividade de outros enunciados concretos para cada discurso.

A contabilização inicial de documentos oficiais que registravam discursos elaborados pelas presidências da república, para cada chefe de Estado, foi: 20 documentos de Costa e Silva entre os anos de 1968 e 1969; 100 documentos de Médici entre os anos de 1969 e 1974; 382 documentos de Geisel entre os anos de 1973 e 1978. Além disso, considerando as diversas restrições à liberdade de expressão que vigoraram durante a ditadura, conforme apontam Schwarcz; Starling (2018), há uma dificuldade em identificar enunciados concretos responsivos direcionados a cada discurso. Essa característica própria do período traria um risco de abordagem monológica do discurso oficial, o que não é o propósito desta pesquisa. Assim, esse material documental teve sua apreciação posta de lado.

Com relação à fase de exploração do material, visando direcionar o foco aos discursos de resistência à ditadura, foi selecionado o documentário *Verdade 12.528* (2013) que reúne 45 enunciações descritivas da opressão promovida pelo regime militar. Entretanto, diante da extensão dessa materialidade, optou-se pela análise dos enunciados concretos que aparecem nos primeiros 12 minutos do documentário.

Diante do contexto sócio-histórico pandêmico que ainda vigora no Brasil, cabe destacar a dificuldade exotópica desta pesquisa. Uma vez que os elos enunciativos continuam a se integrar numa cadeia discursiva infindável, sendo publicados na mídia diariamente diversos enunciados concretos, integrantes a diversos gêneros discursivos; optou-se por selecionar documentos que emergem até o final no ano de 2020.

Desse modo, o *corpus* do segundo agrupamento consiste no documentário *Cercados* (2020). Na busca por uma simetria comparativa com a seleção do primeiro agrupamento, ao invés de inserir os 13 enunciados concretos que retratam a relação do atual presidente com a imprensa diante da crise político-sanitária; escolheu-se analisar as enunciações que aparecem nos 12 primeiros minutos.

Cabe ressaltar, ainda, duas notícias e um artigo de opinião que expõem enunciações do atual presidente referentes à ditadura de 1964. Por mais que essas publicações não integrem efetivamente o *corpus* de pesquisa, alguns aspectos discursivos são abordados para contextualização sócio-histórica. São elas: *Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura*, escrita por Campos (2019), publicada na *Veja*; *4 pontos sobre o discurso de Bolsonaro em ato a favor de intervenção militar*, escrita e publicada pela *BBC* (2020) e *Bolsonaro compensa governo impotente com tanque de guerra, diz psicanalista*, escrita por Sakamoto (2021), publicada no *UOL*.

O destaque para essas notícias, publicadas nos últimos 3 anos, pretende evidenciar as relações dialógicas entre os dois cronotopos, permeados pela necropolítica. Entretanto, tendo em vista que essa pesquisa busca o desenvolvimento de uma abordagem que vincula a linguística indisciplinar à ADD, não se intenciona o esgotamento das interpretações enunciativas. Assim, na próxima seção desenvolve-se a análise de dados que contempla e descrição da exploração do material documental e o tratamento dos resultados.

### **3 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO**

Antes de apresentar as materialidades linguístico-discursivas e desenvolver o trabalho com a ADD, cabe caracterizar a natureza dos enunciados concretos mobilizando a perspectiva bakhtiniana sobre gêneros do discurso. Com o entendimento de que a caracterização se pauta em relativa estabilidade tipológica

quanto ao conteúdo temático, estilo e construção composicional; foi possível identificar o documentário – como gênero discursivo mais abrangente – e em seu interior, declarações à imprensa, relatos pessoais, frames de transição e fotografias jornalísticas.

A análise das declarações à imprensa e dos relatos pessoais parte da transcrição literal dos enunciados presentes nos documentários, por estarem atreladas à oralidade. Quanto aos frames de transição e fotografias jornalísticas, por estarem atrelados à visualidade, a análise levará em conta a reprodução de captura de telas.

Neste estudo, pressupõe-se que todo o *corpus* de pesquisa é multimodal, portanto mobiliza diversas linguagens.

Todo texto carrega em si um projeto de inscrição, isto é, ele é planejado, em diversas camadas modais (palavra, imagem, diagramação, etc.) e sua materialidade ajuda a compô-lo, instaurando uma existência, desde a origem, multimodal. Um texto é o resultado de seleções, decisões e edições não apenas de conteúdos, mas de formas de dizer. Há, neles, o produto da costura de intenções, sentidos, linguagens e propiciamentos tecnológicos (RIBEIRO, 2013, p. 21).

Frente ao que se considera uma característica essencial dos enunciados concretos, exige-se uma organização metodológica. Desse modo, a análise das declarações à imprensa e relatos pessoais é centrada na linguagem verbal, com o intuito de viabilizar a delimitação mais precisa do tom valorativo. Para os frames de transição, cartazes e fotografias jornalísticas a análise da visualidade é mobilizada, pois é essencial na construção de sentido.

Assim, na subseção seguinte, pretende-se responder: Como as enunciações midiáticas brasileiras, responsivas às declarações presidenciais, no ano de 2020 e os enunciados dos atores políticos da resistência democrática durante o período da Ditadura Militar de 1964 se relacionam dialogicamente, sob o viés dos conceitos bakhtinianos de ideologia e ato responsivo/responsável?

Por meio dessa resposta, espera-se investigar as relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais no ano de 2020 e os enunciados concretos de resistência democrática durante da Ditadura Militar de 1964.

### **3.1 Contexto sócio-histórico da Ditadura Militar de 1964**

É preciso, inicialmente, destacar o contexto sócio-histórico ao qual se referem os enunciados concretos. Com o objetivo de caracterizar a Ditadura de 1964, acolhe-se como referência a perspectiva historiográfica de Schwarcz e Starling (2019), particularmente no texto *No fio da navalha: ditadura, oposição e resistência*.

A posse do general Castello Branco era o prelúdio de uma completa mudança no sistema político, moldada através da colaboração ativa entre militares e setores civis interessados em implantar um projeto de modernização impulsionado pela industrialização e pelo crescimento econômico, e sustentado por um formato abertamente ditatorial. A interferência na estrutura do Estado foi profunda. Exigiu a configuração de um arcabouço jurídico, a implantação de um modelo de desenvolvimento econômico, a montagem de um aparato de informação e repressão política, e a utilização da censura como ferramenta de desmobilização e supressão do dissenso (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 448; 449).

As ações do Estado para desarticular movimentos de resistência social e fazer a manutenção discursiva da ideologia dominante, envolveram ações ligadas ao biopoder e necropolítica. O discurso militar fazia com que o desenvolvimento econômico nacional figurasse como fim e supressões de direitos fundamentais a vida, integridade física e liberdade figurassem como meios.

Os militares assumiram o governo de forma inconstitucional, conferiram a si próprios poderes de exceção, e cinco generais do Exército se alternaram no comando do Executivo – Castello Branco (1964-67), Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Figueiredo (1979-85) –, além do curto período de mando de uma Junta Militar, composta pelos ministros das três forças, entre agosto e outubro de 1969. (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 449).

É posto que houve conflitos internos dentro dos quartéis do começo ao fim da ditadura, porém a ideologia dominante era pautada em afirmar que “a fonte de soberania do novo sistema político era militar e se originava nas Forças Armadas [...]” (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 449). É possível notar um apagamento da soberania popular e, conseqüentemente, a emergência dos discursos de resistência democrática com suas bases de ideologia do cotidiano. As relações dialógicas entre as forças centrípetas – direcionadas a manter a ordem vigente por meio da necropolítica e biopoder – e as forças centrífugas – direcionadas em retomar a soberania popular – são mais evidentes, considerando o *corpus* desta pesquisa, a partir do governo de Costa e Silva, sobretudo durante a vigência do Ato Institucional nº 5.

Às dez da noite de 13 de dezembro de 1968 o ministro da justiça Gama e Silva, em cadeia nacional de rádio e televisão, fizera uma rápida introdução

de cinco minutos e passara a palavra a Alberto Curi, que durante dezoito minutos havia apresentado, num tom monocórdico e solene, o texto do Ato Institucional nº 5. O documento contava com doze artigos e vinha acompanhado de uma Ato Complementar nº 38 que fechava o Congresso Nacional por tempo indeterminado. O AI-5 suspendia a concessão de habeas corpus e as franquias constitucionais de liberdade de expressão e reunião, permitia demissões sumárias, cassações de mandatos e de direitos de cidadania, e determinava que o julgamento de crimes político fosse realizado por tribunais militares, sem direito a recurso. Foi imposto ao país numa conjuntura de inquietação política e movimentação oposicionista: manifestações estudantis, greves operárias, articulações de lideranças políticas do pré-1964 e início das ações armadas por grupos da esquerda revolucionária (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 455).

É possível observar uma interdiscursividade entre a perspectiva historiográfica de Schwarcz; Starling (2019) e cinematográfica de Robles; Sacchetta (2013), uma vez que os enunciados concretos presentes em *Verdade 12.528* (2013), especialmente os depoimentos pessoais, também caracterizam uma esquerda revolucionária responsiva/responsável à supressão de direitos civis. Assim, o discurso documentado no cinema focaliza uma contraposição responsiva/responsável a “uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância” (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 459).

Posteriormente, Schwarcz; Starling (2019) destacam a máquina de repressão operada do regime militar. É mostrado que a repressão foi institucionalizada por meio de diversos órgãos governamentais e financiada por empresários de multinacionais. Cabe ressaltar a criação dos Codi-DOI, que endureceram a repressão para tutelar a ideologia dominante.

[A Oban] serviu de modelo para a criação, em 1970, do Centro de Operações de Defesa Interna (Codi) e do Destacamento de Operações de Informações. Os Codi-DOI estavam sob o comando do ministro do Exército, Orlando Geisel, conduziam a maior parte das operações de repressão nas cidades e atuavam sempre em conjunto: os Codi como unidades de planejamento e coordenação; os DOI, subordinados aos Codi, como seus braços operacionais. Mas, mesmo antes de essa máquina estar pronta para funcionar, a ditadura violou sua própria legalidade de exceção, e o uso da repressão sem limites judiciais ocorreu em pelo menos três circunstâncias. A primeira, a partir de 1969, nos caos de desaparecimentos forçados praticados, na maior parte das vezes para encobrir homicídios de prisioneiros ou provocar incerteza na oposição sobre o destino do desaparecido. A segunda, iniciada em 1970, na instalação de centros clandestinos que serviam para executar os procedimentos de desaparecimento de corpos de opositores mortos sob a guarda do Estado, como retirada de digitais e de arcadas dentárias, esquartejamento e queima em fogueiras de pneus. A terceira, desde 1964, no uso sistemático da tortura como técnica de interrogatório (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 460).

Fica evidente, neste ponto, as estratégias utilizadas pelo Estado para operar o biopoder e necropolítica, uma vez que havia o exercício de controle sobre vida e morte de grupos específicos no interior da sociedade. Além disso, é perceptível que a prática de tortura corroborava a máquina de repressão, uma vez que o Estado a institucionalizou e as exerceu como tecnologia do poder direcionada ao corpo-homem.

A prática da tortura instalou-se como um vírus graças ao silêncio conivente dos participantes do núcleo do poder – civis e militares. Ao se converter em política de Estado, entre 1964 e 1978, a tortura elevou o torturador à condição de intocável e transbordou para a sociedade. Para a tortura funcionar, é preciso que existam juízes que reconheçam como legais e verossímeis processos absurdos, confissões renegadas, laudos periciais mentirosos. Também é preciso encontrar, em hospitais, gente disposta a fraudar autópsias e autos de corpo e delito e a receber presos marcados pela violência física. É preciso, ainda descobrir empresários prontos a fornecer dotações extraorçamentárias para que a máquina de repressão política funcione com maior eficácia. No Brasil, a prática de tortura política não foi fruto das ações incidentais de personalidades desequilibradas, e nessa constatação residem o escândalo e a dor. Era uma máquina de matar concebida para obedecer a uma lógica de combate: acabar com o inimigo antes que ele adquirisse capacidade de luta. Atuava de maneira metódica e coordenada, variando em termos de intensidade, âmbito e abrangência geográfica (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 461).

Nota-se que a tortura figura como tecnologia de poder que contou com a mobilização de diversos atores políticos, tanto civis, quanto militares. Partindo dessa contextualização é possível delinear o ambiente de significação dos discursos de resistência retratados em *Verdade 12.528 (2013)*, bem como analisar a especificidade de cada enunciação, na subseção a seguir.

### **3.2 Enunciações emergentes da Ditadura Militar de 1964**

Inicialmente, tomando a perspectiva bakhtiniana como base, cabe ressaltar as possibilidades de combinações dialógico-enunciativas para construção de sentidos, uma vez que os enunciados concretos são elos de uma cadeia discursiva infinita. Assim, cumpre enfatizar que o processo de enunciação a ser analisado compreende uma organização metodológica que busca acessar a verbo-visualidade como recurso de estilo e de produção de sentido.

A metodologia utilizada para a análise de dados compreende duas etapas. Num primeiro momento, a descrição prévia dos cronotopos (relativos ao universo representado, aos autores e ao ouvinte/leitor) construídos pelos dois documentários;

portanto, com enfoque na amplitude desses gêneros discursivos. Num segundo momento, a cada enunciação, são identificados a responsividade/responsabilidade e o tom valorativo dos autores quanto ao tema das fotos e dos depoimentos pessoais, análise essa que complementa a caracterização dos cronotopos.

Quanto ao cronotopo do universo representado, *Verdade 12.528* (2013), se volta para o período de violação dos Direitos Humanos entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, nas regiões de São Paulo e de Goiás (Araguaia). Neste espaço-tempo, contrapunham-se discursos nacionalistas e pró-desenvolvimento econômico aos discursos de resistência democrática. Os valores discursivos constituíam uma dinâmica em que o Estado buscava legitimar ações de repressão revolucionária e a resistência democrática objetivava o resgate da soberania popular e respeito aos direitos humanos.

O cronotopo dos autores compreende uma ampliação discursiva. É possível voltar-se tanto para os diretores do filme – a jornalista Paula Saccheta e o fotógrafo Peu Robles – quanto para os parentes das vítimas da ditadura. Há possibilidade de empreender uma reconstrução cronotópica dos diretores, por meio de entrevistas veiculadas na mídia nas quais eles contam sobre suas próprias memórias com relação à ditadura, contudo, para esta pesquisa interessa o cronotopo dos entrevistados.

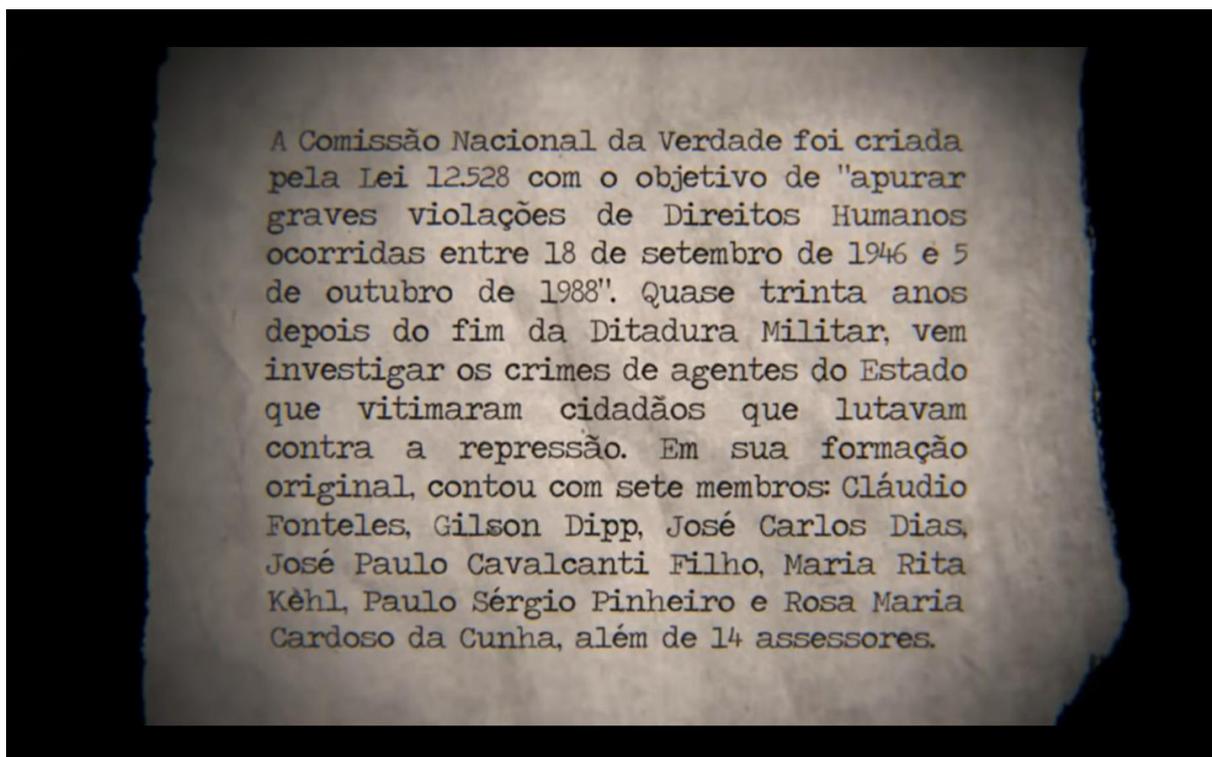
O ponto de partida para orientar essa caracterização é a sinopse incluída na ficha técnica (Quadro 1) da produção cinematográfica e o frame de contextualização temática (imagem 1).

Quadro 1

<b>Ficha Técnica</b>	
Título	Verdade 12.528 (Original)
Ano produção	2013
Dirigido por	Paula Sacchetta; Peu Robles
Estreia	2013 (Brasil)
Duração	55 minutos
Gênero	Documentário; História; Nacional
Países de origem	Brasil
Sinopse	O documentário “Verdade 12.528”, trata da importância da Comissão Nacional da Verdade, através de depoimentos de vítimas da repressão, ex-presos políticos e outras pessoas afetadas direta ou indiretamente pela ditadura civil e militar entre 1964 e 1985.

Fonte: Filmow

Na sinopse fica evidente o tom valorativo crítico ao governo liderado pelos militares bem como a extensão dos danos que ele causou. Os “depoimentos”



figuram como recurso argumentativo para ancorar a “importância da Comissão Nacional da Verdade”. Desse modo há uma valorização das experiências humanas narradas.

A construção da expressão “vítimas da repressão” desnaturaliza o autoritarismo da época, que figurava no discurso permeado pela ideologia dominante. O substantivo “vítima”, por si só já carrega uma carga semântica de sujeição, seu sentido circulante já remete ao sujeito que figura no polo passivo de uma violação. Esse sentido é reiterado por “da repressão”; pois a contração da preposição “de” mais o artigo “a” estabelece uma ponte na qual a vítima está duplamente subjugada pelo substantivo “repressão”, que por sua vez estabelece uma relação de sinonímia com “ditadura civil e militar”.

A utilização do advérbio “indiretamente” destaca a extensão dos danos que a ditadura causou, pois o direcionamento construído é no sentido de que mesmo pessoas que não viveram o período sócio-histórico sentem suas consequências. Assim, o substantivo “vítimas” funciona também como elemento de convergência aos outros dois termos em sequência “ex-presos políticos e outras pessoas afetadas”.

Imagem 1  
(ROBLES; SACCHETTA, 2013, 49s).

O frame de contextualização temática (imagem 1) logo em sua visualidade remete à textura de um papel envelhecido e, por meio de recursos sonoros, é possível perceber que as letras vão sendo datilografadas em máquina de escrever. Posteriormente à datilografia, e introduzindo o primeiro depoimento do documentário pela voz de Franklin Martins, é executada a música *Aletheia (Valsa-Ballet)*, composta por André Balboni, na qual notas de piano contribuem para acentuar o tom valorativo de tristeza e vazio da perda que se faz presente ao longo de todo o documentário. Essa composição áudio-verbo-visual é mobilizada para transportar o espectador para o passado, reforçando a ideia de que os efeitos da ditadura perduram até o presente, no qual a máquina de escrever não é mais utilizada.

Quanto aos elementos verbais, no início é utilizado um argumento de autoridade por meio da citação direta do Art. 1º da lei 12.528 de 18 de Novembro de 2011, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff. Posteriormente, a colocação de uma expressão indicativa de tempo “quase trinta anos depois” antes de “fim da Ditadura Militar” enfatiza o sentido de atraso das medidas do Estado para apuração dos crimes de seus agentes.

Em seguida, há uma retomada do substantivo “vítima” por meio do verbo “vitimaram”, desta vez localizando os “agentes do Estado” explicitamente no polo ativo do ato de reprimir. Além disso, a escolha pelo verbo “lutaram” atribui às vítimas características de heroísmo sócio-histórico. A menção aos sete membros da comissão, com especificação de seus nomes próprios, posterior ao verbo “contou” reforça a noção de colaboração para uma luta, colocando a Comissão Nacional da Verdade como extensão da resistência democrática contra a ditadura.

Em relação aos depoimentos dos parentes das vítimas é possível observar que as afetividades rompem com uma linearidade espaço-temporal, pois as narrativas de cada autor e autora são entrecortadas a todo momento, marcando um espaço-tempo predominantemente psicológico. Em termos de axiologia, os entrevistados voltam-se para as vítimas com admiração pelo fato dos militantes terem feito parte da história revolucionária e também com sentimento de ausência; em contrapartida, voltam-se para o regime com indignação, apontando erros e acertos da Comissão da Verdade em apurar as mortes e desaparecimentos.

Quanto ao ouvinte/leitor, o cronotopo de *Verdade 12.528 (2013)* apresenta uma intersecção com o contexto sócio-histórico que ambienta as enunciações emergentes em *Cercados (2020)*, atrelada ao universo subjetivo-axiológico de cada

indivíduo. Uma vez que, posteriormente à expressão enunciativa dos depoentes, o discurso sobre as memórias da ditadura segue seu fluxo no tempo-espço até os dias de hoje, sendo possível observar enunciações recentes em tom da saudosismo, pelo próprio atual presidente da república. Assim, a axiologia do autoritarismo segue permeando a história do Brasil.

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gêneros, sexo e religião. Todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos aparecem na cena política brasileira (SCHWARCZ, 209, p. 224).

A perspectiva historiográfica apresentada mostra múltiplas faces de um autoritarismo que estrutura as relações dialógicas entre as enunciações dos atores políticos retratados em ambos os documentários. Partindo desse pressuposto, é possível analisar o percurso narrativo para a apresentação do cartaz do documentário. O início pode ser marcado com o depoimento de Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Paiva, desaparecido em 1971.

Minha mãe ela foi muito... Ela sofreu muito sozinha esse processo todo. Ela não queria repartir a dor com a gente. A gente não sabe de muito detalhe, entendeu? O que a gente sabe é do que nos foi dito, entendeu? Esse é um grande problema dos familiares dos desaparecidos, entendeu? E por isso que a Comissão da Verdade é tão importante (M. R. PAIVA in ROBLES; SACCHETTA, 2013,3min 15).

Como já foi observado, os diversos depoimentos são entrecortados e entre eles, destaca-se o de Vera Paiva, também filha de Rubens Paiva.

Cada um dos cinco filhos decidiu que ele tinha morrido numa data diferente. Quer dizer, o enterro ele serve para a gente se despedir e quem tem alguém desaparecido, né? Que não viu o corpo, sente que ao aceitar mata. Se eu decidisse que meu pai tinha morrido, eu era cúmplice do assassinato. Porque eu estava matando sem ter certeza de que ele estava morto. Fiz uma coisa escrita no jornal, convidando para uma missa de sétimo... de dez anos de mo... de desaparecimento e aquele foi o meu ritual de despedida (V. PAIVA in ROBLES; SACCHETTA, 2013,4min 16).

Durante o último período da frase de Marcelo Rubens Paiva surge a foto de Rubens Paiva em close (imagem 3), que vai diminuindo em direção ao centro da tela adquirindo o mesmo tamanho das fotos das demais vítimas. Simultaneamente a essa diminuição, vão surgindo as letras e os números que compõem o título do documentário, caminhando tendo sua transparência reduzida até ficarem totalmente

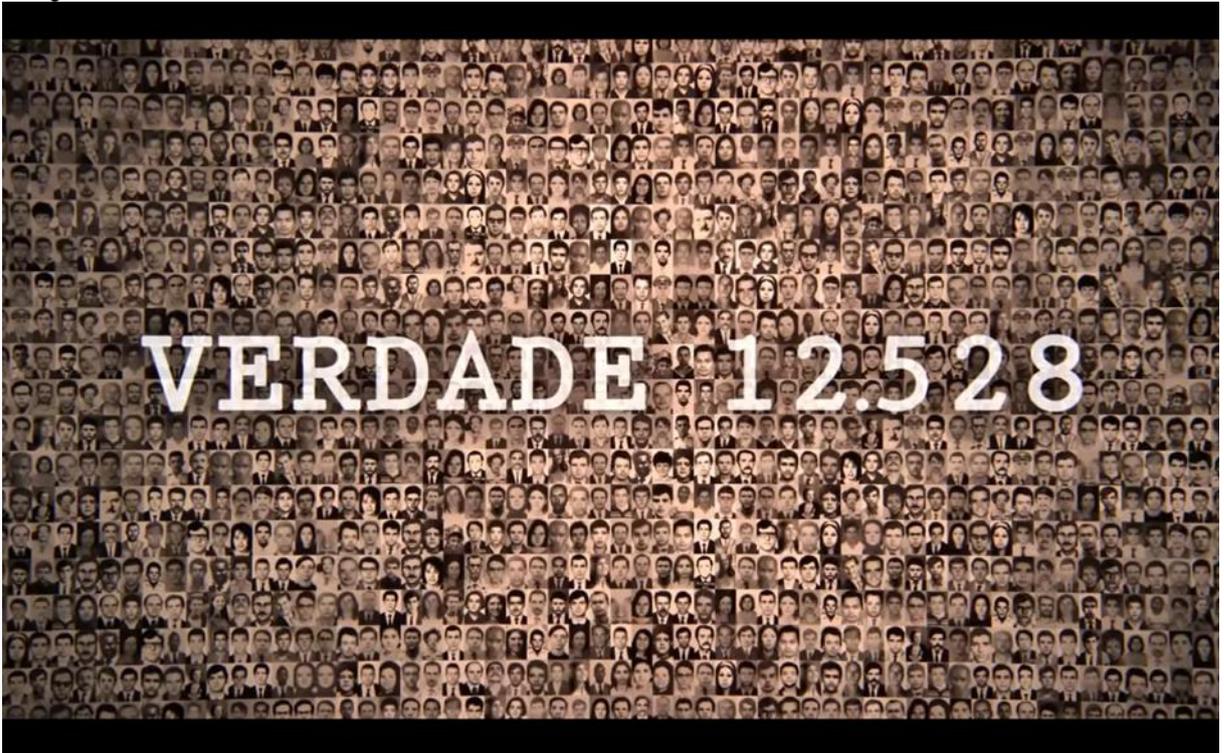
branca e opacas e a vogal “e” ficar concêntrica a miniatura da foto de Rubens Paiva e cobri-la totalmente (imagem 4).

Imagem 3



(ROBLES; SACCHETTA, 2013,7min 21s).

Imagem 4



(ROBLES; SACCHETTA, 2013,7min 37s).

Há possibilidade de percepção que tanto os enunciados de Marcelo e Vera, quando as imagens móveis que compõem a capa do documentário são responsivos à ideologia dominante do período ditatorial. Essa, por sua vez, permeou a necropolítica de naturalização da morte e desaparecimento como forma de repressão dos dissidentes do regime militar. O tom valorativo desenvolvido é de preenchimento e sobreposição da verdade ao reticente. Logo, a ausência de respostas do Estado às mortes e desaparecimentos é preenchida pelas investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Tanto a oralidade de Marcelo, quanto de Vera são marcadas por reticências que reforçam a incerteza. Ele, no início de seu depoimento apresenta dificuldade em definir se é importante atribuir a sua mãe características pessoais através da utilização do verbo “foi”, depois opta por utilizar o verbo “sofreu” e caracterizar a reação de sua mãe frente ao desaparecimento de seu pai. Ao finalizar sua enunciação com o advérbio “tão” para potencializar a importância da CNV, há construção do sentido da verdade sobreposta ao reticente.

A filha utiliza outros recursos estilísticos no início de seu depoimento, mas gera sentido convergente. Inicia o tom de incerteza ao utilizar o pronome “cada” para particularizar os filhos e o adjetivo “diferente” para caracterizar a data de morte atribuída, que demonstra a dissonância sobre um fato naturalmente inequívoco. Posteriormente, as reticências num primeiro momento substituem o substantivo “dia”, demonstrando incerteza sobre evento “missa de sétimo dia”, uma vez que não havia certeza sobre a morte, além de ser estabelecida uma relação de sinonímia entre os verbos “aceitar” e “mata, no segundo período da oração. No fim do enunciado, é estabelecida a relação de resolutividade, ao afirmar a escolha pelo termo “desaparecimento” em contraposição à “morte” e optar por utilizar a locução adjetiva “de despedida” como último termo atrelado ao “ritual” que ela estava relutante em definir.

Quanto à verbo-visualidade móvel que compõe o cartaz do documentário o tom de incerteza é novamente retomado. Os traços da foto de Rubens Paiva imprimem uma impressão de indefinição. O lado esquerdo de seu rosto não apresenta contorno devido ao excesso de luminosidade e o lado direito apresenta contornos borrados. O movimento de redução progressiva da foto e diluição da imagem nas outras fotografias potencializam a indefinição visual, as fotografias acabam por desaparecer, estabelecendo referência direta ao ocorrido no cronotopo

do universo representado. Ao fim, a palavra “verdade” ganha destaque em sobreposição ao desaparecimento das vítimas representadas pelas fotos diluídas, significando que a Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011 trouxe resolutividade ao reticente.

Por fim, o último processo enunciativo emergente de *Verdade 12.528 (2013)* é composto por um cartaz que remete à estética de um prontuário (imagem 5) e o depoimento de Amélinha<sup>11</sup> Teles, ex-militante do PC do B.

No momento da prisão fomos levados diretamente para a Operação Bandeirante e... é... Imediatamente nós passamos a ser torturados é... cada um numa sala, daquelas é... conhecidas como sala de interrogatórios, né? Que nada mais era que salas de torturas e... tudo sob o comando do Carlos Alberto Brilhante Ustra, que na época era o major. E como muitos muitos torturadores, né? Ele tinha é... Eu me lembro assim, que eu já tentei contar várias vezes, mas era por volta do oito, né? Homens dentro de cada sala. Eles foram até o... a casa onde a gente morava e buscaram meus filhos, de cinco e quatro anos de idade. Levaram os dois pra uma sala de tortura, onde eu estava sendo torturada. Eu estava é... amarrada numa cadeira de dragão... é... todo o processo de tortura era feito com você nua, arrancavam suas roupas todas, você estava sempre nua. E como você era muito espancada, muito choque elétrico... afogamento, enfim. Você acabava vomitando, é... urinando. Então aquela sala de interrogatório era aquela sala de cheio de suor, de sangue, de vômito, de fezes, de urina, é... tudo que você possa imaginar nesse sentido. E o Ustra levou meus filhos lá pra dentro da sala... Eu sentada na cadeira de dragão, eles olhavam pra mim e ao mesmo tempo me estranhavam. E quando eu vi, eles perguntaram “ai, por que que você ficou azul e o pai tá verde?” (TELES *in* ROBLES; SACCHETTA, 2013, 10min 44s).

---

<sup>11</sup> O nome da depoente permanece com acento agudo para manter a grafia que aparece no texto original que traz sua identificação no documentário.

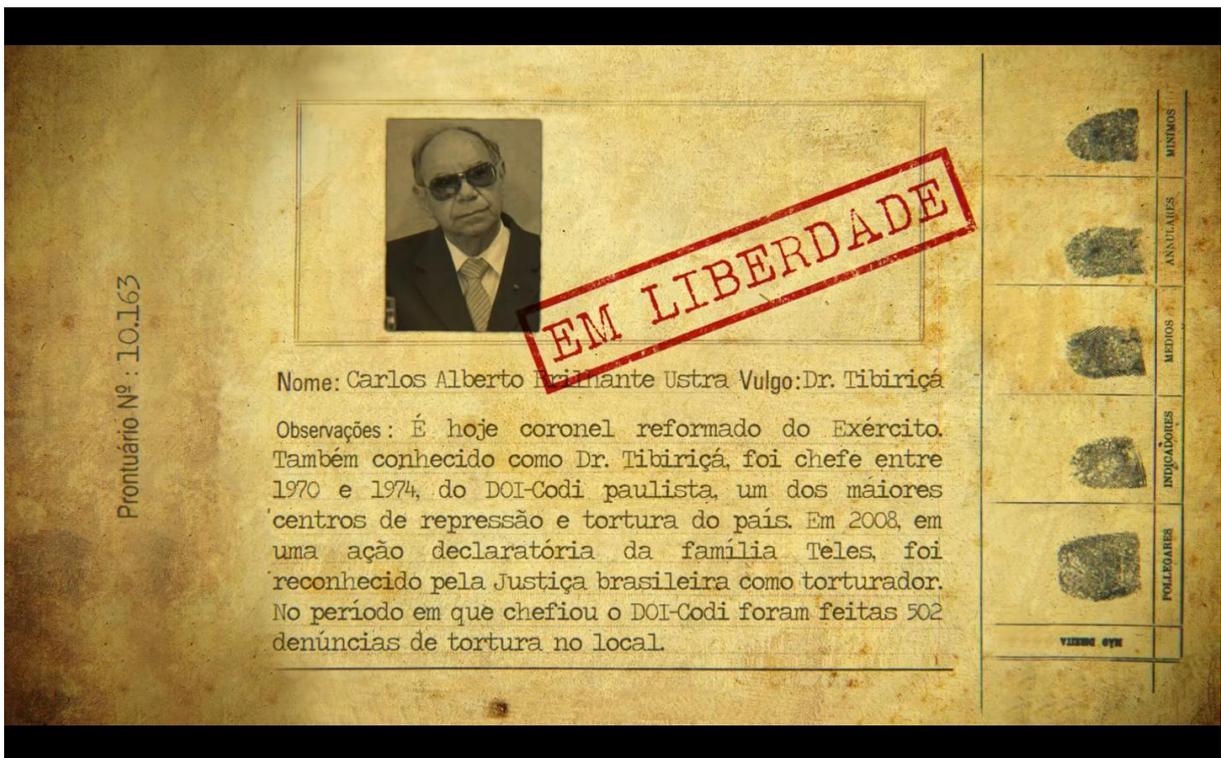


Imagem 5

(ROBLES; SACCHETTA, 2013, 11 min 29s).

Assim, como ocorre com os outros enunciados concretos, as falas da depoente são entrecortadas por fotos das instalações da OBAN, e falas de outras duas depoentes que também relatam as torturas que passaram: Guiomar da Silva Lopes, ex-militante da ALN e Criméia de Almeida, ex-militante do PC do B.

Considera-se a dinâmica deste enunciado concreto segundo uma divisão em três partes: a fala de Amélinha do início até a menção do nome do torturador; o corte para a exibição do cartaz-pronturário e o detalhamento do processo de tortura. Este cronotopo da tortura é caracterizado tempo-espacialmente pela captura, pela sala de tortura e pela casa de Amélinha.

Na primeira parte da enunciação a utilização do advérbio “imediatamente” enfatiza a agilidade com que os torturadores iniciaram suas atividades. Posteriormente é possível notar um trabalho com a desconstrução do eufemismo da locução adjetiva “de interrogatório”, utilizada pela força ideológica centrípeta do Estado ditatorial para atrelar a atividade ao universo semântico-axiológico da legalidade. Quando Amélinha quebra o eufemismo com a utilização da locução adjetiva “de tortura”, é mobilizada uma força ideológica centrífuga que introduz o

universo axiológico da resistência democrática que, em seguida, irá permear o cronotopo da tortura.

O percurso de composição do cartaz-prontuário segue a mesma dinâmica do frame de contextualização (imagem 1), sons de datilografaria ao longo do aparecimento das palavras escritas. Contudo, ao final da exibição, no canto superior direito, introduzido por um som grave, são carimbadas em letras vermelhas as palavras “em liberdade” para enfatizar a ausência de providências advindas do Poder Judiciário.

A foto de identificação do torturador e os registros das digitais, compõem junto com o parágrafo de “observações” um discurso para corroborar o sentido mobilizado pelo carimbo. A foto do torturador de óculos escuros com uma expressão facial sem nenhum tipo de contração dos músculos da face remetem à ausência de emoção. Nota-se, assim, o tom valorativo de crítica à de banalização da violência, cometida frequentemente – ilustrada pelos algarismos “502” que enumeram as denúncias – pelas próprias mãos, ilustradas pelos registros das impressões digitais. A verbo-visualidade do cartaz remete ao paradoxo com a utilização do verbo em particípio passado “reconhecido” como agente do crime de tortura; porém impune com a presença da locução adjetiva “em liberdade”.

Em sequência, a parte final do enunciado concreto, completa a caracterização no cronotopo da tortura, ilustrando que as atitudes criminosas ultrapassam os limites espaciais da OBAN e chegam na própria “casa” dos perseguidos políticos. A questão do gênero é selecionada com a discursivização de uma mulher no papel de mãe – o que fica evidente com a narrativa de Criméia de Almeida, detalhando a tortura que sofreu ainda que em estado de gravidez. A presença do advérbio “sempre” com o adjetivo “nua” ilustra a impotência e vulnerabilidade da mulher quanto ao próprio corpo.

A finalização da enunciação explora a contraposição do ser humano em condição degradante e de inocência. Amélinha e as outras vítimas tiveram seu sofrimento físico e psicológico realizado num espaço caracterizado pelas locuções adjetivas “de suor”, “de sangue”, “de vômito”, “de fezes”, e “de urina” marcando um

estilo grotesco<sup>12</sup>. Em contraposição, há incorporação do discurso dos filhos pela depoente, por meio de citação direta, na qual os substantivos “azul” e “verde” usados para identificar o estado da pele dos pais das crianças no contexto de uma pergunta. O estilo grotesco também se faz presente na fala dos filhos da depoente, entretanto a organização da fala em modo interrogativo constrói o sentido de ausência de consciência infantil sobre a tortura como causa de mudança na coloração da pele.

Desse modo, até o presente momento, percebe-se que cada pequeno cronotopo emergente do documentário *Verdade 12.528* (2013) evidencia a arena discursiva na qual entram em embate, as forças centrípetas do Estado ditatorial que opera um universo axiológico de banalização na morte, sofrimento e degradação humanos; e as forças centrífugas da resistência democrática, neste recorte enunciativo pelas vozes de Vera Paiva, Marcelo Rubens Paiva e Amélinha Teles. Na Próxima subseção a análise se pautará na arena discursiva no cronotopo pandêmico.

### **3.3 Contexto sócio-histórico da Pandemia de 2020**

O primeiro aspecto a ser destacado, antes de empreender a contextualização sócio-histórica da pandemia de 2020, é a dificuldade de um movimento exotópico, dada a realidade recente do momento histórico. Assim, parte-se das perspectivas que Paula e Siani (2020) desenvolvem em sua pesquisa *Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia*, publicada na Revista da Abralín e do artigos de opinião *Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia*, escrito por Sá (2020), chefe do Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (Depes) da Casa de Oswaldo Cruz (COC), publicado na seção temática Especial Covid-19 pela Fundação Oswaldo Cruz.

Sá (2020) inicia seu histórico sobre a Covid-19 com o registro de que 31 de dezembro de 2019 foi reportado à Organização Mundial de Saúde (OMS) pela China casos de contaminação pelo novo coronavírus Wuhan, contudo, naquele momento

---

<sup>12</sup> Ainda que o “grotesco” como categorização bakhtiniana não tenha sido explorado nesta pesquisa, cabe a breve constatação dos estudos do Círculo sobre essa temática, em conjunto com as concepções de “carnavalização”, mostrando que “exagero, o hiperbolismo, a profusão, o excesso são segundo opinião geral, os sinais característicos mais marcantes do *estilo grotesco*” (BAKHTIN, 2010, p. 265).

não haviam informações claras sobre a causa dos casos de pneumonia grave, que eram a consequência da contaminação viral.

Na primeira semana de fevereiro de 2020, o número de mortes pelo novo coronavírus ultrapassou 800 pessoas, e superou a Sars, doença causada pelo Sars-CoV-1 e que matou 774 pessoas em todo o mundo entre 2002 e 2003. Em 13 de fevereiro, o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos EUA anunciou a transmissão assintomática do novo coronavírus. Em 14 de fevereiro, era confirmado o primeiro caso da África, no Egito. Em 15 de fevereiro, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, pediu aos governos dos estados nacionais que organizassem seus sistemas de saúde, pois era impossível prever a direção que a epidemia tomaria. No dia 24 de fevereiro, Adhanom pediu ao mundo que se preparasse para uma pandemia (SÁ, 2020).

Conforme noticiado pela *Agência Brasil* (2020), em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom declara oficialmente o estado de contaminação do novo coronavírus como pandemia, dado o enquadramento de contaminação em mais de 115 países. É possível notar, que a gestão da crise pandêmica mundial, por si mesma já configura uma tecnologia de biopoder e necropolítica.

Houve uma corrida aos mercados em diversos países, para estocamento de alimentos, pois imperativos como “achatamento da curva epidemiológica”, com vistas à preparação dos sistemas de saúde para o recebimento gradativo de pacientes graves, “isolamento social”, “distanciamento social”, “quarentena” e “lockdown” ganharam as páginas de veículos diversos de informação. Também se tornaram decretos governamentais e esvaziaram as ruas do planeta. Estima-se que em torno de 3 bilhões de pessoas tenham entrado em quarentena no mundo nos primeiros meses da doença. Construção de hospitais de campanha, lavagem das mãos com sabão, uso intensivo de álcool gel para higienização diversa de compras e produtos, recebimento de fake news por WhatsApp, etiqueta respiratória e rígidos limites para aglomerações tornaram-se parte da vida cotidiana (SÁ, 2020).

Essa realidade provocou a emergência de diversos enunciados concretos na mídia, podendo ser destacados dois tons valorativos constantemente contrapostos: o científico e o anticientífico. Sá aponta que diversos pesquisadores foram chamados pela imprensa para proferirem suas análises sobre o contexto sócio-histórico mundial. Não somente as análises provenientes das áreas científica ligadas diretamente à saúde, mas também pesquisadores das ciências humanas e sociais foram ouvidos.

Sá (2020) aponta que direcionamentos historiográficos apontaram para diversos lados. Impossibilidades de se identificar padrões histórico-comportamentais com o intuito de definir ações para gerir a crise atual e, em contrapartida, possibilidades de reflexão sobre as relações estabelecidas pelo ser humano com o planeta e possíveis impactos futuros. Ainda que ajam divergências entre os

historiadores e historiadoras sobre o papel das pesquisas em história para o auxílio na gestão da crise pandêmica, é posto que a história do presente guarda elementos do passado. Nesse sentido, a historiografia evidencia os conflitos entre as classes sociais e o percurso da necropolítica.

Objetos do campo da história também incluíram o ativismo da sociedade civil nas epidemias, e mesmo seus impactos sobre a saúde global; as vulnerabilidades e desigualdades sociais, sobretudo as de gênero e étnicas, associadas aos processos de saúde e doença e acesso a serviços médicos nas crises sanitárias. Abordamos ainda a emergência da consciência da interdependência social nas epidemias; as promessas de terapias milagrosas; as modalidades de atuação do poder público, com ênfase na própria constituição histórica da saúde pública em diferentes estados nacionais; a organização de modelos de assistência sanitária, como a defesa do acesso universal à saúde; a criação de agências e programas internacionais de saúde; e a dimensão ecológica das doenças e o potencial pandêmico de novas zoonoses (SÁ, 2020).

Desse modo, Sá (2020) evidencia que as epidemias além de fenômenos biológicos, são também fenômenos sociais. Essa afirmação mostra que o discurso-proveniente dos diversos atores políticos impactam no caminho que a sociedade percorre no tempo pandêmico. Nesse sentido, destaca-se o impacto do discurso bolsonarista.

Nesse tempo-espço pandêmico, o discurso de Bolsonaro tem sido caracterizado por seu posicionamento contrário à prática do isolamento social horizontal (medida que abarca todos os segmentos da população, não apenas os sujeitos pertencentes aos grupos de riscos) e favorável a um isolamento vertical (condizente com o princípio de imunidade de rebanho, ineficaz do ponto de vista de especialistas do mundo todo), com a volta à “normalidade” em prol da atividade econômica e em detrimento das vidas humanas, que pagariam o preço de não deixar o país entrar em crise, segundo seu pensamento e de sua equipe governamental (PAULA; SIANI, 2020, p. 486).

Essa caracterização sócio-histórica é o pressuposto para compreensão das relações dialógico-discursivas apresentadas no documentário *Cercados* (2020). É possível a percepção do posicionamento axiológico responsivo/responsável entre os enunciados concretos bolsonaristas e a enunciação da imprensa, o que será evidenciado na subseção posterior.

### **3.4 Enunciações emergentes na Pandemia de 2020**

Mantendo a organização metodológica quanto à caracterização prévia dos cronotopos é preciso apontar que as fronteiras espaciais apresentam certa diluição

diante da pandemia da Covid-19, uma vez que o biopoder exercido pelas lideranças de cada país gera um impacto global. Assim, os cronotopos de *Cercados* (2020) também referenciam a realidade de outros estados-nação.

Nesse sentido, Alves (2020) – em mesa redonda promovida pela Abralin – discute o cronotopo pandêmico articulando o diálogo entre esse conceito bakhtiniano e as perspectivas sociológicas de Zygmunt Bauman, Byung-Chul Han e Jonathan Crary. Emerge desse diálogo epistemológico a caracterização de um sujeito inserido numa sociedade capitalista em crise potencializada.

É posto que a liquefação das fronteiras e instituições modernas constroem, no século XXI, um universo axiológico em que os indivíduos assimilam a auto exploração da força de trabalho, sem pausa, sem sono, para obtenção de altos níveis de desempenho. Essa ressignificação espaço-temporal foi potencializada com a pandemia do novo coronavírus.

No grande cronotopo da pandemia, as grandes nações e potências revelam-se pequenas, amesquinhas e sem estrutura, historicamente desprezadas, de saúde e de atendimento. Mais uma vez, o capital e o esgarçamento do tecido social expõem a miséria humana em corpos, em disputa por medicamento, por máscara, por leitos, por respiradores... (ALVES, 2020, 21min 30s).

Diante disso, ao olhar para o documentário *Cercados* (2020), é possível perceber que o cronotopo do universo representado e o cronotopo do ouvinte/leitor são confluentes. Assim, as possibilidades de delimitação ficam vinculadas às características subjetivas de cada indivíduo inserido no contexto sócio-histórico da pandemia de 2020, descrito anteriormente. Portanto, para manter o direcionamento exotópico, a caracterização do cronotopo do ouvinte/leitor permanecerá em aberto, cabendo a cada leitor a reflexão sobre suas próprias subjetividades axiológicas.

Desse modo, esta pesquisa opta pelo enfoque no cronotopo do universo representado, que diz respeito ao território brasileiro imerso na pandemia do novo coronavírus e na necropolítica bolsonarista. Até o presente momento, são registrados mais de quinhentos e cinquenta mil mortos pela pandemia, em divulgação mais recente pela imprensa.

O Brasil registrou 389 mortes por covid-19 nas últimas 24 horas, totalizando 557.223 óbitos, conforme dados do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) atualizados às 18h desta segunda-feira (02/08). Há um ano, nesta data, o país registrava 94.104 mortes (HESSEL, 2021).

Além o acúmulo no número de mortes desde a estreia do documentário *Cercados* (2020), cabe destacar o percurso dos programas de vacinação para sobrepor variantes do coronavírus no Brasil, fato igualmente divulgado pela imprensa.

Com o esquema completo de duas doses a efetividade aumenta, independentemente da vacina aplicada, para 79,8%, de 60 a 79 anos, e 70,3% acima de 80 anos. Com as duas doses da AstraZeneca, foi estimada uma efetividade de 93,8% de 60 a 79 anos, e 91,3% acima dos 80 anos. Entre os vacinados com as duas doses da CoronaVac, os índices foram de 79,6% de 60 a 79 anos, e 68,8% acima dos 80 anos. A eficácia dessas vacinas já foi demonstrada anteriormente em seus respectivos estudos clínicos. Os autores da Nota Técnica observam que um dos diferenciais desse estudo é apresentar evidências de efetividade das vacinas frente a variantes de preocupação que têm predominância no território brasileiro (AZEVEDO, 2021).

A edição mais recente do Boletim Observatório Covid-19, elaborado pela Fiocruz, destaca alta na ocupação de leitos de UTI em detrimento na queda na mortalidade. Enfatiza que o avanço da vacinação no Brasil é lento e que a pandemia segue incorporada no território nacional.

A nova edição do Boletim Observatório Covid-19 Fiocruz, publicada nesta quinta-feira (5/8), alerta que o surgimento e crescimento da presença de novas variantes de preocupação, como a Delta, acende um alerta. O estudo chama a atenção para o fato de que a pandemia ainda não acabou e novos cenários de transmissão e risco podem surgir. Ressalta que o elevado patamar de risco de transmissão do vírus Sars-CoV-2 pode ser agravado pela maior transmissibilidade da nova variante e destaca a necessidade de combinar vacinação com o uso de máscaras, incluindo campanhas e busca ativa. A análise confirma também a reversão no processo de rejuvenescimento da pandemia no Brasil. Novamente, as internações em leitos de UTI para adultos no Sistema Único de Saúde (SUS) e, principalmente, o número de óbitos concentram um maior número de idosos (CASTRO; PILAR, 2021).

Ainda, outro elemento que permeia o cronotopo do universo representado diz respeito ao discurso-ação responsivo/responsável à necropolítica bolsonarista: atualizações diárias das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada em abril deste ano, com o objetivo de apurar a gestão federal da crise pandêmica no país.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, leu nesta terça-feira (13) o requerimento de criação da CPI da Covid. Apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o documento estipula que essa comissão parlamentar de inquérito investigará ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas no começo do ano (CASTRO, 2021).

O cronotopo que os autores constroem do universo representado, assim como no primeiro documentário analisado, pode ter sua caracterização norteadada pela sinopse presente na ficha técnica (quadro 2) e pelo frame de contextualização temática (imagem 5).

Quadro 2

<b>Ficha Técnica</b>	
Título	Cercados (Original)
Ano produção	2020
Dirigido por	Caio Cavechini
Estreia	3 de Dezembro de 2020 (Brasil)
Duração	116 minutos
Classificação	Não recomendado para menores de 10 anos
Gênero	Documentário
Países de origem	Brasil
Sinopse	Os bastidores da cobertura jornalística durante a pandemia. Acompanhe o trabalho da imprensa profissional numa luta contra o negacionismo.

Fonte: Filmow

A expressão que merece destaque neste enunciado concreto é “negacionismo”. O Brasil do cronotopo dos autores apresenta-se como espaço de embate entre dois direcionamentos discursivos que mantêm entre si relações dialógicas: os jornalistas que compreendem a ciência como aliada ao combate à pandemia e os negacionistas que ignoram a gravidade da pandemia e compreendem o discurso bolsonarista como prevenção da crise econômica. A oposição axiológica é apresentada por meio de diversas enunciações nas quais o chefe de Estado dirige-se aos profissionais da imprensa com hostilidade e direciona uma relação de sinonímia entre “bolsonarismo” e “negacionismo”.

Imagem 6

(CAVECHINI, 2020, 1min 56s).

O frame de contextualização temática (imagem 6) aparece posteriormente ao início do documentário, com a coletiva de imprensa em 15 de maio de 2020 no Ministério da Saúde em Brasília. Há o registro do ministro da saúde Nelson Teich entrando no local e sendo fotografado pelos jornalistas e, posteriormente, um corte para uma reunião do Jornal Nacional que ocorre 5 horas antes da coletiva, na qual William Bonner lamenta a demissão do ministro da saúde.

As letras brancas projetadas sobre um fundo preto remetem ao luto e gravidade do universo representado. Duas frases apresentam-se separadas, a primeira delas é utilizada para construir um tom de objetividade sobre o registro numérico de mortes pela Covid-19. Entretanto na segunda frase, o advérbio “menos” figura como signo ideológico portador de um posicionamento crítico à demissão. A palavra é utilizada para enfatizar a rápida troca de líderes do Ministério da Saúde num período de crise, caracterizando a instabilidade na gestão federal.

O encaminhamento narrativo para o projeção do cartaz do documentário pode ter como marcação de início a enunciação “E não vai falar por que que saiu?” (CAVECHINI, 2020, 2min 59s) que parte de uma jornalista não identificada que acompanha o fim da coletiva de imprensa de Teich dos estúdios da Rede Globo. Não há resposta para a pergunta no documentário – apenas na edição do Jornal

**O Brasil registra 14 mil mortes pelo  
novo coronavírus.**

**Nelson Teich é o segundo ministro  
da Saúde a sair do cargo em menos  
de um mês.**



Nacional de 5 de maio de 2020 – fazendo que o tom reticente remeta à falta de transparência da administração pública. Além disso, a não identificação de uma jornalista nos bastidores da televisão e sua enunciação indignada criam uma atmosfera de aproximação entre a profissional da imprensa e a cidadã brasileira.

Posteriormente, prosseguem registros da oralidade de jornalistas, em chamadas de notícias do Jornal Nacional sendo sobrepostas. Uma delas parte de Delis Ortiz e é falado sobre a repercussão que a saída de Teich, em plena pandemia, gerou em vários atores políticos.

Em seguida, há uma cena no Palácio da Alvorada em Brasília, na qual o presidente se dirige à imprensa ao ser questionado por um jornalista se haveria algum pronunciamento sobre a vacância do cargo, sendo registrado o primeiro enunciado concreto proferido pelo presidente. Esse enunciado estabelece conclusibilidade com a enunciação de uma apoiadora bolsonarista. A fala da apoiadora, que ocupa o espaço cercado compartilhado pela imprensa e os bolsonaristas, pode ser vista como o início da apresentação do cartaz do documentário *Cercados* (2020).

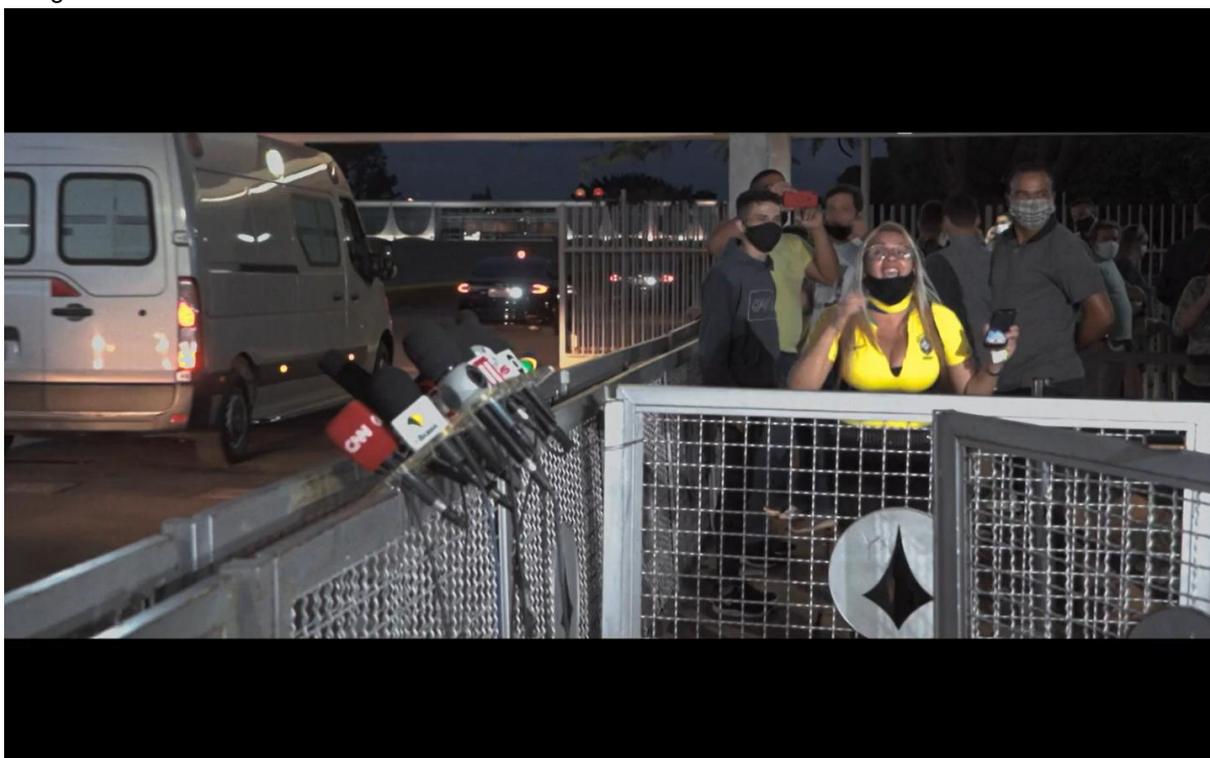
Imagem 7  
(CAVECHINI, 2020, 4min 20s).

A composição da verbo-visualidade neste ponto (imagem 7) apresenta o enunciado concreto “Quando vocês pararem de fazer fofoca eu falo com vocês”

(BOLSONARO in CAVECHINI, 2020, 4min 20s) legendado. Essa escolha estética além de conferir clareza ao ouvinte/leitor acentua a enunciação por meio do contraste provocado pela projeção das letras brancas no fundo preto. Outro ponto essencial que se pode perceber é o tom valorativo da palavra “fofoca”; ao resumir a pergunta do jornalista, que versa sobre questões de interesse público, ao universo semântico do substantivo feminino, marcado por informalidade há produção de dois efeitos de sentido complementares: descrédito e autoritarismo.

A pergunta do jornalista carrega consigo o direito à informação, do qual a sociedade civil é portadora. Ao afirmar que o trabalho da imprensa, pautado no acesso à informação, é “fofoca”, a figura do jornalista é esvaziada do profissionalismo. A partir disso, há o estabelecimento de uma relação dialógica com o discurso presente no Ato Institucional nº 5 de censura à liberdade de imprensa, mobilizando um universo axiológico de autoritarismo.

Imagem 8



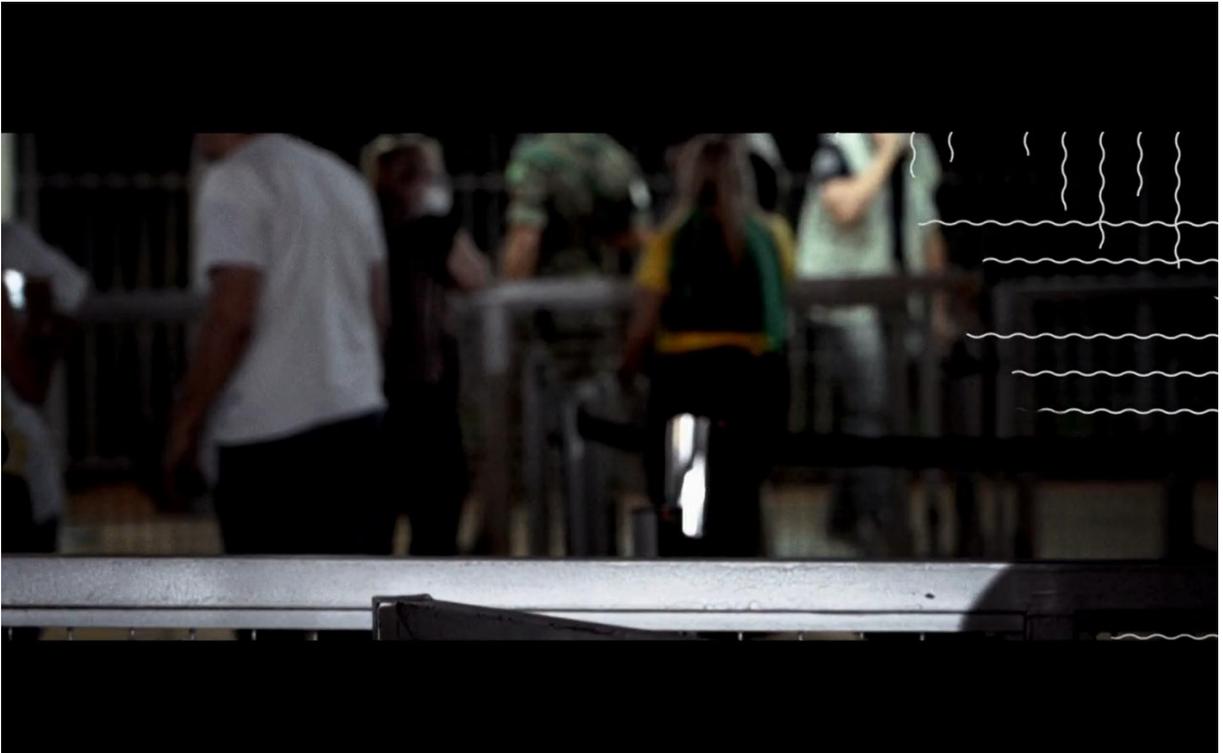
(CAVECHINI, 2020, 4min 35s).

Imagem 9



(CAVECHINI, 2020, 4min 52s).

Imagem 10



(CAVECHINI, 2020, 5min 07s).



Imagem 11

(CAVECHINI, 2020, 5min 18s).

A fala da apoiadora (imagens 8 e 9) precede e ambienta a exibição do cartaz do documentário. A percepção da verbo-visualidade nesta enunciação considera a linguagem corporal da bolsonarista.

Deixem o presidente governar! Quando vocês tiverem com fome, sem trabalhar, sem poder sair de casa e apanhar na rua, quando vocês começarem a apanhar, vocês vão dar valor a um presidente que em quarenta décadas, quarenta anos, nunca houve um presidente igual a esse: Jair Messias Bolsonaro! (CAVECHINI, 2020, 4min 35s).

A primeira frase articula o tom valorativo da enunciação, retomando a ideia de descrédito ao trabalho da imprensa. Por meio do verbo “deixem” é construído o sentido de que os jornalistas figuram como obstáculo para o trabalho do presidente. Assim, é retomado também o autoritarismo, uma vez que o questionamento popular e fiscalização estão atrelados à democracia representativa.

A continuidade da enunciação faz referência ao discurso de contrariedade do presidente às medidas de *lockdown* para contenção da pandemia, sob o argumento de colapso da economia. Sobre esse tema cabe destacar a notícia publicada no jornal *El País* em março de 2021 sobre carta assinada por economistas em favor da medida.

Os signatários tocam num ponto nevrálgico que abriu um eterno campo de batalha no Brasil liderado pelo presidente Jair Bolsonaro. A ideia de que medidas de contenção da covid-19 afetariam o desempenho econômico e iriam prejudicar ainda mais a vida da população. “A controvérsia em torno dos impactos econômicos do distanciamento social reflete o falso dilema entre salvar vidas e garantir o sustento da população vulnerável”, diz a extensa carta endossada pelos especialistas. “Na realidade, dados preliminares de óbitos e desempenho econômico sugerem que os países com pior desempenho econômico tiveram mais óbitos de covid-19. A experiência mostrou que mesmo países que optaram inicialmente por evitar o lockdown terminaram por adotá-lo, em formas variadas, diante do agravamento da pandemia”, apontam os economistas, citando o caso do Reino Unido (JIMÉNEZ, 2021).

A bolsonarista, portanto, articula o verbo “governar” atribuindo a ele o sentido de garantia aos direitos sociais, uma vez que as ações do presidente impedem que a população não tenha fome, tenha emprego e possa sair na rua sem apanhar.

A conclusão da enunciação corrobora os elementos visuais carregados pela autora ligados ao nacionalismo ditatorial. A camiseta da seleção brasileira de futebol e a bandeira do Brasil, amarrada nas costas, são símbolos utilizados para mobilizar um patriotismo como validação do discurso verbal. Além disso, a ênfase ao período ditatorial como exemplo de presidencialismo a ser valorado, é dada pelo gesto, pela expressão facial e pelo tom de voz. Num primeiro momento é utilizada a expressão “quarenta décadas” – falada aos gritos acompanhada de sobranceiras levantadas que demonstram euforia – o que corresponderia a quatrocentos anos; posteriormente ao se conscientizar o equívoco cronológico a autora utiliza “quarenta anos” e reforça a representação agitando sua mão com quatro dedos levantados. Assim a simultaneidade de representação do gesto numérico e da palavra oralizada destaca o período de 40 anos atrás, 1980, que diz respeito ao governo de João Figueiredo, o último militar que presidiu o Brasil antes da redemocratização.

Após seu enunciado concreto a bolsonarista se afasta da grade e há uma fusão entre as linhas do cartaz do documentário com as linhas das grades externas ao Palácio da Alvorada (imagens 10 e 11). Então há o aparecimento do título e subtítulo do documentário, projetados sobre a formação de grades quadriculadas sobre um fundo preto.

A construção de sentido que a verbo-visualidade constrói neste fragmento pode ser vista como representação do cronotopo do universo representado da pandemia; no qual a intersubjetividade dos indivíduos se realiza no tempo-espaco em universos axiológicos antagônicos. A polissemia da palavra “cercados” pode ser explorada em dois direcionamentos: adjetivação e substantivação. O sentido de

“cercados” como substantivo faz referência ao tempo-espaço ocupado pelos sujeitos nas mediações do Palácio da Alvorada. Os cercados são ocupados pelos jornalistas direcionados à resistência democrática para garantir a transparência da administração pública e, em contrapartida, pelos apoiadores bolsonaristas que endossam o autoritarismo e saudosismo da ditadura militar de 1964. O sentido de “cercados” como adjetivo refere-se aos jornalistas presos e procurando uma saída para obter respostas claras do presidente e, de modo antagônico, refere-se aos apoiadores do presidente – mobilizando a denominação cotidiana atribuída pelos opositores do governo – como “gado”, que na pecuária ocupa espaços limitados por grades que direcionam sua movimentação.

Em sequência, é pertinente destacar os enunciados concretos atrelados ao processo de significação da morte. Este percurso discursivo é permeado pela verbo-visualidade dos registros orais e fotográficos feitos por Raphael Alves (fotógrafo da agência EFE) e Edmar Barros (fotógrafo da Associated Press) em cemitérios. Dentre as fotos exibidas cabe destacar duas delas.

O enunciado concreto a seguir tem Raphael Alves (fotógrafo da agência EFE) como autor. Ele integra um conjunto de registros fotográficos feitos em cemitérios durante a pandemia.



Imagem 12

(ALVES *in* CAVECHINI, 2020, 7min 27s).

Em simultaneidade com a projeção dessa fotografia (imagem 12), há reprodução do áudio do fotógrafo dando um direcionamento interpretativo para o conjunto de imagens produzidas. Assim, esta análise é feita sob o viés do hibridismo discursivo, considerando a relação entre os dois enunciados concretos, visual e verbal.

Algumas pessoas me perguntaram “Por que preto e branco? Por que cinza? Por que, assim, escuro?”, né? Ah, eu escolhi um cinza assim, bem cor de chumbo, né? Bem plúmbeo assim pra mostrar o peso desse momento, né?  
(ALVES *in* CAVECHINI, 2020, 7min 49s).

Nota-se pela oralização do autor que a escolha de representação visual pelo contraste, pela luz e sombra tem a intenção de transportar o ouvinte/leitor para um cronotopo da morte individual. O adjetivo “plúmbeo” e o substantivo “peso” figuram numa sinonímia que caracteriza substantivo “momento”, que por sua vez – considerando a semântica ligada ao tempo – faz referência direta a um dos elementos constituintes do cronotopo. O “momento” a que o autor se refere diz respeito ao tempo-espço ambientado pelo peso do sofrimento do sujeito que teve

alguém levado pela covid-19. Este cronotopo da morte individual é representado na foto pela sombra de uma cruz individualizada que cobre uma máscara de proteção respiratória, sobre uma terra seca. A morte pelo vírus, simbolizada pela sombra da cruz, se impõe assombrando os vivos que tentam se proteger, representados pela máscara cirúrgica. O cronotopo da morte individual por meio de uma gradação é substituído pelo cronotopo da morte coletiva, que pode ter o marco inicial representado pelo enunciado do segundo fotógrafo.

Toda vez que eu venho aqui eu choro, não tem conversa. Todas as vezes eu sempre me emociono quando eu venho aqui. Eu já ouvi histórias, muito, muito tristes aqui; então eu tinha falado que não queria mais voltar aqui. Mas, infelizmente, a gente é obrigado a voltar... obrigado, não, a gente tem que mostrar o que acontece aqui. [...] Isso aqui é um dos dramas dos familiares que não têm dinheiro pra identificar o túmulo na hora do enterro. E aí, oh, um copo descartável, outros identificam apenas com uma flor. Eles não são obrigados, mas a identificação é vendida aqui no cemitério, e muitos não têm os cento e vinte reais pra identificar o túmulo. E aí provavelmente ele... o familiar nunca mais vai conseguir encontrar o túmulo do seu familiar. É muito triste ver um túmulo identificado com um copo descartável (BARROS in CAVECHINI, 2020, 8min 44s).

Este enunciado concreto introduz o tom valorativo que será expresso nas duas fotos posteriores (imagens 13 e 14). Num primeiro momento, observa-se que a ideia de tristeza e sofrimento são retomadas responsivamente à enunciação do primeiro fotógrafo e ampliadas pela mobilização de dêixis de tempo e lugar. As repetições da locução adverbial “toda vez” e do advérbio de lugar “aqui” para designar “cemitério” mostram frequência com que o ator comparece ao lugar para fazer seu trabalho, com fotojornalismo, o que representa a alta no número de mortes pelo novo coronavírus. Outro ponto a ser observado é a semântica mobilizada pela articulação do adjetivo “obrigado” e do verbo “tem”; de modo metalinguístico o autor mostra-se comprometido com seu trabalho de jornalista, reconhecendo a importância dos seus enunciados visuais para divulgar o drama das pessoas que perdem seus familiares.

Num segundo momento, Edmar Barros em solidariedade se direciona a uma mulher que enterra seu pai e diz “Meu pai lutou a vida inteira para não ter direito a uma cruz... Não aceito isso” (CAVECHINI, 2020, 9min 31s). A enunciação do fotógrafo prossegue – após a fala, do que parece ser um religioso, pedindo ao Senhor conforto aos corações dos familiares e um choro feminino – dando ênfase à desigualdade social no contexto da pandemia, e articulando um diálogo entre denotação e conotação acerca do valor da vida humana.



Imagem 13

(BARROS *in* CAVECHINI, 2020, 10min 47s).

A foto apresentada (imagem 13) posteriormente à segunda fala do fotógrafo é uma composição visual que sintetiza a oralidade. O primeiro plano da foto destaca um túmulo com o copo descartável mencionado; o segundo plano é preenchido até a linha do horizonte por uma repetição de túmulos com cruzes de identificação e coroas de flores, o que marca a transição dos cronotopo da morte individual para o cronotopo da morte coletiva. Assim, a transição, é marcada por uma antítese dupla: individual e coletivo; ausência e presença de dinheiro para despesas funerárias.

Em seguida, há um frame com uma foto do cemitério e ao lado superior direito a data “15 de abril, 2020”, seguido pelo enunciado do jornalista.

O impressionante é número de... de sepulturas. Como eu falei da última vez que eu vim, estava lá, acho que tinha cinco, cinco fileiras quando eu vim da última vez. Eu me lembro como se fosse hoje, era mais ou menos essa hora, meio dia, eu tive a notícia de que estavam enterrando... estavam enterrando gente com trator. As valas, aqui a agente chama de vala, né? A gente chama de vala comum aquilo. Não importa o nome que eles deram, de trincheira, acho aquilo um conversa fiada, aqui a gente conhece como vala, vala comum. Enterravam de cinco em cinco. Foi o que eu consegui registrar desse dia. Eu passei mais ou menos meia hora lá, foram dezessete enterros que eu presenciei (BARROS *in* CAVECHINI, 2020, 10min 50s).

Nesse ponto a transição entre dos dois cronotopos é concluída por meio da ênfase no grande número de mortes. O posicionamento axiológico do autor nesse enunciado pode ser observado por duas pausas expressivas, a primeira delas antes do substantivo “sepulturas” e a segunda antes do verbo “estavam”. Na primeira passagem o autor reluta para fazer sua escolha léxica, o que mostra indícios de dificuldade para assimilar que as sepulturas representam óbitos provocados por um vírus. De modo complementar, na segunda passagem, o autor reluta para completar a informação trazida pela notícia, construindo um sentido de tristeza, de violação de memória dos mortos; o que é reforçado pela expressão “vala comum” que é historicamente carregada de significado relativo a momentos históricos de extrema desumanização.



Imagem 14

(BARROS *in* CAVECHINI, 2020, 11min 56s).

O enunciado concreto (imagem 14) imagético que concentra em si a significação da oralidade do fotógrafo quanto ao cronotopo da morte coletiva é a foto da vala comum. Quatro caixões sendo enterrados por um trator ocupam o centro da imagem para criar o enfoque na morte coletiva que se dissemina de forma não simétrica. Do lado esquerdo, atrás das cruzes – e, portanto, sobrepostos pela morte – estão posicionadas pessoas que tinham algum tipo de relação com os mortos,

reforçando a ambientação de impotência humana. Do lado direito figuram a lâmina carregadora e a roda do trator trazendo para a composição o elemento da mecanização, uma vez que sem o auxílio da máquina os coveiros seriam incapazes de enterrar o grande número de caixões. É nesse sentido que a desumanização é retomada por meio de hipérbole, são quatro vidas humanas sendo enterradas com um ritual massificado, por meio de uma produção em série do trabalho de coveiro.

É visto, portanto, que ao longo de todo o documentário *Cercados* (2020), os enunciados concretos são responsivos ao discurso-ação do presidente da república. Na introdução para exibição do cartaz, a escolha por evidenciar o discurso de uma bolsonarista – ao invés do próprio discurso do estadista – gera o sentido de que, ainda que muitas vezes não haja respaldo em dados histórico-científicos, existe influência do negacionismo em uma parcela da população. Do outro lado da arena discursiva, enunciações verbo-visuais de Raphael Alves e Edmar Barros, figuram como discurso de resistência democrática, frente ao negacionismo; trazendo à campo os efeitos imediatos da ausência de gestão pública da pandemia. Desse modo, a inter-relação entre os cronotopos da pandemia e da ditadura militar é dada pelo rompimento que o universo axiológico do autoritarismo, que permeia a necropolítica, faz do espaço-tempo por meio do discurso bolsonarista. É esse aspecto que será desenvolvido na subseção seguinte, com a análise de três notícias.

### **3.5 Dialogia da necropolítica na mídia**

O ponto de contado discursivo que pode ilustrar a dialogia da necropolítica na mídia e a inter-relação entre os cronotopos da pandemia e da Ditadura de 1964, pode ser representado por enunciados concretos presentes em duas notícias e um artigo de opinião, circulantes na imprensa digital nos anos de 2019, 2020 e 2021, nos quais há referência explícita do presidente ao período ditatorial.

Primeira delas foi publicada pela *Veja* em 1º de novembro de 2019, sob o título de *Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura*. Cabe ressaltar que outros jornais publicaram notícias com o mesmo conteúdo temático, porém, no momento de início desta pesquisa, utilizando a ferramenta do *Google* para buscar as palavras “bolsonaro ditadura”, o texto da *veja* aparecia como primeiro resultado de pesquisa, o que evidencia sua relevância ainda

no final de 2020. No momento desta escrita, utilizando a mesma estratégia de busca, aparecem como mais relevantes e mais atuais, antes da *Veja*, respectivamente notícias dos jornais *Brasil de Fato*, *Valor econômico* e *Estado de Minas*. Essa atualização evidencia a consistência da mídia na produção de enunciados que associam a figura do presidente à ditadura militar de 1964.

Um dos apontamentos da *Veja* que merece destaque figura com o subtítulo “*Eu louvo o AI-5*” (dezembro/2008) e apresenta a enunciação seguinte.

Em uma sessão no plenário da Câmara em 11 de dezembro de 2008, às vésperas de a edição do AI-5 completar 40 anos, Bolsonaro ocupou a tribuna do plenário da Casa para “louvar” a imposição do Ato Institucional. “Eu louvo os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 para conter o terror em nosso País, ato também apoiado pela mídia, apoiado pelo Supremo Tribunal Federal [...] Mas eu louvo o AI-5 porque, pela segunda vez, colocou um freio naqueles da esquerda que pegavam em armas, sequestravam, torturavam, assassinavam e praticavam atos de terror em nosso País”, discursou (CAMPOS, 2019).

Há dois pontos a serem destacados nesse recorte jornalístico da enunciação do atual presidente, que na época ocupava o cargo de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro: a escolha léxica do verbo “louvo”, o percurso anafórico construído em torno no substantivo “terror”. A escolha no verbo “louvo” mobiliza o universo semântico religioso, construindo o sentido de que os militares que impuseram o AI-5 – medida que institucionalizou as maiores violações aos direitos humanos, sobremaneira os de primeira geração – são passíveis de sacralização. A preposição “para” articula uma argumentação direcionada à finalidade de imposição do AI-5, é construído o sentido de que a medida foi necessária para conter o “terror”, substantivo que remeta ao sentimento de medo. Esse substantivo é retomado pela utilização da forma nominal do verbo “apoiado”, assim, a utilização do participípio ligada aos substantivos “mídia” e “Supremo Tribunal Federal” articula a interpretação de que instituições essenciais ao funcionamento da democracia endossam o terror. Na finalização do enunciado concreto a causa do terror é explicitada pela utilização do substantivo “esquerda” para denominar um segmento político de oposição à ditadura militar e, conseqüentemente, resistência democrática.

Esse enunciado concreto evidencia que a necropolítica operada pelo governo bolsonarista estabelece uma relação dialógica com a necropolítica operada pelo governo militar da ditadura de 1964, em termos de discurso-ação. A gestão da crise pandêmica pela presidência da república nos anos de 2020 e 2021 pode ser situada no plano do ato responsivo/responsável, na medida em que as enunciações do

presidente são situadas numa cadeia discursiva de negação das orientações científicas para controle da disseminação do Covid-19 e, conseqüentemente, o número de mortes. O discurso negacionista reverbera em ações concretas relativas às decisões de encaminhamento das políticas públicas é responsivo ao discurso-ação autoritário que tinham os chefes de Estado da ditadura militar como autores.

Em ambos os contextos discursivos a decisão de qual será o grupo social oprimido é fundamentada na construção de inimigos da nação. Quanto à necropolítica, a decisão de quem deve morrer, no contexto ditatorial – diante de tecnologias do poder que demandavam a postura ativa do Estado – foi precisa e direcionada aos considerados inimigos da nação. Entretanto, quando o bolsonarismo é analisado – diante de tecnologias do poder que demandam a postura passiva frente às medidas de contenção epidemiológica – pode-se notar que a necropolítica perde a precisão. A decisão de qual grupo social deve morrer não pode ser limitada pelo Estado diretamente, mas potencializada pelo nível de marginalização socioeconômica de cada grupo, à medida que o acesso aos direitos sociais, sobremaneira à saúde, é desigual.

Outro agrupamento que deve ser mencionado, uma vez que faz referência direta ao cronotopo da tortura, é nomeado como *“Pela memória de Ustra”* (abril/2016).

As declarações de Bolsonaro em defesa da ditadura ganharam projeção inédita na votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara, em abril de 2016. Com os olhos do país voltados ao plenário da Casa, Bolsonaro citou o coronel do Exército Carlos Aberto Brilhante Ustra, notório torturador e chefe do DOI-Codi em São Paulo entre 1970 e 1974. “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (...), o meu voto é sim”, disse o presidente, ao lado do filho Eduardo, que repetia as palavras do pai. Na entrevista ao *Roda Viva* em julho de 2018, o então presidente Bolsonaro citou *A Verdade Sufocada*, de Ustra, como seu livro de cabeceira (CAMPOS, 2019).

A revista *Veja* aponta este enunciado em particular como o que conferiu maior visibilidade, até aquele ano, em 2016; de um discurso permeado por autoritarismo e entusiasta à necropolítica. O político cooptou o discurso anti-petista, que figurava no auge da popularidade, ao utilizar o substantivos “memória” e “pavor”, foi mobilizada uma axiologia da degradação da condição humana. Ao posicionar seu voto a favor o impeachment de Dilma Rousseff, a qual sancionou a lei da Comissão da Verdade, como uma homenagem ao torturador do DOI-Codi.

É possível notar, um ano depois, já como Chefe do Executivo, que o discurso bolsonarista era permeado pelo mesmo universo axiológico que preenche a necropolítica brasileira, por meio da análise da notícia *4 pontos sobre o discurso de Bolsonaro em ato a favor de 'intervenção militar'*.

Em meio à crise do novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro fez um discurso em ato que pedia "intervenção militar" e o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF) em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília. A atitude do presidente no domingo (19/04), no mesmo dia em que o Brasil chegava a um total de mais de 2.400 mortes confirmadas devido ao coronavírus, despertou críticas de ministros do STF, governadores e parlamentares (BBC, 2020).

O lide da notícia deixa claro a presença do autoritarismo que permeia a necropolítica. Sendo o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal federal, instituições que constitucionalmente têm o papel de garantia do funcionamento democrático, o substantivo “fechamento” retoma o cronotopo da ditadura militar e busca intensificar as forças ideológicas centrípetas. Em continuidade, a notícia apresenta quatro subtítulos que corroboram a relação de sinonímia entre “intervenção militar” e política da morte: “1. 'Não queremos negociar nada'”; “2. Tosse e aglomeração”; “3. Reação” e “4. Silêncio nas Forças Armadas”.

No primeiro tópico é possível observar a retomada do negacionismo, não só concernente às ciências médicas, mas também quanto às ciências sociais.

Ele voltou a usar frases como "chega da velha política" e disse aos manifestantes: "eu estou aqui porque acredito em vocês e vocês estão aqui porque acreditam no Brasil". Próximo a faixas que pediam que os militares agissem contra STF e Congresso, Bolsonaro falou em manter a democracia. "Contem com o seu presidente para fazer tudo aquilo que for necessário para manter a democracia e garantir o que há de mais sagrado, a nossa liberdade" (BBC, 2020).

Há uma divergência semântica entre os substantivos “democracia” e “liberdade” no universo axiológico bolsonarista e na discurso científico. Além disso, a utilização da adjetivação “velha política” num contexto de negação, ilustra um apagamento do passado sócio-histórico. Ao pedir a ação dos militares, há um pedido por uma política que imperou no passado, contudo, na semântica bolsonarista “velha” refere-se exclusivamente à governança do Congresso Nacional e STF, para mitigar os efeitos da contaminação pela Covid-19.

O segundo tópico evidencia o discurso-ação do presidente, retomando o argumento de manter a economia funcionando, em detrimento das mortes. Observa-

se neste ponto, uma coerência entre a atitude de desrespeito aos protocolos sanitários e o discurso negacionista.

Não é novidade, contudo, que o presidente não está cumprindo recomendações de distanciamento social. Ele tem feito saídas em Brasília e no entorno da capital - em uma delas, foi a uma padaria, tirou fotos com funcionários, bebeu refrigerante e comeu. Ele reforçou o discurso contra o isolamento social e disse que todas as atividades econômicas são essenciais. O presidente vem defendendo que é necessário "preservar a economia" durante a pandemia (BBC, 2020).

O terceiro tópico ilustra a responsividade de diversos atores políticos ao discurso-ação bolsonarista, evidenciando uma cisão das forças ideológicas institucionalizadas pelas vozes de Rodrigo Maia, João Dória e Gilmar Mendes.

"O mundo inteiro está unido contra o coronavírus. No Brasil, temos de lutar contra o corona e o vírus do autoritarismo. É mais trabalhoso, mas venceremos. Em nome da Câmara dos Deputados, repudio todo e qualquer ato que defenda a ditadura, atentando contra a Constituição", escreveu no Twitter. No momento em que o governo e o Congresso devem apresentar medidas para responder à crise gerada pelo coronavírus, Maia e Bolsonaro vêm travando briga pública (BBC, 2020).

O quarto tópico da notícia mostra uma ilustra uma arena discursiva dentro do próprio militarismo, muito embora não haja menção direta ao cronotopo da Ditadura Militar de 1964.

O ex-ministro da Secretaria de Governo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, demitido no ano passado, escreveu no Twitter na manhã desta segunda que "o Exército é instituição do Estado. Não participa das disputas de rotina. Democracia se faz com disputas civilizadas, equilíbrio de Poderes e aperfeiçoamento das instituições. O EB (@exercitooficial) tem prestígio porque é exemplar, honrado e um dos pilares da democracia" (BBC, 2020).

É possível afirmar que, mesmo no contexto do discurso militarista, a aproximação semântica, promovida pelo bolsonarismo, entre "intervenção militar" e "democracia" não é hegemônica.

Por fim, ainda neste ano, em agosto de 2021, no qual o Brasil contabiliza mais de 600 mil mortes pela pandemia, o discurso bolsonarista mantém um sistema axiológico coeso, funcionando como eixo de inter-relação entre os cronotopos da pandemia e da Ditadura Militar.

Um comboio de veículos blindados, com tanques de guerra e lança-mísseis, deve atravessar a Esplanada dos Ministérios e estacionar no Palácio do Planalto nesta terça (10). A entrega de um convite para o presidente assistir a um exercício das Forças Armadas é a justificativa para mais uma tentativa de Bolsonaro demonstrar força em meio à crise que atinge seu governo. Mas a informação, adiantada pela colunista do UOL, Thaís Oyama, aponta,

na verdade, o contrário: a frágil masculinidade de Jair e sua impotência diante do cargo que ocupa. "Isso remonta aos rituais de exibição de potência e força, típico dos regimes autoritários e totalitários que precisam mostrar uma exuberância do poder tangível. Precisam estar sempre ostentando uma arma, uma motocicleta, um tanque para provar a sua força.". A avaliação é de Christian Dunker, psicanalista, professor titular do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e um dos coordenadores do Laboratório de Teoria Social, Filosofia e Psicanálise da USP (SAKAMOTO, 2021).

O colunista do *UOL*, se utiliza de um argumento de autoridade numa atitude responsiva/responsável ao discurso-ação bolsonarista. Em seu artigo de opinião, Sakamoto (2021), incorpora o discurso de Christian Dunker, por meio de citação direta para demonstrar as relações dialógicas entre a necropolítica que permeou os cronotopos de *Cercados* (2020) e *Verdade 12.528* (2013). Desse modo, há possibilidade de compreender que um das demonstrações de força mais emblemáticas articuladas pelos regimes autoritários é controle de vida ou morte dos indivíduos, seja ela biológica ou política.

## CONCLUSÃO

Frente ao objetivo geral investigar as relações dialógicas entre as enunciações midiáticas responsivas às declarações presidenciais no ano de 2020 e os enunciados concretos de resistência democrática durante da Ditadura Militar de 1964, é possível notar que as materialidades linguísticas emergentes e características dos cronotopos dos documentários *Verdade 12.528* (2013) e *Cercados* (2020) foram expressivas para caracterizar a cadeia discursiva de autoritarismo que atravessou os contextos sócio-históricos ditatorial e pandêmico.

Assim, posteriormente à análise de dados, a hipótese de que a abordagem linguística dialógica e suas relações com a teoria política e historiografia possibilitaria uma compreensão mais apurada do dialogismo existente entre as enunciações atreladas aos dois contextos discursivos foi corroborada. Isso porque a compreensão das dialogias enunciativas elucidou como o discurso autoritário, pautado no tom valorativo de banalização da morte, rompe o tempo-espaço e consolida a necropolítica e o biopoder.

Portanto, espera-se que a divulgação dos resultados deste trabalho contribua na construção coletiva por pesquisadores e pesquisadores de uma linguística aplicada indisciplinar, bem como na ampliação dos estudos bakhtinianos sobre

discurso. Por fim, num movimento de expansão dos objetivos metodológicos e partindo da concepção bakhtiniana de linguagem – a qual preconiza que os enunciados não são finalizados com ponto final –, cabe ressaltar a conclusibilidade dessa pesquisa para novos trabalhos responsivos que busquem compreender as reverberações que o embate entre os discursos autoritário e de resistência, em contexto midiático, gera no processo eleitoral brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria da Penha Casado. O cronotopo da sala de aula e os gêneros discursivos / the classroom chronotope and discourse genres. **Signótica**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 305–322, 2012. DOI: 10.5216/sig.v24i2.19172. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/19172>. Acesso em: 24 abr. 2021.

ALVES, Maria da Penha Casado. **Olhares bakhtinianos sobre o contexto pandêmico**. Mesa Redonda, evento on-line (2h 26 min), 22 jul. 2020. Publicado pela Abralin. Disponível em: <https://aovivo.abralin.org/lives/olhares-bakhtinianos-2/> Acesso em: 15 jul. 2021.

AMORIM, Marília. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: outros conceitos-chave. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 95 – 114.

AZEVEDO, Cristina. **Vacinas Covid-19 mostram efetividade em idosos inclusive para a variante Gama**. Agência Fiocruz de Notícias, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/vacinas-covid-19-mostram-efetividade-em-idosos-inclusive-para-variante-gama>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Estética da criação verbal. 7ª ed. Trad. Yara Frateschi Vireira. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. 3ª ed. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5ª ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018a.

BAKHTIN, Mikhail. **Teoria do romance II**: As formas do tempo e do cronotopo. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018b.

BBC. **4 pontos sobre o discurso de Bolsonaro em ato a favor de intervenção militar**. BBC News, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52353804>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRAIT, Beth. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018b, p. 9 – 32.

BRAIT, Beth. Introdução: alguns pilares da arquitetura baktiniana. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2018a, p. 7 – 8.

BRASIL, Agência. **Organização Mundial da Saúde declara pandemia de coronavírus**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-03/organizacao-mundial-da-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 26 jul. 2021.

CAMPOS, João Pedroso de. **Doze vezes em que Bolsonaro e seus filhos exaltaram e acenaram à ditadura**. Veja, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CASTRO, Augusto. **CPI da Covid é criada pelo Senado**. Agência Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>. Acesso em: 05 ago. 2021.

CASTRO, Regina; PILAR, Ana Flávia. **Covid-19: Boletim alerta para novos cenários de transmissão**. Rio de Janeiro: Agência Fiocruz de notícias, 2021. Disponível em: [https://agencia.fiocruz.br/covid-19-boletim-alerta-para-novos-cenarios-de-transmissao?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=Fiocruz&utm\\_campaign=campaign&utm\\_term=term&utm\\_content=content&fbclid=IwAR345zCrMneNYp75eswmZYa\\_gSgf3T9I5qxb5Y\\_EpordnVI8DSOxUmqjtYH0](https://agencia.fiocruz.br/covid-19-boletim-alerta-para-novos-cenarios-de-transmissao?utm_source=Facebook&utm_medium=Fiocruz&utm_campaign=campaign&utm_term=term&utm_content=content&fbclid=IwAR345zCrMneNYp75eswmZYa_gSgf3T9I5qxb5Y_EpordnVI8DSOxUmqjtYH0). Acesso em: 07 ago. 2021.

CAVECHINI, Caio. **Cercados**. Prod. Ali Carmel, Erick Brêtas, Ricardo Vilela. Brasil: Globoplay, 2020.

DUBOIS, Philippe. **Cinema, vídeo, Godard**. Trad. Mateus Araújo Silva. São Paulo: Cosac Naify. 2004.

FILMOW. **Cercados**. Terra Entretenimento, 2020. Disponível em: <https://filmow.com/cercados-t310378/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FILMOW. **Verdade 12.528**. Terra Entretenimento, 2013. Disponível em: <https://filmow.com/verdade-12-528-t87405/ficha-tecnica/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao Pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975 – 1976). 2ª ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016. Disponível em

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692016000300003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 16 abr. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a. Disponível em: <https://rae.fgv.br/rae/vol35-num2-1995/introducao-pesquisa-qualitativa-suas-possibilidades>. Acesso em: 29 mai. 2021.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa – Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995b. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/20595/S0034-75901995000300004.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 mai. 2021.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 33 – 52.

HESSEL, Rosana. **País registra 389 mortos por covid-19 nas últimas 24 horas**. Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/08/4941337-pais-registra-389-mortos-por-covid-19-nas-ultimas-24-horas.html>. Acesso em: 05 ago. 2021.

HOLANDA, Chico Buarque de. **Apesar de você**. Chico Buarque, 1970. Disponível em: [http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=apesarde\\_70.htm](http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=apesarde_70.htm). Acesso em 13 out. 2021.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

JIMÉNEZ, Carla. **Economistas pedem ‘lockdown’ contra “falso dilema” entre salvar vidas e desempenho**. São Paulo: El País, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-21/economistas-pedem-lockdown-contra-falso-dilema-entre-salvar-vidas-e-desempenho-economico.html>. Acesso em: 22 ago. 2021.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin: conceitos-chave**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 167 – 176.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PAULA, Luciane de; SIANI, Ana Carolina. Uma análise bakhtiniana da necropolítica brasileira em tempos de pandemia. **Revista da ABRALIN**, v. 19, n. 3, p. 475-503, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1595>. Acesso em: 25 jul. 2021.

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. Ferdinand de Saussure: A teorização da linguística moderna. In: PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da Linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 63 – 84.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PONZIO, Augusto. A concepção bakhtiniana do ato como dar um passo. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. 3ª ed. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017.

PUZZO, Miriam Bauab. Gênero discursivo, estilo, autoria. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 172-189, 2015. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v28i2p172-189. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/105646>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PUZZO, Miriam Bauab; SANTOS, Sônia Sueli Berti. Gênero discursivo e as novas linguagens no ensino de língua portuguesa. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 28, n. 2, p. 26-43, 2015. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v28i2p26-43. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/102989>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RIBEIRO, Ana Elisa. Multimodalidade e produção de textos: questões para o letramento na atualidade. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p. 21-34, jan. 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3714>. Acesso em: 20 jul. 2021.

ROBLES, Peu; SACCHETTA, Paula. **Verdade 12.528**. Prod. João e Maria.doc. Brasil, 2013.

SAKAMOTO, Leonardo. **Bolsonaro compensa governo impotente com tanque de guerra, diz psicanalista**. UOL, 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2021/08/09/bolsonaro-esconde-impotencia-exibindo-tanques-de-guerra-diz-psicanalista.htm>. Acesso 12 ago. 2021.

SÁ, Dominichi Miranda de. **Especial Covid-19**: Os historiadores e a pandemia. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html#.YP7R6Y5KgDv>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil**: Uma Biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Enrico de Castro Carvalho. A dialogia bakhtiniana entre as enunciações jornalísticas brasileiras de 2020 e as enunciações artísticas de Chico Buarque da década de 70. **Desafios** – Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do

Tocantins, v. 8, n. 2, p. 1-18, 18 mar. 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/10284>. Acesso em: 2 out. 2021.

SILVA, Enrico de Castro Carvalho. A Perspectiva Bakhtiniana das Enunciações Emergentes na Ditadura Militar Brasileira: revisão de literatura. **Entremeios** [Revista de Estudos do Discurso, Pouso Alegre (MG), vol. 22, p. 204-217, jul. - dez. 2020. Disponível em: <http://www.entremeios.inf.br/index.php?issue=22>. Acesso em: 16 abr. 2021.

SOBRAL, Adail. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2018a, p. 11 – 36.

SOBRAL, Adail. Ético e estético: na vida, na arte e na pesquisa em Ciências Humanas. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: conceitos-chave. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2018b, p. 103 – 122.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2ª ed. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.